

PÓVOA

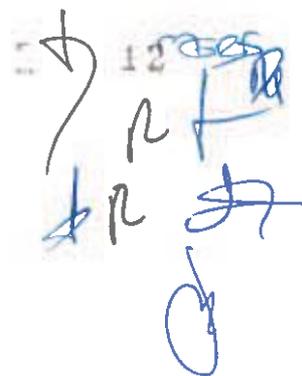
DE LANHOSO



ORÇAMENTO 2015

RELATÓRIO

ÍNDICE



I – INTRODUÇÃO.....	3
1 - Resumo Introdutório	4
2 - Premissas e Prioridades do Orçamento	6
Intervenção Social.....	6
Crescimento da Economia Local.....	9
Educação.....	11
Património Cultural.....	15
Promoção Ambiental.....	18
Coesão Territorial	21
Governo Municipal.....	23
3 - Apresentação Geral do Orçamento.....	25
Descrição dos aspetos mais significativos do Orçamento Autárquico	25
II – ANÁLISE ORÇAMENTAL	27
1 - Previsão das receitas.....	28
1.1. Receitas Fiscais.....	29
1.2. Rendimentos de propriedade.....	31
1.3. Transferências correntes	31
1.4. Venda de bens e serviços correntes.....	31
1.5. Venda de bens de investimento	32
1.6. Transferências de capital.....	32
2 - Previsão das despesas	34
2.1. Despesas com pessoal.....	34
2.2. Despesas com aquisição de bens e serviços.....	35
2.3. Encargos correntes da dívida.....	36
2.4. Transferências correntes e subsídios	36
2.5. Aquisição de bens de capital	37
2.6. Transferências de capital.....	38
2.7. Passivos Financeiros	38
3 - Serviço da dívida.....	39

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the number '13' and various scribbles.

4 - Equilíbrio Orçamental – Poupança Corrente	40
5 - Grandes Opções do Plano (GOP'S)	41
5.1. Plano de Atividades Municipal (PAM)	42
5.2. Plano Plurianual de Investimentos (PPI)	42
6 - Análise ao Plano de Ajustamento Financeiro	44
7 - Responsabilidades contingentes	48
III - ANEXOS	49

Handwritten notes in blue ink, including a large arrow pointing right, the number '14', and some illegible scribbles.

I – INTRODUÇÃO

1 - Resumo Introdutório

"Uma economia competitiva, um território sustentável e uma Comunidade coesa". Esta é a visão que fundamentou a estratégia que o território onde nos inserimos definiu como o seu caminho de desenvolvimento. É em torno desta orientação que os municípios do Ave estão a trabalhar, conjugando esforços em torno de uma comunidade que pretende ser exemplo de crescimento económico e desenvolvimento social.

A arquitetura do quadro comunitário sofreu significativas alterações rompendo, em muitos dos seus eixos, com um passado mais orientado para os grandes investimentos materiais. Dinamização económica; ambiente e energia; coesão territorial e social. São estes os três eixos sobre os quais vão girar os projetos a serem acolhidos no âmbito do novo quadro comunitário que, apesar de temporalmente estar em vigor, materialmente ainda não é uma realidade.

Este período de transição de quadro comunitário representa uma acrescida dificuldade ao planeamento que anualmente espelhamos nos orçamentos do município. Para além disto, é nesta fase que ainda se podem concretizar, em sede de overbooking, projetos materiais que no futuro quadro não serão elegíveis.

Ora, é neste equilíbrio de expectativas que o Plano e Orçamento para 2015 foi construído. Por um lado, fica evidente um esforço final em "aproveitar" o possível do findo QCA e, por outro lado, numa perspetiva de futuro, espelham-se as ambições a levar à prática já com o novo quadro comunitário claramente em execução.

O executivo definiu um conjunto de prioridades que verteu para a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do Ave. No seu contributo, deixou bem evidente uma abordagem inteligente das suas propostas. Esta nova forma de olhar os projetos permite integrar inovação e consequentemente valor aos investimentos que faremos no futuro, aportando-lhes uma vertente mais competitiva e distintiva face a projetos similares no território.

Temos naturais expectativas que, no âmbito da Comunidade Intermunicipal do Ave, a negociação da estratégia 2020 – Novo Norte – seja motivo de satisfação para o nosso concelho.

Do documento que submetemos para aprovação destacamos sete notas essenciais:

- **Responsabilidade financeira.** A autarquia assinou um contrato de reajustamento financeiro (PAEL), que está a cumprir exemplarmente. A dívida municipal tem diminuído progressivamente e, neste orçamento de menor valor comparativamente com o ano anterior, fica bem patente a manutenção da despesa de capital (que representa investimento) e uma redução da despesa corrente. Este orçamento cumpre integralmente o ajustamento que estamos a concretizar nos últimos anos, em linha com o esforço nacional;
- **Reforço das transferências e investimentos nas freguesias.** Cumprindo o compromisso que assumimos, neste orçamento espelhamos uma atualização significativa (10%) do valor para acordos de execução e delegação de competências, bem como são espelhados projetos que vão ao encontro das ambições das Juntas de Freguesia. Um claro contributo para a coesão territorial

do concelho e para o seu desenvolvimento, fruto de uma gestão rigorosa das receitas municipais;

- **Orgulho na nossa identidade cultural.** O ano 2015 ficará indubitavelmente marcado pela entrada em funcionamento do Centro Interpretativo Maria da Fonte. Este que será o projeto de maior volume financeiro do presente orçamento, é aguardado com enorme expectativa pelo contributo que certamente aportará à cultura Povoense e à afirmação além fronteiras da nossa memória coletiva. Uma evidência de que a cultura é uma área estratégica que este executivo não descora;
- **Melhoria dos equipamentos desportivos.** A construção de dois relvados sintéticos e requalificação das respetivas instalações de apoio quer no campo municipal quer no campo de Santo Emilião são dois exemplos da importância que é atribuída à prática desportiva e ao trabalho desenvolvido pelas associações desportivas do concelho;
- **Contributo ao empreendedorismo e dinamização económica.** A disponibilização de um espaço de fomento ao empreendedorismo e criação de empresas em Fontarcada e a elaboração do regulamento dos benefícios fiscais municipais representam dois contributos essenciais para o desenvolvimento da economia local;
- **Conclusão do processo de revisão do PDM.** Este importante documento de ordenamento do território entrará em vigor em 2015 já revisto e atualizado;
- **Implementação do Orçamento Participativo.** Cumprindo um compromisso assumido com os Povoenses, a autarquia implementa em 2015 este modelo de participação cívica.

Os Povoenses validaram em 2013 o trabalho que esta maioria vem desenvolvendo, depositando legítimas esperanças na concretização, este mandato, de projetos que representem um evidente contributo para o desenvolvimento do concelho. Este orçamento vai ao encontro desse desiderato, garantindo também a manutenção dos serviços essenciais prestados pela autarquia. Fica evidente, a par das respostas ao nível da educação e intervenção social, uma clara aposta na conservação e dinamização dos equipamentos municipais, na requalificação do espaço público e na afirmação da Póvoa de Lanhoso como um concelho onde é bom viver e onde é competitivo investir.

Assim, apresentamos aos órgãos municipais o orçamento estimado em 15.300.000€, que suporta o Plano de Atividades setorial.

O executivo municipal

2 - Premissas e Prioridades do Orçamento

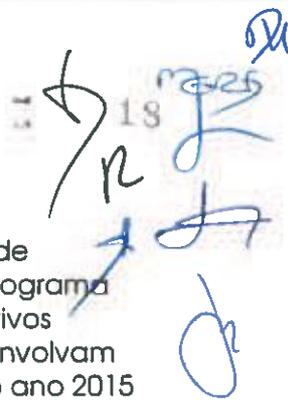
Intervenção Social

No plano de mandato definido no ano anterior, ficou bem clara a estratégia que pretendemos seguir ao nível da intervenção social nas famílias. É uma área muito abrangente que tem como principal objetivo melhorar a qualidade de vida dos Povoenses através da disponibilização de respostas multidisciplinares. Assumiu-se como pilares de ação: a habitação; a rede social; o empreendedorismo; a saúde; o voluntariado; o envelhecimento ativo; o isolamento, violência e igualdade; a capacitação das instituições, das famílias e da comunidade; a juventude e a prática desportiva.

Fruto da experiência acumulada e do trabalho exemplar da Rede Social, que tem merecido reconhecimento nacional e internacional, hoje é possível definir com clareza as prioridades e as respostas mais necessárias.

Seguindo o modelo definido para o mandato, reiteramos os objetivos já conhecidos e apresentados, destacando as principais respostas a levar à prática no ano 2015:

- **Programa Póvoa Solidária.** Apesar de termos ultrapassado a fase mais crítica da crise, que assolou o país nos últimos anos, é ainda muito evidente a necessidade de a autarquia dispor de respostas sociais que minimizem os problemas das famílias mais carenciadas e que as ajudem a robustecer o seu orçamento familiar, minimizando despesas essenciais. São exemplo o Subsídio de Apoio à Renda de Casa; todos os apoios da ação social escolar, que aumentaram significativamente fruto do alargamento a mais famílias; as bolsas de estudo, que têm aumentado consideravelmente todos os anos; e a ajuda alimentar e vestuário da Loja Social. Todas estas respostas não sofrerão qualquer diminuição de verbas no ano 2015.
- **Programa Família +.** Daremos continuidade a este programa, que trabalha uma vertente de valorização das respostas ativas e de fortalecimento do núcleo familiar. O projeto NaturaLanhoso tem sido um sucesso e anualmente assistimos a um aumento de beneficiários. Este simbólico apoio às famílias, para além da sua importância individual, tem sido um incremento importante na economia local, superior a 30.000€ anuais. O Gabinete de Apoio à Família, as políticas de igualdade de género e combate à violência doméstica bem como o projeto Viver + são respostas que, pela sua maturidade, estão consolidadas na atividade do município.
- **Programa Seniores Ativos.** Visa a promoção de respostas destinadas à população mais idosa e os Centros de Convívio e as atividades desenvolvidas em conjunto com os Centros Sociais são a face mais visível deste programa. Em 2015, reconhecido o seu mérito, alargaremos a rede de Centros de Convívios, instalando, em parceria com as respetivas Juntas de Freguesia, nas freguesias de Galegos e Rendufinho mais duas respostas a este nível. Os convívios e o envolvimento dos seniores em projetos do município serão valorizados pela importância dos mesmos no combate ao isolamento dos mais velhos.

- 
- **Programa Póvoa Ativa.** Este programa centraliza as políticas municipais de fomento da prática desportiva. Seja pelo apoio, através de contratos programa aos clubes desportivos, seja pela valorização dos equipamentos desportivos municipais, seja, ainda, pela realização de atividades desportivas que envolvam ao longo do ano a população na prática regular de atividade física. No ano 2015 será apresentada a **Carta Desportiva Concelhia**, em que formalmente se plasmará a estratégia a seguir a este nível, bem como a fundamentação da utilização dos equipamentos desportivos e dos apoios a conceder. A componente do incentivo à generalização da prática desportiva e a formação nos clubes serão os eixos prioritários a apoiar. O ano 2015 ficará marcado pela construção de dois relvados sintéticos, na Vila e na freguesia de Santo Emilião, melhorando consideravelmente as respostas para a modalidade de futebol, complementando a recente construção do pavilhão gimnodesportivo do Cávado, em Monsul. Materializando a importância que a autarquia dá ao desporto, nas mais diversas áreas, salienta-se a legalização da **Pista de Pesca Desportiva de Santo Emilião** e a **adaptação do Parque Bio Saudável**, no Pontido, a deficientes visuais. A autarquia será sempre um parceiro das associações, dos seus dirigentes e associados, procurando em conjunto desenvolver mecanismos e ações que promovam o bem-estar social, cultural e desportivo da população. É com esta responsabilidade que será mantida a política desportiva dos últimos anos, mantendo a prioridade de **promover e facilitar o acesso à prática desportiva a toda a população**, independentemente da idade e da condição social, enquanto fator essencial para uma melhor qualidade de vida das pessoas. Nesse sentido, continuaremos com a prática de descontos no acesso aos equipamentos desportivos municipais, nomeadamente descontos para portadores dos cartões municipais: Cartão Municipal do Idoso, Cartão Municipal Jovem, Cartão do Cidadão Portador de Deficiência, Cartão Municipal de Família Numerosa. Juntamente com estes propõe-se, também, nesta área a criação do **Cartão Municipal da Família Desportista**, com vantagens no acesso aos equipamentos desportivos. A par dos descontos, pretende-se, através do Programa Seniores Ativos, continuar com a promoção de respostas destinadas à população mais idosa, destacando-se o papel importante dos Centros de Convívio, atividades de promoção do desporto sénior com as IPSS's, bem como os convívios e passeios anuais. No que concerne ao desporto de formação, recreação, saúde, bem-estar e lazer, será mantido o investimento nos programas criados neste âmbito, nomeadamente os existentes nas Piscinas Municipais, a preços de utilização que potenciam a possibilidade de acesso da generalidade da população.

Continuaremos a promover e/ou apoiar eventos desportivos de referência regional, junto da população, e que contribuem para a promoção da Póvoa de Lanhoso:

- Prova de Atletismo de São José
- Provas de BTT
- Atividades Desportivas inseridas nas Comemorações do dia 25 de Abril
- Provas de TT

No âmbito do atletismo, foram criados três **centros de formação desportiva escolar**, estando um sediado na Póvoa de Lanhoso, a funcionar na EB 2,3 Prof. Gonçalo Sampaio. A Câmara Municipal será parceira neste projeto, colaborando na criação de condições para que, quem pretenda, possa treinar na referida

escola ou, em alternativa, os recursos humanos afetos ao projeto se possam deslocar a outro concelho.

- **Póvoa Jovem.** Pretendemos continuar a valorizar o **Espaço Jovem** e as atividades por este desenvolvidas. Nesse sentido, inaugurámos recentemente naquele equipamento municipal de Juventude por excelência uma **Antena Europeia de Informação**, em parceria com o IPCA e o CIED de Barcelos, colocando os jovens Povoenses em contacto mais direto com o resto da Europa e suas instituições. Através daquela é possível aceder a todos os programas europeus existentes como também é possível colocar questões concretas e obter as respetivas respostas. O programa **Morar na Minha Terra** pretende congrega todas as respostas existentes e a criar, que incentivem a fixação de jovens com mais de 25 anos nas suas freguesias, quando estes decidem constituir família, através da isenção ou redução de taxas e licenças de construção. Será criada uma **Bolsa de Arrendamento Jovem**, que integrará também o programa acima referido, cujo regulamento está em fase de elaboração e cuja implementação foi prevista para 2015.

O programa **Juventude em Movimento** tem-se revelado um excelente instrumento de colocação de jovens em contacto com o mundo do trabalho, adquirindo ou desenvolvendo mais competências em diferentes áreas. É pois um programa a ter continuidade bem como o programa **Férias Ativas**, que integra os campos de férias reconhecido pelo IPDJ e que ocupa os mais jovens nas interrupções letivas com diversas atividades (lúdicas, culturais, de lazer, desportivas e criativas).

É objetivo do pelouro da Juventude, através do Espaço Jovem, em colaboração com as associações locais, dinamizar atividades para os jovens, nomeadamente a **Semana da Juventude**, cujo programa será definido em articulação com o Conselho Municipal da Juventude. No entanto, pretende-se dar continuidade à **Color Fest** pela envolvimento e sucesso que a mesma alcançou.

O **Conselho Municipal da Juventude** será reativado, dando voz aos jovens e às associações juvenis e partidárias. Este será, com certeza, um parceiro importante na definição de um plano estratégico para a Juventude.

Crescimento da Economia Local

Esta área foi definida como prioritária pela importância que a mesma assume num desenvolvimento concelhio que se pretende sustentado e duradouro. A entrada em funcionamento do Gabinete do Desenvolvimento Económico materializou o objetivo principal de ter em permanência um serviço municipal que seja o interlocutor da autarquia com o mundo empresarial, que promova o empreendedorismo junto das escolas e dos jovens Povoenses e que seja uma alavanca para a fixação de empresas no nosso concelho.

Concretizado o trabalho de organização e preparação de um plano de ação, será visível, em 2015, o resultado do mesmo.

É exemplo a criação do **Conselho Estratégico para a Promoção do Desenvolvimento Económico** do concelho da Póvoa de Lanhoso, o qual será constituído por entidades, empresas e empreendedores, ou seja, por parceiros estratégicos, que irão em conjunto identificar áreas prioritárias de atuação, mas também desenhar políticas e medidas que visem fortalecer a economia local. A construção de um **Plano Estratégico para a Coesão e Desenvolvimento do Território**, em que sejam definidos domínios de atuação e estratégias, de forma participada, que permitam potenciar o território, em sintonia com as orientações, regionais, nacionais e europeias é o resultado principal que se espera deste Conselho Estratégico.

Promover o incentivo ao **empreendedorismo jovem**, que pode e deve iniciar-se em contexto escolar é o objetivo do projeto **Social Angels** em que a autarquia é parceira da Sol do Ave e da Fundação Calouste Gulbenkian. A sensibilização e o desafio para a continuidade deste trabalho serão lançados às escolas - projeto de empreendedorismo escolar - por forma a aproveitar e dar visibilidade às capacidades dos nossos jovens. É objetivo captar o espírito empreendedor e inovador do território através da criação de uma **comunidade empreendedora** com a participação de múltiplos agentes na construção de projetos facilitadores da empregabilidade jovem.

Aproveitando a experiência do projeto da CIM do Ave, o IN.AVE, será lançado um **concurso de empreendedorismo**, desafiando os interessados para a apresentação de projetos que permitam potenciar o nosso território premiando os participantes mais inovadores.

Mas a ambição fundamental para o ano 2015 é disponibilizar aos empreendedores um espaço inovador no concelho em complemento à incubadora de empresas de Ferreiros. A **Start Up Póvoa de Lanhoso - Viveiro de Empresas** a instalar na freguesia de Fontarcada irá promover e acompanhar os projetos de empresas na sua fase embrionária e de start up, colocando-as no mesmo espaço físico e pondo ao seu dispor as condições indispensáveis na sua fase de arranque dos projetos. Este espaço vai também privilegiar a interação e parcerias com o meio empresarial e as instituições de ensino e investigação, de forma a criar e potenciar as sinergias do interesse de ambas as partes. Ao longo dos últimos anos, foram aprovados incentivos fiscais à fixação de empresas, que representam uma medida diferenciadora. Tendo presente a sua importância na decisão dos investidores, será elaborado um regulamento de incentivos fiscais, que vá além dos existentes e que permita aos investidores olhar para o nosso concelho enquanto território atrativo para instalação ou expansão das suas empresas.

As soluções de financiamento promovidas pelo município sofreram alterações por forma a tornarem-se ainda mais atrativas para os seus utilizadores. O programa de financiamento **Fundo Mais Póvoa** permitirá aos projetos de interesse local, o acesso a condições mais favoráveis ao financiamento bancário.

Nesta estratégia incluem-se também as medidas de apoio de dinamização do comércio local, designadamente toda a estratégia de promoção turística, com especial relevo para os eventos anuais de animação, bem como festividades e provas desportivas. Para além da dinamização dos monumentos e espaços turísticos de excelência de que o concelho dispõe, são exemplos os eventos:

- Festas de São José
- Mercado da Terra
- Percursos Pedestres
- Comemorações do Dia Mundial do Turismo
- Festival de Talentos
- Moda com Talento
- ModaLanhoso
- Apoio aos eventos "Garfe - Aldeia dos Presépios" e "Diver Lanhoso - Aldeia Natal"
- Iluminações de Natal

Pretende-se, ainda, avançar para a elaboração do **Plano de Pormenor da Área Envolvente à Albufeira das Andorinhas**. A intervenção consiste na elaboração de um Projeto Integrado de Turismo para o desenvolvimento sustentável das atividades deste setor, considerando a sua inserção na Carta de Pesca Nacional.

A programação de ações que visam intervenções de valorização turística contempla as seguintes valências:

- Instalação de um empreendimento turístico (albergue) no antigo edifício da Escola Básica de Esperança;
- Definição e Homologação de percurso pedestre de circunscrição da Albufeira;
- Instalação de um Parque de Campismo e Caravanismo;
- Requalificação das estruturas de apoio ao Parque de Lazer do Pontão, em Sobradelo da Goma, instalando biblioteca de praia;
- Instalação de Pesqueiros para a Pesca Desportiva no espelho de água.

A execução destas infraestruturas efetua-se através de Plano de Pormenor, na modalidade específica de Plano de Intervenção no espaço rural.

O **Gabinete de Apoio ao Bioagricultor** dará continuidade ao objetivo de ser um instrumento de apoio e de incentivo ao setor primário, que ganhou uma nova perspetiva resultante de uma estratégia de apoios que tem permitido aumentar a área ocupada e diversificar a produção tradicional.

Educação

A Póvoa de Lanhoso é hoje um exemplo no serviço de educação que presta aos seus alunos. Consolidada uma estratégia de requalificação dos equipamentos de Jardim de Infância e 1º Ciclo do Ensino Básico; disponíveis os mecanismos de ação social escolar que respondem às necessidades das famílias com mais dificuldades; organizada uma excelente rede de cooperação entre os agentes educativos; e conhecida a reorganização da rede escolar definida pelo Ministério da Educação, em articulação com a Carta Educativa municipal, o concelho dispõe, neste momento, de uma resposta educativa de qualidade que a todos deve orgulhar.

O presente ano letivo fica marcado pela reorganização parcial da rede escolar ao nível dos Jardins de Infância e total do 1º Ciclo do Ensino Básico, onde a autarquia se bateu por minimizar os impactos sociais das alterações propostas, salvaguardando os interesses dos alunos mais novos e criando condições físicas de qualidade para acolher os alunos na Escola Básica Integrada do Ave.

É nesta área que a autarquia emprega uma grande fatia do seu orçamento, a par das políticas sociais. Temos vindo a assumir um custo crescente com o funcionamento e manutenção dos Centros Escolares, com as refeições, prolongamentos de horário e com os transportes, estes últimos com um reforço significativo face ao reordenamento da rede escolar referida anteriormente, mas que assumimos como prioritário pois pretendemos que as nossas crianças tenham cada vez melhores condições de aprendizagem e em igualdade de oportunidades.

Uma nota ainda, porque é matéria de preocupação, para a sensibilização permanente que temos efetuado junto da tutela para requalificar a Escola EB 2/3 Prof. Gonçalo Sampaio pois, apesar de vários constrangimentos físicos que a mesma encerra, está também identificada (juntamente com a Escola Secundária) como escola a intervir no plano de substituição de coberturas em fibrocimento.

Apesar da competência formal da autarquia se centrar na educação pré-escolar e no primeiro ciclo do ensino básico, face ao interesse maior que é o sucesso escolar dos alunos do concelho, nos vários níveis de ensino, temos privilegiado e fortalecido o trabalho colaborativo com os agrupamentos, apoiado e sendo parceiros nos seus projetos educativos.

Os próximos anos serão de menor investimento físico, pois o concelho dispõe de uma rede de excelência, mas de fortalecimento de projetos e de cooperação com todos os agentes educativos.

Neste âmbito definimos alguns projetos a concretizar:

Escola sem Barreiras: A autarquia, por via da ação social escolar e de programas próprios, tem vindo a aumentar as respostas necessárias para que as famílias possam reunir as condições que lhes permitam ver aumentados os níveis de escolarização dos seus filhos. Seja através da disponibilização de manuais escolares, de alimentação, de transportes, do prolongamento de horário seja através da formação parental e da atribuição de bolsas de estudo para o ensino secundário e para o ensino superior e de prémios de mérito para o primeiro ciclo do ensino básico.

23
R
F
D
J
D

O ano letivo de 2014/2015 fica marcado pela aprovação da candidatura ao Regime de Fruta Escolar para as escolas/centros escolares definidos pelos agrupamentos, o qual envolve não só a distribuição de fruta, mas também medidas de acompanhamento. Dado tratar-se do primeiro ano de implementação do projeto e em conjunto com os agrupamentos de escola, o mesmo poderá ser alargado a todas as escolas/centros escolares, mediante a monitorização e avaliação conjunta que for efetuada.

Atualização da Carta Educativa Concelhia – Tal como o previsto, a Carta Educativa Concelhia, importante documento de planeamento e organização da rede escolar concelhia, foi atualizada e encontra-se em discussão pública, tendo já recebido os contributos de várias entidades nomeadamente do Conselho Municipal de Educação e da Comissão de Educação, Juventude e Desporto criada no âmbito da Assembleia Municipal. O objetivo é melhorar um documento que é dinâmico, mas que nele devemos perceber o caminho que estamos a seguir.

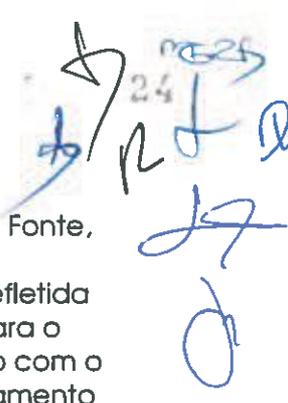
Educar para o empreendedorismo – O objetivo deste projeto é fomentar desde cedo uma cultura empreendedora. No último ano letivo, realizaram-se várias ações de educação para o empreendedorismo, destinadas a alunos de vários níveis de ensino e a professores. No primeiro ciclo, tratou-se de um projeto concelhio, que pretendeu sensibilizar para o desenvolvimento de várias competências empreendedoras e cuja ação terá continuidade através de jogos interativos de consolidação das referidas competências. Pretendemos este ano alargar este projeto ao segundo ciclo do Ensino Básico.

No que ao terceiro ciclo, ensino profissional e ensino secundário se refere, o projeto implementado - o IN.AVE - foi supramunicipal, envolvendo todos os municípios da CIM do Ave. Pelo sucesso alcançado e para que não se "perca" o trabalho iniciado, terá continuidade no presente ano letivo.

Este projeto tem sido operacionalizado em articulação com o Gabinete de Desenvolvimento Económico Municipal e de acordo com a estratégia definida pelo respetivo pelouro.

Rede Local de Educação e Formação Profissional – A Rede Local de Educação e Formação Profissional foi criada com o objetivo de partilhar e trabalhar em rede com todos os estabelecimentos escolares e entidades formadoras, por forma a aumentar a oferta educativa e formativa de acordo com as necessidades identificadas e evitar a sua sobreposição. Tem sido um trabalho que tem conduzido a alguns resultados positivos e que se pretende que seja alargada a todos os municípios que integram a CIM do Ave. Até março ou abril de 2015, será elaborado um novo diagnóstico de necessidades formativas, através de inquéritos aplicados às empresas e aos alunos.

No âmbito do Pacto de Empregabilidade, para além das questões do emprego e da empregabilidade, uma das redes que se pretende potenciar é a da Educação e Formação para que a articulação da oferta educativa e formativa seja mais abrangente, a oferta seja maior e a rede possa ganhar alguma escala e força perante a tutela (Ministério da Educação e Ciência e Ministério do Trabalho) na definição da oferta educativa e formativa para o território do Ave e do nosso concelho.



Ensino Articulado da Música – Com a criação do Centro Interpretativo Maria da Fonte, tendo em conta que a educação também passa pelo desenvolvimento de competências artísticas e pelo facto de a Música ser uma tradição concelhia refletida nas duas excelentes Bandas de Música existentes, definimos como estratégia para o concelho a implementação do Ensino Articulado da Música e, em colaboração com o Agrupamento de Escolas Gonçalo Sampaio, aquele já se encontra em funcionamento com alunos do 5º ano. Para que tal fosse possível, estabeleceu-se uma parceria com o Conservatório de Música de Barcelos.

Os jovens do concelho têm, assim, mais uma oferta educativa, no âmbito artístico.

Integração na Rede Europeia das Cidades Educadoras – Este projeto, assente em todo o trabalho efetuado a montante, está a ser preparado por forma a ser reconhecido pela AICE – Internacional Association of Educating Cities –, passando a Póvoa de Lanhoso a integrar a Rede Europeia de Cidades Educadoras.

Trata-se de um projeto muito importante para a consolidação de uma cidadania plena, para a partilha de experiências entre as instituições, aproveitando o facto de todas as cidades e vilas terem inúmeras possibilidades educadoras e trabalhando no sentido de evitar que sobre as mesmas incidam forças ou inércias deseducadoras.

Observatório para o Sucesso Escolar – A União Europeia tem já bem definida as metas em matéria de Educação que se traduzem na redução da taxa de abandono escolar para menos de 10% e assegurar que pelo menos 40% dos jovens disponha de um diploma do ensino superior. Para além disto, o Governo Português definiu como prioridade a muito curto prazo ter 50% dos alunos no ensino profissional.

Se as taxas de abandono escolar, neste momento, não são preocupantes, o mesmo não se pode dizer do sucesso escolar, que é inferior à média nacional. Urge criar um instrumento de monitorização, que terá como objetivo identificar e eliminar as dificuldades que possam estar a contribuir para o insucesso escolar, que terá como parceiros o Conselho Municipal de Educação, a Rede Local de Educação e Formação e os agentes educativos locais e as suas equipas de avaliação interna.

Elaboração do Projeto Educativo Municipal – Em colaboração com os agentes educativos do concelho, articulando os seus projetos educativos com o Conselho Municipal de Educação e outras entidades e tendo como referência a estratégia definida para o concelho e para a Europa em matéria de Educação, será elaborado em 2015 o Projeto Educativo Municipal.

Entendemos que se trata de um documento fundamental para o sucesso educativo, pois não se pretende que os nossos jovens apenas desenvolvam competências científicas, mas também tecnológicas, ambientais, artísticas, desportivas, humanas, sociais e cívicas.

Recuperar Tradições - O pelouro da Educação continua a apostar na recuperação de tradições, como sejam “As Maias”. Todos os anos, de 30 de abril para 1 de maio é tradição no Minho, Douro e Beira Alta, que se coloquem à porta ou janelas de casa ramalhetes de giestas amarelas, também conhecidas por maias por florirem em maio. É referido também que as origens desta tradição, de reminiscências pagãs, encontram-se ligadas a ritos de fertilidade, do início da Primavera e do novo ano agrícola, tal como se afirma que afasta o mau-olhado e as bruxas de casa.

Em colaboração com os Agrupamentos de Escolas pretende-se recuperar e fomentar esta ancestral tradição, mas aliada à sensibilização ambiental, ou seja, pretende-se que os materiais utilizados sejam reciclados e/ou recicláveis.

Sendo os presépios uma tradição nas casas portuguesas e aliando a duas iniciativas concelhias alusivas à época natalícia, à Aldeia Natal, da Diverlanhoso, e à Aldeia dos Presépios, da freguesia de Garfe, pretende-se com a colaboração dos Agrupamentos, das Instituições e do Comércio Local, fazer uma exposição de presépios, estando desde já a ser elaborado o seu regulamento.

Sensibilização Ambiental – Assente na estratégia definida no âmbito da Agenda 21 Local, dar-se-ão continuidade às ações de sensibilização ambiental, às oficinas e ateliês, em permanente ligação com as escolas, com os centros de convívio, as instituições, os Clubes da Floresta e o Centro de Interpretação do Carvalho de Calvos.

No seguimento da preocupação com a sustentabilidade, a autarquia deu início à colocação de painéis solares e de uma manta de cobrimento do espelho de água da piscina municipal, tendo como objetivo a redução da fatura energética.

Semana da Educação – À semelhança do que vem acontecendo há vários anos, contamos promover a realização de mais uma edição da Semana da Educação, iniciativa que é já uma referência no calendário anual referente a esta área de intervenção municipal. Assim, é nosso objetivo continuar a promover sessões de reflexão e debate sobre temas pertinentes e atuais, as quais envolvam os nossos parceiros e seus contributos e sejam abrangentes em termos de destinatários (educadores, professores e alunos dos vários ciclos de ensino, pais e encarregados de educação).

Programa Eco – Escolas – A Câmara Municipal continuará a ser o principal parceiro das eco-escolas concelhias, apoiando as suas atividades ao longo do ano e fazendo parte integrante dos órgãos de acompanhamento e monitorização das mesmas.

“À Descoberta do nosso Concelho” – Pretendemos em 2015 avançar com um jogo do tipo “jogo da glória”, de forma a que os jovens Povoenses fiquem a conhecer, de uma forma lúdica, os nossos principais monumentos e um pouco da nossa história, onde se enquadra a Maria da Fonte, esta em estreita articulação com o Centro Interpretativo Maria da Fonte e que será distribuído às escolas, Espaço Jovem e Posto de Turismo.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the date "25 Feb" and several initials.

Património Cultural

"A autarquia dispõe de um conjunto significativo de equipamentos culturais aos quais se soma todo o património histórico material e imaterial. Será em torno desse património global e singular que se focará a estratégia, sendo esta necessariamente concertada com todos os serviços. Assim, anualmente será construído um plano de atividades que articule cultura, educação, património, turismo, juventude, ambiente, ou seja, casando positivamente todas as áreas, rentabilizando os seus recursos, tendo como horizonte uma política integrada de desenvolvimento local".

Plano de Mandato apresentado em 2014

Esta citação evidencia o caminho que se pretende seguir ao longo do mandato e que terá evidência no ano 2015. Ano este marcado pela inauguração de mais um importante equipamento cultural. O Centro Interpretativo Maria da Fonte abrirá as suas portas, promovendo a memória da nossa heroína.

Pela sua importância no futuro cultural do nosso concelho e pelo entusiasmo com que encaramos este novo projeto, desenvolvemos neste Plano de uma forma mais aprofundada as potencialidades deste equipamento.

Integrado na estratégia global de dinamização cultural e turística do concelho, o Centro Interpretativo Maria da Fonte (CIMF) assumirá um papel de relevância na valorização e projeção desse ícone da nossa história. Estando numa fase de criação e implantação que, numa primeira fase, vai necessitar de um acompanhamento de proximidade ao nível da sua organização interna, elencamos, de uma forma sintética, um conjunto de ações que entendemos serem as mais corretas ou adequadas a um trabalho profícuo e de raiz.

- **Orgânica**

Está prevista, ao nível da estrutura orgânica da Câmara Municipal, a constituição de uma Equipa de Projeto, que entendemos ser determinante para a execução de um conjunto de dinâmicas agregadoras a partir do CIMF. Constituída a equipa e definidas atribuições e competências, implementaremos um modelo de gestão consentâneo com a importância para o concelho de um equipamento cultural desta natureza.

- **Representação**

Se localmente as dinâmicas a desenvolver no âmbito do CIMF passam pela realização de trabalho com o envolvimento das instituições locais, já em termos institucionais e nacionais, sobretudo após a fase de instalação, resultam da capacidade de exteriorizar o trabalho desenvolvido. A representação e a participação ativa em ações temáticas de especialidade será um dos caminhos a seguir, tendo em vista a visibilidade e divulgação do CIMF, sobretudo em núcleos académicos e científicos. Daí a aposta na realização de encontros, na participação em congressos e conferências e na promoção do lóbi editorial.

- **Merchandising / Publicidade**

Se a configuração da imagem do CIMF passa, em determinados círculos, pela credibilidade construída a partir do trabalho técnico e académico ou científico, noutros mais generalistas acontece através da publicitação e grafismo que a mesma imagem

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the number 26 and various initials.

↑
27
↑
↓
↓
↓

consiga consubstanciar. A linha de merchandising prevista criar terá subjacente o objetivo de abrir ou alargar horizontes à criação de produtos e/ou serviços que o poderão interpretar, embora a sua efetiva concretização possa resultar de parcerias institucionais e/ou empresariais.

- **Núcleo Documental**

O Núcleo Documental do Centro Interpretativo Maria da Fonte pretende cumprir, de entre outras, a função de Arquivo Histórico Municipal, para onde deverá ser transferido o grosso da documentação (até ao ano de 1974) do Arquivo Municipal da Póvoa de Lanhoso. A este núcleo deverão também ser aportadas as diversas coleções documentais existentes ou a serem recolhidas e integradas com diversas proveniências, no âmbito de protocolos, de doações ou diferentes aquisições.

- **Publicações e Bibliografia**

Um dos desafios de um Núcleo Documental é a divulgação e publicitação do seu acervo, potenciando assim a multiplicação de estudos e interações com o seu objeto de trabalho. A constituição de uma biblioteca temática de referência nos âmbitos local e do liberalismo é outro dos objetivos do CIMF.

- **Conferências, Palestras, Ações**

Considerando o volume de trabalho interno necessário à implementação do trabalho e dinâmicas do CIMF, onde a realização de conferências pode assumir particular interesse e relevância pública ao nível das diversas comunidades, esta será a forma mais simples de iniciar um percurso tendente à preparação de um evento de maior dimensão no ano de 2016, quando se assinala a passagem do 170º aniversário da Revolta da Maria da Fonte na Póvoa de Lanhoso, mas que importará prever e começar a preparar.

- **Bolsas de Investigação**

Sendo um dos principais objetivos do CIMF a promoção e divulgação da Póvoa de Lanhoso através do importante recurso que é a Maria da Fonte, através do conhecimento do papel assumido ou interpretado na História de Portugal, pelos acontecimentos da Póvoa de Lanhoso na primavera de 1846, entendemos ser da maior conveniência a sua entrada nos circuitos académicos e científicos. Uma forma inteligente de efetuar essa aposta do investimento realizado no âmbito documental, onde as parcerias com as instituições de ensino superior assumem particular significado, é o apoio a conceder ao desenvolvimento de estudos e trabalhos de investigação que se cruzem com a temática da Maria da Fonte e do liberalismo ou que tenham caráter mais local, a Póvoa de Lanhoso, e o apoio à publicação.

- **Núcleo Interpretativo do CIMF**

O Núcleo Interpretativo do CIMF será o espaço onde se cruzam diversas *nuances* do projeto, mas que terá sempre presente que a principal referência e objetivo deve ser o trabalho em torno da figura da Maria da Fonte, pois só dessa forma cumprirá a sua função e poderá contribuir para um vasto conjunto de variantes. Será neste espaço que se cruzam dinâmicas ao nível da história e do património, do turismo e do território, do turismo e da educação, através do desenvolvimento de múltiplas competências (música, serviços educativos, componente museológica e divulgação do território).

- **Academia de Música Maria da Fonte**

A Academia de Música Maria da Fonte é dos projetos que pode constituir uma importante mais-valia geradora de dinâmicas próprias e de envolvimento, não apenas através dos próprios alunos, como com as famílias e um vasto conjunto de instituições locais (escolas, ensino vocacional, bandas filarmónicas...) e externas (conservatórios).

Para além dos instrumentos já adquiridos em 2014, destinados ao arranque do Ensino Vocacional da Música, propomo-nos continuar a adquirir outros instrumentos no intuito de equipar o espaço das condições mínimas indispensáveis à respetiva sustentação e funcionamento.

Ficará também evidente, este ano, a valorização do triângulo estratégico Castelo/Maria da Fonte/Filigrana. É em torno destes três elementos que serão organizadas iniciativas, que se pretendem de alargada dimensão.

O Theatro Club e a Biblioteca terão uma programação regular de atividades, que valorizará estes dois importantes equipamentos culturais. São exemplo o Concurso Nacional de Teatro, as comemorações do Dia Mundial do Teatro, o Theatro Concerto, o projeto CONTE, a criação de uma nova peça de teatro, a dinamização da Hora do Conto, o Concurso Literário António Celestino, as exposições temáticas, bem como as comemorações de dias mundiais ou de autores.

A afirmação da nossa identidade bem como o recuperar de tradições é uma preocupação permanente dos serviços de cultura. Pretende-se, em 2015, promover a realização de uma feira medieval, continuando a aposta no modelo "feira", depois da experiência da feira quinhentista que realizámos em 2014. O cortejo histórico e etnográfico, no âmbito das festas de São José, é já um marco de envolvimento dos Povoenses numa iniciativa que em muito contribui para a coesão do nosso concelho. Por esse motivo será mantido e incentivado.

A programação da iniciativa Verão Con(vida) será melhorada em 2015, oferecendo, essencialmente aos emigrantes e turistas que nos visitam no verão, um cartaz diversificado que animará a Vila neste período.

Os serviços de arqueologia prosseguem a sua tarefa de valorização do nosso património material, destacando-se em 2015:

- Integração do espólio da Via Romana na Sala de Interpretação do Património;
- Realização de trabalhos de conservação preventiva do Castro de Lanhoso, de vedação da Pia dos Mouros e de valorização do Aqueduto dos Caleiros.
- Continuação da escavação arqueológica da villa romana em Lanhoso, conservando o espólio e procedendo à musealização desta villa.

Promoção Ambiental

"Sendo a Póvoa de Lanhoso um concelho onde sobressaem características marcadamente rurais, com uma mancha considerável de área florestal e agrícola, a preocupação com a preservação deste património natural, que nos distingue, deve estar bem presente nas políticas municipais. Inculcar permanentemente na população, especialmente na mais jovem, uma cultura de desenvolvimento sustentado e de respeito pela natureza tem sido a postura assumida pela autarquia a que pretendemos dar continuidade".

Plano e Orçamento 2014

As preocupações com a sustentabilidade ambiental estão bem patentes na estratégia 2020 defendida para a Europa. O novo quadro comunitário incorpora nas suas principais prioridades esta área de intervenção, não apenas porque há cada vez mais o sentimento de que os recursos não são inesgotáveis, mas também porque há uma maior consciencialização da população para esta temática.

O trabalho a desenvolver, dando continuidade à estratégia seguida nos últimos anos, foca-se na realização de investimentos e promoção de ações que representem um verdadeiro contributo para um desenvolvimento desejavelmente sustentado e sustentável.

No ano 2015, desenvolveremos o trabalho através dos seguintes eixos:

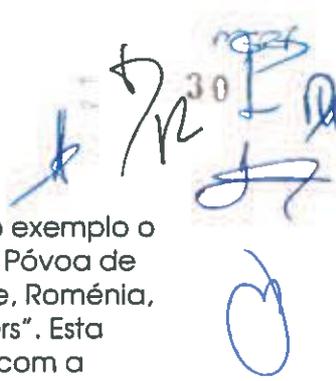
- **Centro de Interpretação do Carvalho de Calvos**

É o equipamento municipal de excelência nesta matéria, desenvolvendo um conjunto de atividades, as quais serão fortalecidas no presente ano. O tema central de educação/sensibilização ambiental no ano de 2015 será a Eficiência Energética. No âmbito da adesão ao Pacto de Autarcas e da elaboração da Matriz Energética e da Sustentabilidade Climática serão dinamizadas várias ações de sensibilização/informativas sobre a Eficiência Energética. Estas sessões serão dinamizadas para vários públicos-alvo em momentos diferentes, pretendendo abranger a população escolar, a população em geral e os setores de atividade intervenientes no Plano de Ação para a Energia Sustentável do concelho;

O projeto "Banco de Árvores" tem sido muito importante quer para a sensibilização quer, essencialmente, para a reposição de espécies. Continuando o trabalho iniciado no ano anterior, serão dinamizadas ações de sensibilização com a população escolar através da plantação e sementeiras de espécies autóctones nos dias comemorativos do Dia da Floresta Autóctone e do Dia Mundial da Floresta. Estas sementeiras darão origem a árvores para futuras plantações em diversos locais do nosso concelho.

Será dada continuidade ao projeto de educação/sensibilização ambiental nomeadamente com a comunidade escolar, em geral, e com os Clubes da Floresta, em particular; com os Centros de Convívio, com as IPSS's, com projetos de cariz social (Especial.Mente, Núcleo Local de Inserção), bem como assinaladas as efemérides ambientais como são exemplo o Dia Mundial do Ambiente, o Dia da Floresta Autóctone, o Dia da Água e o Dia da Energia.

Teremos mais uma edição do concurso "Heart Parade", a realizar com escolas e IPSS's, finalizando com uma exposição dos trabalhos realizados no Jardim António Lopes nas



festas de São José e apoiaremos os projetos escolares ambientais como são exemplo o projeto “Eco-Escolas” e “Biodiversity of Rivers”. De 1 a 5 de março de 2015, a Póvoa de Lanhoso irá receber cerca de 40 alunos e professores provenientes do Chipre, Roménia, Turquia, Espanha, França e Polónia no âmbito do projeto “Biodiversity of Rivers”. Esta receção será dinamizada pela Escola Secundária em colaboração estreita com a autarquia.

- **Pacto Europeu de Autarcas**

Tendo como finalidade fazer do concelho da Póvoa de Lanhoso um concelho sustentável ao nível energético, o município estará empenhado na criação de condições que favoreçam a eficiência energética e a potenciação dos recursos energéticos endógenos.

Na sequência da adesão do município ao Pacto dos Autarcas, o concelho aderiu voluntariamente ao objetivo de promover o aumento da eficiência energética e a utilização de fontes de energias renováveis no respetivo território, contribuindo para o objetivo europeu de reduzir as emissões de CO2 em pelo menos 20% até 2020.

Na sequência da adesão ao Pacto Europeu de Autarcas, o município está empenhado na formulação de medidas que contribuam para a promoção da eficiência no consumo de energia e o fomento de energias renováveis, valorizando o estabelecimento de parcerias com entidades públicas e a sociedade civil. Um exemplo recente da concretização deste desiderato foi a implementação de medidas de eficiência energética na Piscina Municipal Coberta.

No próximo ano, a autarquia prosseguirá a cooperação com a Agência de Energia do Ave - AEdoAVE na implementação do Plano de Ação para a Energia Sustentável de nível municipal. O Plano de Ação para as Energias Sustentáveis (PAES) é um instrumento de avaliação do potencial de desenvolvimento do sistema energético da área de abrangência e uma ferramenta fundamental para a definição de estratégias energéticas e ambientais.

- **Agenda 21 da Póvoa de Lanhoso**

Neste âmbito, será feita uma nova auscultação da população residente através de questionários, os quais permitirão avaliar o grau de conhecimento da opinião dos munícipes sobre o que consideram mais e menos positivo nas suas freguesias e no concelho em geral, relativamente a cada aspeto e identificar algumas áreas de atuação futuras.

A informação recolhida sobre os problemas e potencialidades, do espaço geográfico no seu conjunto enquanto concelho, permitirá que o processo da Agenda 21 Local prossiga, respondendo às reais aspirações da comunidade.

- **Alargamento da rede de água e saneamento**

No ano 2015, por imposição legal, têm de ser transferidos os sistemas de exploração de água por parte das Juntas de Freguesia. Neste sentido, a autarquia, para poder assumir esse abastecimento, pretende intervir nas freguesias de São João de Rei, Rendufinho e Esperança, estimando-se em cerca de 700.000€ as obras a realizar.

Os objetivos de alargamento estão definidos para o mandato no Plano Plurianual de Investimentos, mas a indefinição do novo quadro comunitário sobre quais os eixos que vão financiar o alargamento da rede, impede uma planificação objetiva.

Na medida do possível, e de acordo com os avisos de candidatura, daremos prioridade aos núcleos de maior densidade populacional e em articulação com as Águas do Noroeste na componente da "alta".

No seguimento da preocupação com a sustentabilidade, a autarquia deu início à colocação de painéis solares e de uma manta de cobrimento do espelho de água da piscina municipal, tendo como objetivo a redução da fatura energética.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the number "31" and various scribbles.

Coesão Territorial

Toda a atividade municipal desenvolvida no âmbito dos vários pelouros representa um contributo importante para a coesão do concelho, pois são as pessoas, no seu todo, as beneficiárias das políticas municipais. Mas, de uma forma mais objetiva, pretende-se espelhar nesta área de intervenção as medidas e os investimentos materiais que representam uma melhoria das nossas freguesias, essencialmente ao nível dos seus equipamentos e espaços públicos.

Espelhamos aqui, também, a política de proximidade que desenvolvemos com as Juntas de Freguesia, no estrito respeito pelas suas competências e autonomia.

O facto de ainda não serem claros os prazos de apresentação de candidaturas ao novo quadro comunitário e de ainda existir uma verba significativa no anterior quadro para candidaturas em "overbooking", impede um planeamento objetivo, aconselhando-se que a autarquia tenha em carteira projetos preparados para os submeter logo que surjam avisos de candidaturas. Um bom exemplo desta gestão foram as candidaturas à requalificação dos campos de futebol da Vila e da Freguesia de Santo Emilião que, felizmente e porque estávamos preparados, tiveram o sucesso que desejávamos.

É neste enquadramento que vertemos novamente a estratégia que definimos para o mandato, a este nível, estando a sua calendarização condicionada às decisões da CCDR-N.

Assim, mantemos a intenção de submeter a financiamento:

- Requalificação dos centros cívicos das freguesias de Campos/Louredo, Santo Emilião, São João de Rel, Taíde, Travassos e Sobradelo da Goma;
- Requalificação urbana do Lugar de São Pedro e Rua Dr. Tinoco de Faria, freguesia da Póvoa de Lanhoso;
- Requalificação da Avenida dos Bombeiros Voluntários até à Ponte Pereiros, freguesia da Póvoa de Lanhoso (em parceria com a EP);
- Requalificação da Praça Eng. Armando Rodrigues, freguesia da Póvoa de Lanhoso;
- Construção de um novo parque de lazer urbano na Vila.

Tendo noção de que a componente de apoio à requalificação/construção de acessibilidades não é prioridade do novo quadro comunitário, a autarquia terá de efetuar um esforço suplementar para acomodar as necessidades no orçamento municipal. São prioridade em função da evolução da execução orçamental:

- Requalificação de estradas municipais:
 - EM 205, Lugar do Ferrador à Igreja, freguesia de Esperança
 - Ligação de Campos a Louredo pelo Lugar de Ventuzela
 - Ligação pelo campo de futebol da freguesia de Santo Emilião à freguesia de Campos/Louredo
 - Estrada de Rendufinho a Sobradelo de Rendufinho
 - Ligação da EM 205 à Igreja, freguesia de Travassos
- Ampliação do Cemitério Municipal.

33
Handwritten notes and signatures in blue ink, including the number 33 and several illegible signatures.

Na sequência da auscultação às Juntas de Freguesia foram identificadas prioridades ao nível da requalificação de acessibilidades e espaços públicos, que merecerão uma atenção especial no ano 2015. Após a identificação, segue-se a fase de elaboração dos projetos e orçamentação, sendo as mesmas executadas em função da sua justificada urgência e em função dos valores globais constantes nas rubricas do orçamento "Construção e beneficiação da viação rural do concelho; Beneficiação de arruamentos e obras complementares nas freguesias e Transferências para as Juntas de Freguesia e acordos de execução". Pela sua dimensão ou em caso de necessidade administrativa, serão delegadas nas Juntas de Freguesia as obras que, por acordo, se entendam inadmissíveis.

Os investimentos identificados são:

- União de Freguesias de Águas Santas e Moure - requalificação da Rua da Serzedá;
- União de Freguesias de Verim, Friande e Ajude - requalificação da Rua 25 Abril;
- União de Freguesias de Calvos e Frades - requalificação da Rua da Senra;
- União de Freguesias de Esperança e Brunhais - requalificação da Rua da Igreja;
- União de Freguesias de Campos e Louredo - requalificação da Rua de Ventuzela;
- Freguesia de Covelas - requalificação da Rua da Feiteira;
- Freguesia de Ferreiros - requalificação da Rua do Bulhoso;
- Freguesia de Fontarcada - requalificação da Rua do Erado;
- Freguesia de Galegos - requalificação do Cemitério;
- Freguesia de Garfe - alargamento da rede de saneamento nas Ruas de Cosme e São Damião;
- Freguesia de Geraz do Minho - requalificação da Rua de Portas;
- Freguesia de Lanhoso - requalificação da Rua de Cimo de Vila;
- Freguesia de Monsul - requalificação da Rua de Negrelos;
- Freguesia da Póvoa de Lanhoso - requalificação da Rua de Pomarelho;
- Freguesia de Rendufinho - requalificação da Rua de Artur da Silva e Rua de Arcas;
- Freguesia de Santo Emilião - requalificação da Travessa do Pinheiro;
- Freguesia de São João de Rei - requalificação da Rua Reboreda de Cima e Rua Fonte do Cabo;
- Freguesia de Serzedelo - construção da Capela Mortuária;
- Freguesia de Sobradelo da Goma - requalificação da Estrada de Várzeas;
- Freguesia de Taíde - requalificação da Rua Padre Torres;
- Freguesia de Travassos - requalificação da rua da Castanheira;
- Freguesia de Vilela - alargamento do Cemitério.

Importa ainda realçar que fica espelhado no orçamento um reforço em 10% dos acordos de execução/contratos Interadministrativos para as freguesias, atualização esta que permite uma melhoria significativa dos orçamentos das freguesias.

Governo Municipal



Sabemos que a modernização é um desafio inadiável que se coloca às organizações públicas como forma de responder às crescentes solicitações de que são alvo.

Face às mudanças que se verificam a um ritmo acelerado e que implicam uma constante adaptação dos serviços no sentido de melhor satisfazer as novas exigências dos cidadãos/clientes e de promover o desenvolvimento socioeconómico, a promoção da qualidade, da modernização administrativa e da orientação para a excelência assume um papel fundamental e representa pilares de atuação estratégica do executivo na sua atuação diária em articulação com os serviços municipais.

Neste sentido, têm sido levados a cabo projetos internos que potenciem melhores práticas de trabalho, que são diariamente avaliadas, havendo um esforço sistemático na tentativa de serem encontradas melhores soluções bem como de aperfeiçoar práticas existentes, contando, naturalmente, com o envolvimento da gestão de topo bem como com o necessário envolvimento e empenho de todos os colaboradores.

Assim, em 2015, iremos prosseguir com o trabalho desenvolvido, tendo sempre como base a inovação e como fim último a satisfação do cidadão. Para tal, temos como objetivos principais:

- Continuar com o trabalho de avaliação, revisão e atualização dos regulamentos e normativos municipais existentes, com vista ao seu aperfeiçoamento e adequação ao contexto atual, promovendo, inclusive, a agilização e a desburocratização dos processos passíveis de enquadramento no "licenciamento zero".
- Otimizar a gestão documental; automatizar os fluxos de informação nos processos administrativos; e racionalizar a circulação interna de informação.
- Continuar com o trabalho de informação interna aos trabalhadores designadamente no que respeita a matérias de recursos humanos e melhorar os canais de informação associados aos processos de gestão de assiduidade.
- Continuar com a política de formação do pessoal, procurando a promoção de novos índices de motivação que se repercutem na relação com o munícipe. Mais do que quantidade, iremos apostar em determinadas áreas que se revelem sinérgicas aos serviços nomeadamente no que respeita às tecnologias de informação, atendimento, segurança e higiene, urbanização e edificação e licenciamento zero, de entre outras.
- Implementar de forma efetiva o balcão único de atendimento ao munícipe, projeto para o qual temos trabalhado nestes dois últimos anos.
- Implementar o espaço do cidadão.
- Dotar a fiscalização municipal de ferramentas de trabalho que potenciem uma melhor articulação com a informação interna, através, por exemplo da utilização de aplicações georreferenciadas, tornando a sua ação mais efetiva e eficiente.

- Certificar o atendimento efetuado na Divisão de Gestão Administrativa, trabalho que está a ser levado a cabo.

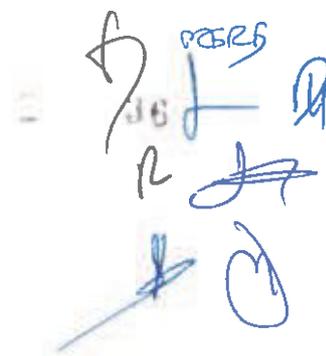
- Implementar medidas que permitam o aperfeiçoamento organizacional constante, numa lógica de melhoria contínua e de contribuir para o desempenho organizacional.

O Orçamento Participativo é um instrumento de participação cívica que valorizamos e, após a aprovação das linhas orientadoras, assistirá em 2015 ao seu ano experimental. Conforme metodologia definida, no primeiro trimestre, serão conhecidos os procedimentos de apresentação de candidaturas bem como o modo de votação. Este instrumento, que promove uma maior proximidade entre o cidadão e a autarquia, será dotado com uma verba orçamental de 250.000€. O executivo cumpre assim mais um dos compromissos assumidos com os Povoenses.

Os instrumentos de ordenamento do território estão em fase final de aprovação, sendo expectável que o novo PDM entre em vigor na sua plenitude no primeiro semestre do ano 2015. Encerra-se um período longo de revisão, cumprindo-se um dos principais compromissos assumidos por este executivo.

35
Handwritten signatures and initials in blue ink.

3 - Apresentação Geral do Orçamento



Descrição dos aspetos mais significativos do Orçamento Autárquico

A proposta do Orçamento apresentado neste documento tem como pressuposto o rigor, transparência e obedecendo aos preceitos legais, constituem os princípios fundamentais da política orçamental do Município da Povoia de Lanhoso.

No cômputo geral este documento reflete as opções, prioridades e compromissos legitimamente assumidos.

Resumo das receitas e das despesas

Designação	Orçamento		Designação	Orçamento	
	Valor	%		Valor	%
Receitas Correntes	12.765.675	83,4%	Despesas Correntes	9.989.950	65,3%
01 Impostos diretos	3.185.020	20,8%	01 Despesas com pessoal	4.014.350	26,2%
02 Impostos indiretos	129.775	0,8%	02 Aquisição de bens e serviços	4.430.265	29,0%
04 Taxas, multas e out penalidades	423.115	2,8%	03 Juros e outros encargos	125.125	0,8%
05 Rendimentos propriedade	604.030	3,9%	04 Transferências correntes	1.346.200	8,8%
06 Transferências correntes	7.134.930	46,6%	05 Subsídios	5	0,0%
07 Venda bens e serviços correntes	1.241.800	8,1%	06 Outras despesas correntes	74.005	0,5%
08 Outras receitas correntes	47.005	0,3%			
Receitas de Capital	2.534.325	16,6%	Despesas de Capital	5.310.050	34,7%
09 Venda bens Investimento	64.410	0,4%	07 Aquisição bens de capital	3.802.065	24,9%
10 Transferências de capital	2.467.468	16,1%	08 Transferências de capital	790.310	5,2%
11 Ativos financeiros	1.005	0,0%	09 Ativos financeiros	111.465	0,7%
12 Passivos financeiros	15	0,0%	10 Passivos financeiros	606.200	4,0%
13 Outras receitas de capital	1.422	0,0%	11 Outras despesas de capital	10	0,0%
15 Rep. n/abatidas nos pagamentos	5	0,0%			
Total	15.300.000	100,0%	Total	15.300.000	100,0%

A previsão das receitas e das despesas para o próximo ano é de 15,300 milhões de euros. Prevê-se que a receita corrente atingirá o valor de 12,766 milhões de euros, que suportará a despesa corrente de 9,990 milhões de euros, enquanto que a receita de capital fica apelos 2,534 milhões de euros para uma despesa de capital de 5,310 milhões de euros.

No que se refere à despesa destaca-se o peso da aquisição de bens e serviços (29%), dos encargos com pessoal (26,2%) e da aquisição de bens de capital (24,9%) que representam, em conjunto, 80% do total da despesa.

A análise da evolução das diferentes componentes da receita e da despesa acima discriminadas serão objeto de um maior aprofundamento em capítulos subsequentes.

Estrutura da receita e da despesa



Em termos absolutos verifica-se que a receita corrente representa 83,4%, enquanto que a receita de capital representa 16,6% da receita total. Na componente da despesa, o peso relativo das despesas correntes fixa-se nos 65,3%, a despesa de capital ascende a 34,7% da despesa total.

No que concerne à evolução do orçamento de 2014, verifica-se um decréscimo do saldo global efetivo de 400 mil euros.

II – ANÁLISE ORÇAMENTAL

38
R
J
J
d

1 - Previsão das receitas

Handwritten notes in blue ink at the top right of the page, including the number '39' and various scribbles and arrows.

Em 2015 prevê-se que a receita municipal seja de 15,300 milhões de euros, representado um decréscimo de 2,5% relativamente ao ano anterior. Verifica-se assim, que as receitas totais têm uma redução de 400 mil euros, refletido nas receitas de capital.

Da receita total prevê-se que 12,754 milhões de euros tenham origem em receitas correntes (83,4%) e 2,946 milhões de euros em receitas de capital (16,6%)

Receitas por classificação económica

Designação	Orçamento 2014		Orçamento 2015		Variação 2015/2014	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receitas Correntes	12.753.682	81,2%	12.765.675	83,4%	11.993	0,00
01 Impostos diretos	3.282.165	20,9%	3.185.020	20,8%	-97.145	-3,0%
02 Impostos indiretos	147.750	0,9%	129.775	0,8%	-17.975	-12,2%
04 Taxas, multas e out. penal.	435.980	2,8%	423.115	2,8%	-12.865	-3,0%
05 Rendimentos propriedade	644.915	4,1%	604.030	3,9%	-40.885	-6,3%
06 Transferências correntes	6.975.177	44,4%	7.134.930	46,6%	159.753	2,3%
07 Venda bens e serviços	1.257.190	8,0%	1.241.800	8,1%	-15.390	-1,2%
08 Outras receitas correntes	10.505	0,1%	47.005	0,3%	36.500	347,5%
Receitas de Capital	2.946.318	18,8%	2.534.325	16,6%	-411.993	-14,0%
09 Venda bens investimento	65	0,0%	64.410	0,4%	64.345	98992,3%
10 Transferências de capital	2.939.213	18,7%	2.467.468	16,1%	-471.745	-16,1%
11 Ativos financeiros	10	0,0%	1.005	0,0%	995	9950,0%
12 Passivos financeiros	15	0,0%	15	0,0%	0	0,0%
13 Outras receitas de capital	7.010	0,0%	1.422	0,0%	-5.588	-79,7%
15 Rep. n/abatidas nos pagamentos	5	0,0%	5	0,0%	0	0,0%
Total	15.700.000	100%	15.300.000	100%	-400.000	-2,5%

A receita corrente apresenta um ligeiro acréscimo relativamente ao ano de 2014, que se justifica essencialmente pelo acréscimo das transferências correntes e nas outras receitas correntes. Em contrapartida, verifica-se um decréscimo nas demais rubricas orçamentais. A diminuição da receita de capital, relativamente ao ano 2014, resulta fundamentalmente da redução nas transferências de capital, designadamente na rubrica da comparticipação de fundos comunitários.

Anota-se que as transferências da administração central apresentam, para 2015 uma redução de 3,4% face ao orçamento de 2014.

Handwritten notes in blue ink: "4", "40", "12", "mes", and a signature.

1.1. Receitas Fiscais

Na estrutura das receitas municipais é relevante o peso das receitas fiscais que, no seu somatório ascende a cerca de 3,738 milhões de euros e constituem uma das maiores fontes de receita do Orçamento, representado 24,4% da receita total e 29,3% da receita corrente.

Receitas fiscais

Designação	ANO 2014		ANO 2015		Taxa de Variação 2015/2014
	Valor	%	Valor	%	
01 Impostos diretos	3.282.165	84,9%	3.185.020	85,2%	-3,0%
Imposto municipal imóveis	2.360.000	61,0%	2.254.000	60,3%	-4,5%
Imposto único de circulação	440.000	11,4%	481.000	12,9%	9,3%
Imposto municipal trans. o Im	481.500	12,5%	450.000	12,0%	-6,5%
Impostos abolidos	660	0,0%	15	0,0%	-97,7%
Impostos diretos diversos	5	0,0%	5	0,0%	0,0%
02 Impostos indiretos	147.750	3,8%	129.775	3,5%	-12,2%
Mercados e feiras	71.500	1,8%	78.500	2,1%	9,8%
Loteamentos e obras	42.500	1,1%	22.750	0,6%	-46,5%
Ocupação da via pública	18.500	0,5%	15.700	0,4%	-15,1%
Publicidade	200	0,0%	100	0,0%	-50,0%
Saneamento - conservação	500	0,0%	500	0,0%	0,0%
Utilização da rede viária	500	0,0%	5	0,0%	-99,0%
Outros	14.050	0,4%	12.220	0,3%	-13,0%
04 Taxas, multas e out. penalidade	435.980	11,3%	423.115	11,3%	-3,0%
Mercados e feiras	50	0,0%	5	0,0%	-90,0%
Loteamentos e obras	115.500	3,0%	100.000	2,7%	-13,4%
Ocupação da via pública	5	0,0%	5	0,0%	0,0%
Caça e uso e porte de arma	300	0,0%	500	0,0%	66,7%
Saneamento	172.000	4,4%	197.800	5,3%	15,0%
Outros	115.125	3,0%	95.105	2,5%	-17,4%
Multas e outras penalidades	33.000	0,9%	29.700	0,8%	-10,0%
Total	3.865.895	100,0%	3.737.910	100,0%	-3,3%

Comparativamente ao ano anterior prevê-se que as receitas fiscais tenham uma redução cerca de 128 milhares de euros (-3,3%).

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the number '41' and various scribbles.

Para este resultado contribui a estimativa do decréscimo de impostos diretos, associado à diminuição do IMI e IMT, comparativamente ao orçado para 2014, reduzindo 4,5% e 6,5%, respetivamente.

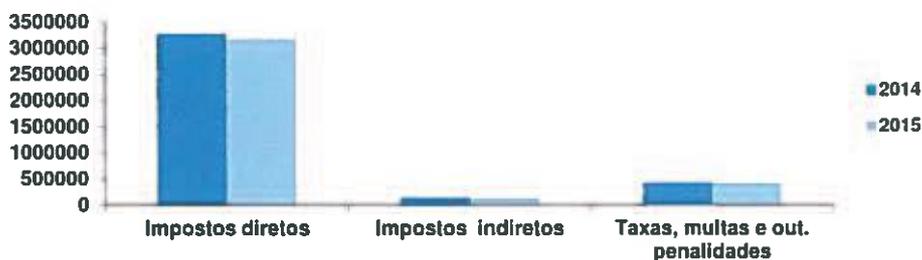
No que se refere ao IMI, realça-se que, apesar do acréscimo da taxa em 0,03%, o valor equivalente a 1% do IMI urbano será receita das Freguesias, bem como a totalidade do IMI rustico.

Esta estimativa foi calculada de acordo com a informação facultada pela Autoridade Tributária referente ao IMI a cobrar de 2013, acrescido do aumento previsto (0,03%) e deduzido do valor que será transferido para as Freguesias. As demais rubricas foram calculadas de acordo com as regras definidas no POCAL (média aritmética dos últimos 24 meses que antecedem a elaboração do orçamento).

Nos impostos indiretos prevê-se um decréscimo de 12,2%, relativamente previsto para o ano anterior, o que representa aproximadamente 18 mil euros.

No que concerne às taxas, multas e outras penalidades, o valor previsto para 2015 corresponde a um decréscimo de 3% comparativamente ao período anterior, que se justifica essencialmente pela diminuição da cobrança de taxas devidas pelas infraestruturas urbanísticas, redução de licenças de construção e de multas e outras penalidades.

Estrutura das receitas fiscais



1.2. Rendimentos de propriedade

Dos 604 milhares euros previstos em rendimentos de propriedade, 97,3% desse valor respeitam ao contrato de concessão de distribuição de energia elétrica com a EDP. A verba remanescente resulta de aplicações financeiras de curto prazo, outras rendas e dividendos.

1.3. Transferências correntes

Com um acréscimo de 6,4% face ao orçamento de 2014, as transferências correntes do orçamento de Estado para 2015 totalizam 6,5 milhões de euros e representam 50,8% das receitas correntes e de 90,8% das transferências correntes.

Destacam-se ainda as receitas provenientes de fundos e serviços autónomos que sofre um decréscimo de 292 mil euros, comparativamente ao ano anterior, justificado pela redução nas verbas provenientes de protocolos com o ministério da educação, do IEFP, ainda da redução de aproximadamente 80 mil euros referentes à comparticipação de transportes escolares do 2.º e 3º ciclo passarem a ser transferidos via Fundo Social Municipal (transferências do Orçamento de Estado/2015) invés da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL).

O remanescente das transferências correntes, no total de 165 mil euros, provém fundamentalmente, de programas com financiamento comunitário, nomeadamente do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e outras comparticipações.

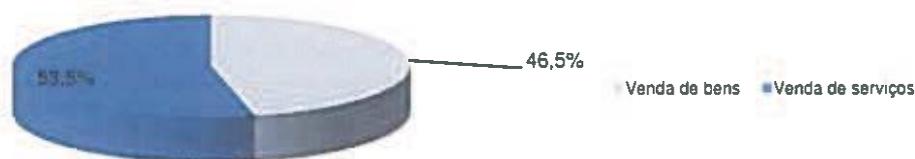
1.4. Venda de bens e serviços correntes

A venda de bens e serviços correntes representa 8,1% das receitas correntes, com uma previsão de 1,242 milhões de euros para 2015.

Comparativamente ao ano 2014, sofre uma ligeira quebra (-1,2%), justificado pela atual conjuntura económica e financeira nacional em que se verifica uma quebra de receita efetivamente cobrada na maioria destas rubricas.

Handwritten notes in blue ink, including a large number '7', a smaller number '43', and some illegible scribbles.

Estrutura da venda de bens e serviços correntes



1.5. Venda de bens de investimento

Neste agrupamento verifica-se uma previsão de 64 milhares euros, que resulta da média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de imóveis nos últimos 36 meses que procedem a elaboração do orçamento.

1.6. Transferências de capital

Por força do decréscimo de 687 mil euros das participações relativas a projetos com financiamento comunitário, as transferências de capital decrescem no valor de 472 mil de euros, comparativamente a 2014.

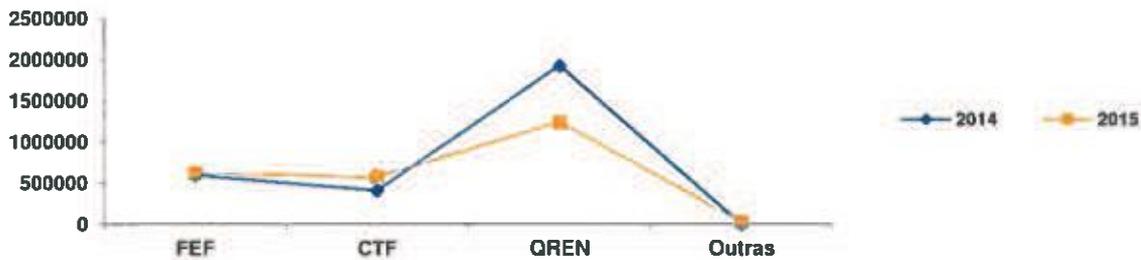
Com o encerramento do QREN, a quase totalidade dos projetos de candidaturas no seu âmbito estão em fase de conclusão. Acresce que o novo ciclo de programação comunitária para o período 2014/2020 ainda está em fase de definição dos instrumentos de programação e regulamentação.

Nas transferências de capital é de registar cerca de 573 mil euros referentes a verbas a receber via Estado, designadamente participação ainda por receber do INAG

(cerca de 185 mil euros) e a verba referente às obras a executar no quartel da GNR. Ainda a referir, um ligeiro acréscimo (4%) das transferências do Orçamento de Estado para 2015 no valor de 24 mil euros.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the number '44' and various initials.

Estrutura das transferências de capital



2 - Previsão das despesas

A despesa municipal para 2014 ascende a 15,300 milhões de euros, constituída por diversos agrupamentos económicos, em que a despesa corrente tem um peso de 65,3% e a despesa de capital de 34,7%.

Despesas por classificação económica

Designação	Orçamento 2014		Orçamento 2015		Variação 2015/2014	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes	9.991.500	63,6%	9.989.950	65,3%	-1.550	0,00
01 Despesas com pessoal	4.014.520	25,6%	4.014.350	26,2%	-170	0,0%
02 Aquisição bens e serviços	4.200.000	26,8%	4.430.265	29,0%	230.265	5,5%
03 Juros e outros encargos	228.620	1,5%	125.125	0,8%	-103.495	-45,3%
04 Transferências correntes	1.448.350	9,2%	1.346.200	8,8%	-102.150	-7,1%
05 Subsídios	40.005	0,3%	5	0,0%	-40.000	-100,0%
06 Outras despesas correntes	60.005	0,4%	74.005	0,5%	14.000	23,3%
Despesas de Capital	5.708.500	36,4%	5.310.050	34,7%	-398.450	-7,0%
07 Aquisição de bens de capital	3.570.970	22,7%	3.802.065	24,9%	231.095	6,5%
08 Transferências de capital	1.411.510	9,0%	790.310	5,2%	-621.200	-44,0%
09 Ativos financeiros	5	0,0%	111.465	0,7%	111.460	2229200,0%
10 Passivos financeiros	726.005	4,6%	606.200	4,0%	-119.805	-16,5%
11 Outras despesas de capital	10	0,0%	10	0,0%	0	0,0%
Total	15.700.000	100%	15.300.000	100%	-400.000	-2,5%

As despesas correntes mantêm-se ao mesmo nível do ano anterior. Não foi possível a redução nos custos com pessoal, pelo fato de haver uma redução nos cortes comparativamente ao ano anterior. A referir a inclusão na rubrica de aquisição de serviços de cerca de 150 mil euros referentes a projetos em curso financiados pelo QREN.

2.1. Despesas com pessoal

Em 2015 estima-se que as despesas de pessoal se mantenham ao mesmo nível face ao ano anterior, com uma dotação de 4,014 milhões de euros.

Despesas com pessoa por natureza económica

Designação	Orçamento 2014		Orçamento 2015		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
01 Despesas com Pessoal	4.014.520	100,0%	4.014.350	100,0%	-170	0,0%
Remunerações certas e permanentes	3.101.083	77,2%	3.074.980	76,6%	-26.103	-0,8%
Abonos variáveis ou eventuais	43.111	1,1%	54.065	1,3%	10.954	25,4%
Segurança Social	870.326	21,7%	885.305	22,1%	14.979	1,7%

Em análise aos valores por subagrupamentos permite verificar uma diminuição das remunerações certas e permanentes em detrimento dos abonos e encargos sobre os vencimentos.

2.2. Despesas com aquisição de bens e serviços

As despesas de aquisição de bens e serviços com uma estimativa de 4,430 milhões de euros tem um peso de 29% no total das despesas e de 44,3% nas despesas correntes.

Aquisição de bens e serviços por natureza

Designação	Orçamento 2014		Orçamento 2015		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
02 Aquisição de bens e serviços	4.199.460	100,0%	4.430.265	100,0%	230.805	5,5%
Aquisição de bens	1.140.955	27,2%	1.164.160	26,3%	23.205	2,0%
Aquisição de serviços	3.058.505	72,8%	3.266.105	73,7%	207.600	6,8%

Mantem-se as medidas de contenção de custos e da rentabilização de recursos através de sinergias desenvolvidas, no entanto, verifica-se ainda assim um aumento de 5,5%, comparativamente ao ano anterior.

Este aumento justifica-se essencialmente pela inclusão no orçamento cerca de 150 milhares euros de serviços referentes a candidaturas em curso, pela previsão de aumento de encargos com instalações (encargos com AVAC), aumento dos custos de ambiente designadamente da BRAVAL, em que se prevê um aumento do tarifário na ordem dos 11,2%.

2.3. Encargos correntes da dívida

Os juros e outros encargos ascendem a 125 mil euros, diminuem 45,3% comparativamente ao ano anterior, o equivalente a 103 mil euros.

A diminuição desta componente deve-se, para além da redução da dívida, ao efeito da variação da taxa de juros e à redução dos encargos com juros de mora, pelo fato de o município estar a cumprir os prazos de pagamento.

2.4. Transferências correntes e subsídios

As transferências correntes têm um peso de 8,8% no orçamento total, o que equivale a um valor de 1,346 milhões de euros. Verifica-se com uma diminuição na ordem dos 142 mil euros, que engloba entre outras, as transferências para as Freguesias e protocolos com instituições sem fins lucrativos em matérias de educação.

A reformulação das transferências para as Freguesias no âmbito da aplicação da lei 75/2013, de 13 de setembro, em que parte verba passa a ser classificada com transferências de capital, contribuindo para a diminuição na ordem dos 60 mil euros nas transferências correntes por contrapartidas das transferências de capital.

Para este decréscimo contribui a redução das transferências para os agrupamentos, bem como dos protocolos para as IPS'S resultante da redução do n.º de crianças a frequentar o ensino básico e pré-escolar, bem como da abertura do ensino básico na EB Integrada de Taíde, em que a comparticipação das refeições escolares passa a ser efetuada mediante protocolo com a DGEST.

Unidade: Euros

<i>Transferências de capital</i>	<i>Valor</i>
Sociedades e quase-sociedades não financeiras	5
Administração central	20.000
Administração local	463.200
Instituições sem fins lucrativos	666.000
Famílias	197.000
TOTAL	1.346.205

2.5. Aquisição de bens de capital

Este agrupamento económico, com um valor orçado em 3,802 milhões de euros representa 24,9% da despesa total e 71,6% das despesas de capital.

Verifica-se um acréscimo de 231 mil euros, face ao ano de 2014.

Investimento por natureza

Designação	Orçamento 2014		Orçamento 2015		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Aquisição de bens de capital	3.570.970	100,0%	3.802.065	100,0%	231.095	6,5%
Terrenos	40.000	1,1%	5.000	0,1%	-35.000	-87,5%
Habitacões	10	0,0%	10	0,0%	0	0,0%
Edifícios	1.426.602	39,9%	1.292.290	34,0%	-134.312	-9,4%
Construções diversas	27.054	0,8%	523.515	13,8%	496.461	1835,1%
Equipamento e outros	559.633	15,7%	597.397	15,7%	37.764	6,7%
Locação financeira	41.005	1,1%	10	0,0%	-40.995	-100,0%
Bens de domínio público	1.476.666	41,4%	1.383.843	36,4%	-92.823	-6,3%

A rubrica com maior peso é o investimento em bens de domínio público com um valor de 1,384 milhões de euros. A rubrica que comparativamente ao ano anterior que maior aumento sofreu é as construções diversas, designadamente em instalações desportivas (+496 mil euros).

2.6. Transferências de capital

Para as transferências de capital prevê-se o valor de 606 milhares euros, representa 5,2% do total das despesas e de 11,4% das despesas de capital.

Principais transferências de capital

Unidade: Euros	
<i>Transferências de capital</i>	<i>Valor</i>
Sociedades e quase-sociedades não financeiras	5
Administração central	5
Administração local	625.300
Instituições sem fins lucrativos	140.000
Famílias	25.000
TOTAL	790.310

Destaca-se as transferências para as Freguesias que representam 78,3% do total das transferências de capital.

2.7. Passivos Financeiros

Os passivos financeiros traduzem-se na amortização de empréstimos bancários de médio e longo prazo, com uma dotação de 606 mil euros.

3 - Serviço da dívida

O serviço da dívida, que inclui as amortizações e juros a pagar, totaliza 731 milhares euros, representando 4,8% do total das despesas. A discriminação dos empréstimos constam em anexo do presente relatório.

Comparativamente ao ano 2014, verifica-se uma redução do serviço da dívida de 223 mil euros (-23,4%), justificado essencialmente pela amortização de empréstimos bancários e conseqüente redução da dívida e cumprimento dos prazos de pagamento.

Salienta-se que, até 2013, haviam determinados empréstimos obtidos para financiamento comunitários e outros, estavam excecionados para efeitos do cálculo do endividamento municipal, ao abrigo da então Lei das Finanças Locais (Lei 2/2007, de 15 de janeiro) e Lei do Orçamento de Estado.

Com a entrada da nova Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), os conceitos de endividamento municipal são alterados. Os municípios passam a estar sujeitos a um limite para a dívida total que engloba a totalidade dos empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento.

Handwritten notes in blue ink: "meses" at the top right, "50" in the middle, and several scribbles and lines below.

4 - Equilíbrio Orçamental – Poupança Corrente

O princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, determina o modelo orçamental e contabilístico das autarquias locais, ao estabelecer que o orçamento deve prever receitas para cobrir as despesas, impondo uma mera igualdade contabilística. Não exige qualquer igualdade substancial, ou seja a cobertura de certos tipos de despesa por certo tipo de receita, nem obriga a que as receitas correntes sejam iguais às despesas correntes, desde que no mínimo as receitas correntes financiem as despesas correntes.

Todavia esta norma mantém-se presente na execução orçamental permitindo a formação de poupança corrente, com vista à sua aplicação no investimento. Efetivamente verifica-se que ao analisar previsão orçamento para 2015, que as receitas correntes não só financiam todas as despesas correntes, como ainda financiam 52,3% das despesas de capital, gerando-se assim uma poupança corrente.

A Nova Lei da Finanças Locais – Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, define um novo conceito de equilíbrio orçamental, no art.º40, conjugado com o art.º 83 da referida lei impõem que a receita corrente cobrada bruta deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimo de médio e longo prazo. Aplicando o novo limite, verifica-se o seu integral cumprimento e ainda assim um excedente de 2,125 milhões de euros.

Unidade Euros	
<i>Designação</i>	<i>Orçamento 2015</i>
(1) Receitas corrente	12.765.675
(2) Amortização média dos empréstimos de médio e longo prazo	651.039
(3) Despesas correntes	9.989.950
(1 + 2) - (3) = Equilíbrio Orçamental	2.124.686

5 - Grandes Opções do Plano (GOP'S)

Grandes opções do plano por tipologia e natureza

Unidade: Euros

Objetivos	PAM		PPI		TOTAL	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1.1.1 Administração geral	0	0,0%	314955	7,8%	314.955	3,6%
1.2.1 Segurança e ordem pública	66.000	1,4%	381.255	9,4%	447.255	5,0%
2.1.1 Ensino não superior	5	0,0%	93.005	2,3%	93.010	1,0%
2.1.2. Serviços auxiliares de ensino	1.180.500	24,5%	0	0,0%	1.180.500	13,3%
2.2.1 Serviços de saúde	36.000	0,7%	500	0,0%	36.500	0,4%
2.3.2 Ação social	170.000	3,5%	0	0,0%	170.000	1,9%
2.4.1 Habitação	0	0,0%	5	0,0%	5	0,0%
2.4.2 Ordenamento território	0	0,0%	358.005	8,9%	358.005	4,0%
2.4.3 Saneamento	520.000	10,8%	159.000	3,9%	679.000	7,7%
2.4.4 Abastecimento de água	585.000	12,2%	171.500	4,2%	756.500	8,5%
2.4.5 Resíduos sólidos	205.000	4,3%	15.000	0,4%	220.000	2,5%
2.4.6 Proteção meio ambiente e cons. natureza	25.000	0,5%	11.515	0,3%	36.515	0,4%
2.5.1. Cultura	150.000	3,1%	929.300	23,0%	1.079.300	12,2%
2.5.2 Desporto, recreio e lazer	134.000	2,8%	530.000	13,1%	664.000	7,5%
3.2.1 Energia	550.000	11,4%	76.410	1,9%	626.410	7,1%
3.3.1 Transportes rodoviários	0	0,0%	892.000	22,1%	892.000	10,1%
3.4.1 Mercados e feiras	0	0,0%	10	0,0%	10	0,0%
3.4.2 Turismo	3.000	0,1%	5	0,0%	3.005	0,0%
3.5.1 Outras funções económicas	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
4.2.1 Transferências adm. Pública	1.010.300	21,0%	0	0,0%	1.010.300	11,4%
4.2.2 Transferências adm. Privada	180.000	3,7%	0	0,0%	180.000	2,0%
4.3.1 Ativos financeiros	0	0,0%	111.465	2,8%	111.465	1,3%
4.3.2 Outras despesas de capital	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Total	4.814.805	100,0%	4.043.930	100,0%	8.858.735	100,0%

O valor global das GOP'S, apresentado para 2015, é de 8,859 milhões de euros, dos quais 4,044 milhões de euros referem-se ao Plano Plurianual de Investimento (PPI) e 4,815 milhões de euros ao Plano de Atividades Municipal (PAM).

No cômputo geral são as funções sociais que mais verba absorvem, com 5,523 milhões de euros, representam 62,3% das GOP'S e 36,1% do valor global do orçamento.

5.1. Plano de Atividades Municipal (PAM)

O PAM reflete as atividades mais relevantes da autarquia. Representa 31,5 do total das despesas para 2015, sendo que as componentes com maior peso são designadamente a educação que absorve 1,18 milhões de euros (24,5%) e as transferências para a administração pública com 1,01 milhões de euros.

Unidade: Euros

Descrição	Valor	%
Funções gerais	66.000	1,4%
Funções sociais	3.005.505	62,4%
Funções económicas	553.000	11,5%
Outras funções	1.190.300	24,7%
Total	4.814.805	100,0%

Do PAM, a função que absorve mais verba é a social, com 3 milhões de euros, representa 19,6% do orçamento total e 62,4% do PAM.

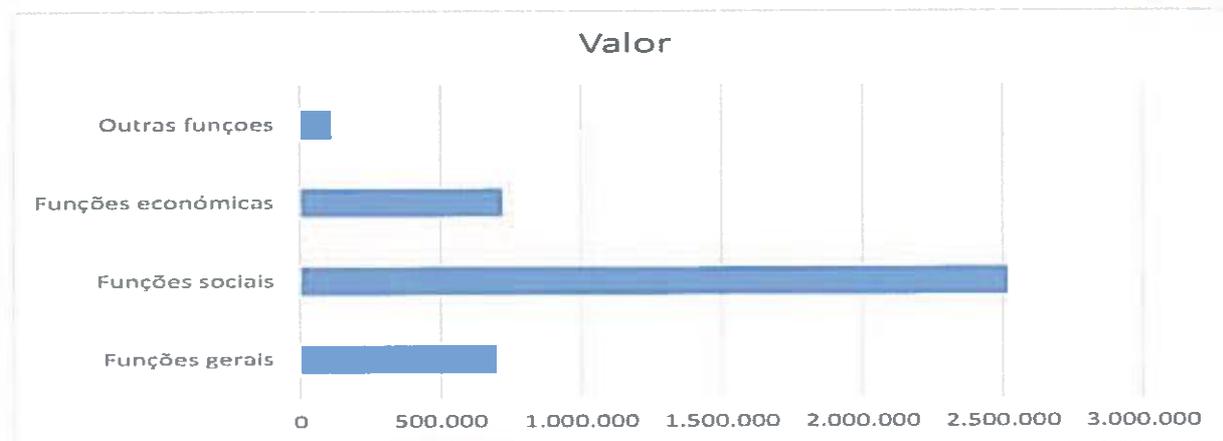
5.2. Plano Plurianual de Investimentos (PPI)

O Plano Plurianual de investimento reflete todos os projetos e ações que implicam despesas orçamentais destinadas ao investimento, as quais são classificadas na rubrica económica 07 – Aquisição de bens de capital e 09 – Ativos financeiros.

Estes investimentos totalizam 4,044 milhões de euros, com destaque para o investimento a realizar no âmbito da cultura, ordenamento do território e transportes rodoviárias, que corresponde no seu global a 53,9% do investimento total.

Classificação funcional do PPI

54
meses
R
A
D



6 - Análise ao Plano de Ajustamento Financeiro

7
55
R
FA
J
D

A Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto e a Portaria n.º 281-A/2012, de 14 de setembro criou o Programa de Apoio à Economia Local, com o objetivo de proceder à regularização de pagamentos de dívidas dos municípios a fornecedoras vencidas há mais de 90 dias registadas no SIAL à data de 31 de março de 2012.

A referida Lei estabelece um regime excecional e transitório de concessão de crédito, permitindo a execução de um plano de ajustamento financeiro municipal para a concretização de um cenário de equilíbrio financeiro e para a regularização do pagamento de dívidas dos municípios.

Este Município aderiu ao PAEL, elaborou e aprovou um plano de ajustamento financeiro conseguindo para o efeito um financiamento de € 2.469.209,63.

Apresenta-se uma análise aos quadros referentes à estimativa orçamental para o ano 2015 prevista no PAEL em comparação com os valores previstos para o orçamento de 2015.

- **Quadro II – Medidas propostas no plano de ajustamento financeiro** – mapa em que é quantificado o impacto financeiro das medidas aplicadas, comparando o que foi previsto no PAF e o valor estimado nos documentos previsionais para o ano de 2015;
- **Quadro III – Evolução Previsional da receita e da despesa** – quadro que permite aferir o orçamento previsto no PAF e o orçamento atual do Município;

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL)

QUADRO II: MEDIDAS PROPOSTAS NO PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO

Município: Ponta de Leste

1/2014

24.10.2014

Descrição das medidas	Data início prevista para as ações de aplicação da medida	Quantificação do impacto financeiro previsto resultante da aplicação da medida (Indicar apenas o valor estimado da implementação da medida)		Quantificação do impacto financeiro previsto resultante da aplicação da medida (Indicar apenas o valor estimado da implementação da medida)	Valores Previsto		Justificação da implementação da medida (ata de reunião, edital, despacho, ...)	Quantificação dos impactos da medida
		2015			2015			
		Valor ano	Porcentagem das receitas 2011 (%)		Valor ano	Devido face ao previsto		
B.1 Aumento da receita								
1. Maximização das receitas cobradas pelo município, através da reestruturação dos serviços	01/01/2010	534 19,81	8%	525 034,31	209 105,50			Apesar de terem sido aplicadas todas as medidas na receita previstas no PAEL, a contabilidade atualizada a ser mais recessiva do que inicialmente esperado.
2. Otimização e racionalização das taxas cobradas pelo município	01/01/2010	227 459,66	43%	237 693,87	200 263,69			
3. Outras medidas com impacto no aumento da receita								
3.1. <i>Atividade Geral de Incentivo Imposto Municipal (IIMI) em 2011</i>	01/01/2010	134 093,62	110%	10 103,29	38 196,63			Abrigo da Lei das Finanças Locais em que parte do IIMI receita das Freguesias
3.2. <i>Atividade do Rendo de Lábios Municipais</i>	01/01/2010							
<i>Administrativa medida nome habu</i>								
Total Aumento de receita (B.1)		2.111.025,69	79%	1.383.051,87	737.973,82			
B.2 Redução da despesa								
4. Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com atividades que tenham impacto direto na diminuição de custos de funcionamento de infraestruturas municipais	01/01/2010	410 752,36	8%	1 005 581,41	3 037 623,00			
5. Outras medidas com impacto na redução da despesa								
5.1. Redução de despesa de funcionamento através da agregação de necessidades	01/01/2010	22 372,35	15%	22 312,35	0,00			
5.2. Redução de Subsídios e Transferências para terceiros	01/01/2010	14 500,00	4%	5 600,00	500,00			
Ação Social Escolar	01/01/2010	14 000,00	100%	26 000,00	14 000,00			
Atividades no âmbito do apoio à 3ª idade	01/01/2010	76 073,34	94%	76 073,34	0,00			
Comparticipação de cursos com Associações de Municípios	01/01/2010	40 000,00	37%	40 000,00	0,00			
Atividades desportivas, recreativas e culturais	01/01/2010	35 700,00	30%	71 400,00	35 700,00			
Redução do valor do contrato de gestão do Centro de Convalescência	01/01/2010	6 14 501,85	10%	6 373 530,93	-728 029,08			
Total Poupança gerada pela redução da despesa (B.2)								
B.3 Outras medidas								
6. <i>Informação referente a eventos concorrenciais públicos que se encontram a desenvolver</i>								
7. <i>Informação referente a processos públicos de contratação, tendentes, em resultado dos quais resulte significativo impacto financeiro para o município</i>								
8. Outras medidas b)								
<i>diminuir as medidas nome habu</i>								
Total aumento receita / poupança gerada pelas outras medidas (B.3)		0,00	0,00%	0,00	0,00			0,00
Total impacto esperado (B.1+B.2+B.3)		2 755 527,54	10%	2 755 582,78	15,22			0,00

As indicações do tipo de impacto que podem ter no caso de aumento de receitas indicam com sinal positivo, no caso de aumento da despesa indicam com sinal negativo. Devem ser registadas todas as medidas implementadas pelo Município. Caso as medidas não estejam listadas no quadro, deverão acrescentar as linhas necessárias.

Handwritten signatures and initials, including a large blue signature and several smaller ones, along with the number '45' and '9'.

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL)

QUADRO III: EVOLUÇÃO PREVISIONAL DA RECEITA E DA DESPESA

Município: Póvoa do Lanhoso

Data:

24-10-2014

Descrição	Valores candidatura	Valores Estimados 2015	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação
	Valores estimados PAF			
	2015			
Receitas correntes	11.785.192,12	12.765.675,00	-980.482,88	
Impostos directos	3.469.846,88	3.185.020,00	284.826,88	
IMI	2.572.596,63	2.254.000,00	318.596,63	
IMI	400.000,00	450.000,00	-50.000,00	
Derrama	0,00	0,00	0,00	
Outros	497.250,25	481.020,00	16.230,25	
Impostos indirectos	202.144,17	129.775,00	72.369,17	
Taxas, multas e outras penalidades	551.007,52	423.115,00	127.892,52	
Taxas	514.612,75	393.415,00	121.197,75	
Multas	36.394,77	29.700,00	6.694,77	
Rendimentos da propriedade	678.690,90	604.000,00	74.669,90	
Transferências correntes	3.428.789,00	7.134.970,00	-1.706.141,00	Alteração da estrutura do FEF e Financiamento no âmbito do QRLN
Venda de bens e serviços correntes	1.450.915,50	1.241.800,00	209.115,50	
Venda de bens	620.832,48	567.765,00	53.067,48	
Serviços	808.103,30	652.000,00	155.173,30	
Rendas	21.979,72	21.105,00	874,72	
Outras receitas correntes	3.789,15	4.005,00	-43.215,85	
Receitas de capital	2.469.618,00	2.534.320,00	-64.702,00	
Venda de bens de investimento	0,00	64.410,00	-64.410,00	
Terrenos	0,00	64.355,00	-64.355,00	
Habitacões	0,00	0,00	0,00	
Edifícios	0,00	10,00	-10,00	
Outros bens de investimento	0,00	45,00	-45,00	
Transferências de capital	2.459.618,00	2.467.468,00	-7.850,00	Inclusão de verbas a receber no âmbito de financiamentos externos
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	2.459.618,00	595.489,00	1.864.129,00	Alteração da estrutura do FEF e Financiamento no âmbito do QRLN
Ativos financeiros	0,00	1.005,00	-1.005,00	
Passivos financeiros	0,00	15,00	-15,00	
Outras receitas de capital	10.000,00	1.422,00	8.578,00	
Rep. não abatidas nos pagamentos	0,00	5,00	-5,00	
Total receita	14.254.810,12	15.300.000,00	-1.045.189,88	O acréscimo justifica-se pela inclusão de financiamento de projetos não previstos no PAF
Receitas correntes	11.785.192,12	12.765.675,00	-980.482,88	
Receitas de capital	2.469.618,00	2.534.320,00	-64.702,00	
Despesas correntes	9.835.076,83	9.989.950,00	-154.873,17	
Despesas com o pessoal	3.519.898,81	4.014.350,00	-494.451,19	Aumento justificado:
Remunerações certas e permanentes	2.767.185,15	3.074.080,00	-307.794,85	• pagamento do subsídio de férias, e;
Abonos variáveis ou eventuais	35.443,66	54.065,00	-18.621,34	• aumento da contribuição para a CGA de 15% para 23,75%
Segurança social	717.270,00	885.305,00	-168.035,00	
Aquisição de bens e serviços	4.435.213,30	4.430.265,00	4.948,30	
Aquisição de bens	1.125.000,00	1.164.160,00	-39.160,00	

58

Aquisição de serviços	3.310.213,30	3.266.115,00	44.098,30	
Juros e outros encargos	239.264,72	125.125,00	114.139,72	
Resultantes do PAEL	952.753,31	524.333,33	42.841,98	
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	68.989,41	57.681,67	11.307,74	
Resultantes de endividamento de curto prazo	75.000,00	15.000,00	59.990,00	
Transferências correntes	1.410.000,00	1.346.200,00	63.800,00	
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	0,00	0,00	
Freguesias	525.000,00	408.200,00	116.800,00	
Associações de municípios	5.000,00	55.000,00	-50.000,00	
Instituições sem fins lucrativos	750.000,00	666.000,00	84.000,00	
Famílias	100.000,00	197.000,00	-97.000,00	
Outras	30.000,00	20.000,00	10.000,00	
Subsídios	175.700,00	5,00	175.695,00	
Empresas públicas municipais e intermunicipais	135.700,00	5,00	135.695,00	
Famílias	40.000,00	0,00	40.000,00	
Outros	0,00	0,00	0,00	
Outras despesas correntes	55.000,00	74.005,00	-19.005,00	
Despesas de capital	4.420.222,09	5.310.050,00	-889.827,91	
Aquisição de bens de capital	3.247.500,00	3.802.065,00	-554.565,00	
Investimentos	796.500,00	2.418.212,00	-1.621.712,00	
Terrenos	0,00	5.000,00	-5.000,00	
Habitacões	5.000,00	10,00	4.990,00	
Edifícios	262.000,00	1.292.200,00	-1.030.200,00	
Construções diversas	160.000,00	523.515,00	-363.515,00	
Outros	369.500,00	597.307,00	-227.807,00	
Locação financeira	0,00	10,00	-10,00	
Bens de domínio público	2.451.000,00	1.383.843,00	1.067.157,00	
Transferências de capital	585.000,00	790.310,00	-205.310,00	
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	0,00	0,00	
Freguesias	550.000,00	618.800,00	-68.800,00	
Associações de municípios	0,00	6.500,00	-6.500,00	
Instituições sem fins lucrativos	25.000,00	140.000,00	-115.000,00	
Famílias	10.000,00	25.000,00	-15.000,00	
Outras	0,00	10,00	-10,00	
Activos financeiros	0,00	111.465,00	-111.465,00	
Passivos financeiros	587.722,09	606.200,00	-18.477,91	
Resultantes do PAEL	155.430,37	178.331,80	-22.901,43	
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	432.291,72	427.863,20	4.428,52	
Resultantes de endividamento de curto prazo	0,00	5,00	-5,00	
Outras despesas de capital	0,00	10,00	-10,00	
Total despesa	14.255.298,92	15.300.000,00	-1.044.701,08	Aumento que se justifica pela execução de projetos financiados, não previstos no PAF
Despesa corrente	9.835.076,83	9.989.950,00	-154.873,17	
Despesa de capital	4.420.222,09	5.310.050,00	-889.827,91	
Saldo (Receita - Despesa)	-488,80	0,00	-488,80	

7 - Responsabilidades contingentes

Tendo em consideração o previsto na al. a), do n.º1, do art.º 46 da Lei das Finanças Locais, é necessário identificar e descrever as responsabilidades contingentes.

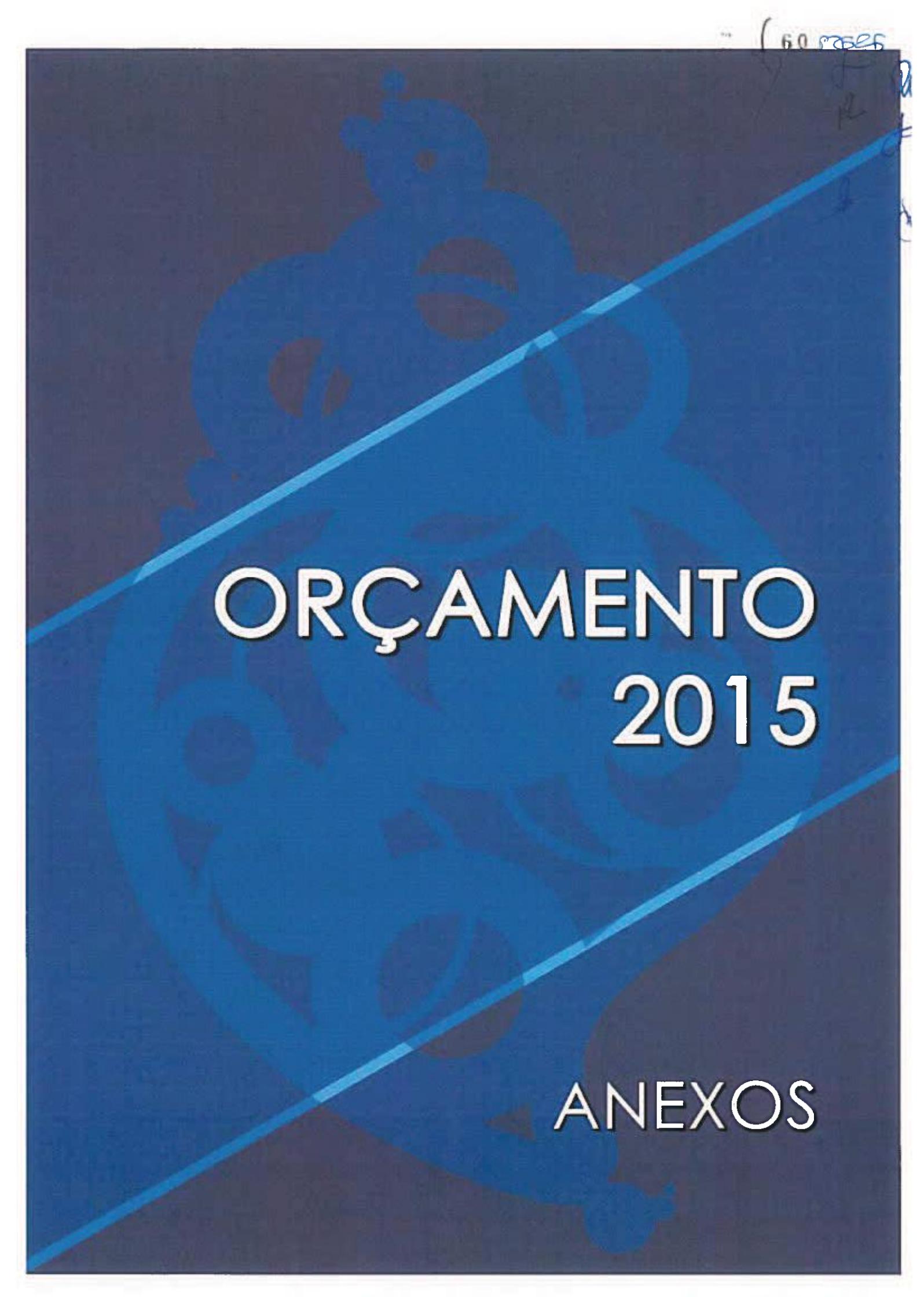
Responsabilidade contingente¹, traduz-se em:

- (a) Uma obrigação possível que provenha de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob controlo da entidade; ou
- (b) É uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque:
 - (i) Não é provável que um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos seja exigido para liquidar a obrigação; ou
 - (ii) A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Efetuada um análise aos processos judiciais em curso, são todos alvos de reconhecimento e devidamente aprovisionados, pelo que não se reconhece atualmente responsabilidades contingentes a relatar.

¹ Em conformidade com o definido no § 8 da Norma Contabilista de Relato Financeiro (NCRF) 21 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

60 000000



ORÇAMENTO 2015

ANEXOS

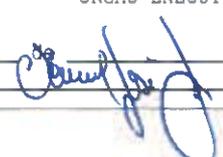
RESUMO DO ORÇAMENTO

61
 12
 12
 12

ENTIDADE
 MUNICÍPIO DA POVOA DE LANHOSO

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2015

RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	12.765.675,00	Correntes	9.989.950,00
De capital	2.534.325,00	De capital	5.310.050,00
Total	15.300.000,00	Total	15.300.000,00
Serviços Municipalizados		Serviços Municipalizados	
Total Geral	15.300.000,00	Total Geral	15.300.000,00

ÓRGÃO EXECUTIVO
 Em _____ de _____ de _____


ÓRGÃO DELIBERATIVO
 Em 22 de Abril de 2014


ENTIDADE	RESUMO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS	APROVAÇÕES :
CMPL		Executivo _____ Deliberativo _____

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2015

RECEITAS	MONTANTE	%
RECEITAS CORRENTES		
01 IMPOSTOS DIRECTOS	3.185.020,00	20.8
02 IMPOSTOS INDIRECTOS	129.775,00	0.8
03 CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL, A CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES		
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	423.115,00	2.8
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	604.030,00	3.9
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.134.930,00	46.6
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.241.800,00	8.1
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	47.005,00	0.3
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	12.765.675,00	83.4
RECEITAS DE CAPITAL		
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	64.410,00	0.4
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.467.468,00	9.1
11 ACTIVOS FINANCEIROS	1.035,00	0.0
12 PASSIVOS FINANCEIROS	15,00	0.0
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1.422,00	0.0
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	2.534.320,00	16.4
OUTRAS RECEITAS		
14 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	5,00	0.0
TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS	5,00	0.0
TOTAL GERAL	15.300.000,00	100.0

DESPESAS	MONTANTE	%
DESPESAS CORRENTES		
01 DESPESAS COM O PESSOAL	4.014.350,00	26.2
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	4.430.265,00	29.0
03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	125.125,00	0.8
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.346.200,00	8.8
05 SUBSÍDIOS	5,00	0.0
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	74.005,00	0.5
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	9.989.950,00	65.3
DESPESAS DE CAPITAL		
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	3.802.065,00	24.9
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	790.310,00	5.2
09 ACTIVOS FINANCEIROS	111.465,00	0.7
10 PASSIVOS FINANCEIROS	606.200,00	4.0
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	10,00	0.0
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	5.310.050,00	34.7
TOTAL GERAL	15.300.000,00	100.0

783.13325



ORÇAMENTO 2015

ENTIDADE MUNICIPIO DA PÓVOA DE LANHOSO	ORÇAMENTO DA RECEITA	64 1995 DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2015
---	----------------------	---

PÁGINA : 1

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
	RECEITAS CORRENTES	12.765.675,00
01	IMPOSTOS DIRECTOS	3.185.020,00
01.02	OUTROS	3.185.020,00
01.02.02	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS	2.254.000,00
01.02.03	IMPOSTO UNICO DE CIRCULAÇÃO	481.000,00
01.02.04	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSOES ONEROSAS DE IMÓVEIS	450.000,00
01.02.07	IMPOSTOS ABOLIDOS	15,00
01.02.07.01	Contribuição autarquica	5,00
01.02.07.02	Imposto municipal de sisa	5,00
01.02.07.03	Imposto municipal sobre veiculos	5,00
01.02.99	IMPOSTOS DIRECTOS DIVERSOS	5,00
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	129.775,00
02.02	OUTROS	129.775,00
02.02.06	IMPOSTOS INDIRECTOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	129.775,00
02.02.06.01	Mercados e feiras	78.500,00
02.02.06.02	Loteamento e obras	22.750,00
02.02.06.03	Ocupação de via pública	15.700,00
02.02.06.05	Publicidade	100,00
02.02.06.06	Saneamento - Conservação	500,00
02.02.06.07	Utilização da rede viária	5,00
02.02.06.99	Outros	12.220,00
02.02.06.99.01	Taxa municipal de direitos de passagem	4.200,00
02.02.06.99.02	Taxa de depósito da ficha técnica da habitação	20,00
02.02.06.99.99	Outros	8.000,00
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	423.115,00
04.01	TAXAS	393.415,00
04.01.23	TAXAS ESPECÍFICAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	393.415,00
04.01.23.01	Mercados e feiras	5,00
04.01.23.02	Loteamento e obras	160.000,00
04.01.23.03	Ocupação de via pública	5,00
04.01.23.05	Caça, uso e porte de arma	500,00
04.01.23.06	Saneamento	197.800,00
04.01.23.99	Outros	95.105,00
04.01.23.99.01	Taxa de depósito da ficha técnica de habitação	5,00
04.01.23.99.02	Taxa pela emissão do certificado de registo	100,00
04.01.23.99.99	Outras	95.000,00
04.02	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:	29.700,00
04.02.01	JUROS DE MORA	5.000,00
04.02.02	JUROS COMPENSATÓRIOS	10.150,00
04.02.04	COIMAS E PENALIDADES POR CONTRA ORDENAÇÕES	50,00
04.02.99	MULTAS E PENALIDADES DIVERSAS	14.500,00
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	604.030,00
05.02	JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS	4.500,00
05.02.01	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	4.500,00
05.03	JUROS- ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	10,00
05.03.01	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL- ESTADO	5,00
05.03.02	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL- SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	5,00
05.07	DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS DE SOCIEDADE	5.010,00
05.07.01	Empresas Públicas	5,00
05.07.02	Empresas Públicas municipais e intermunicipais	5,00
05.07.99	Outras	5.000,00
05.10	RENDAS	594.510,00
05.10.01	TERRENOS	6.500,00
05.10.02	ACTIVOS NO SUBSOLO	5,00
05.10.04	EDIFÍCIOS	5,00
05.10.99	OUTROS	588.000,00
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.134.930,00
06.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	13.000,00
06.01.02	PRIVADAS	13.000,00

ENTIDADE MUNICIPIO DA PÓVOA DE LANHOSO	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2015
---	----------------------	----------------------------------

PÁGINA : 2

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
06.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	5,00
06.02.01	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	5,00
06.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	7.121.915,00
06.03.01	ESTADO	6.489.498,00
06.03.01.01	Fundo de Equilíbrio Financeiro	5.574.651,00
06.03.01.02	Fundo Social Municipal	550.368,00
06.03.01.03	Participação variável no IRS	364.468,00
06.03.01.99	Outros	11,00
06.03.06	ESTADO-PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	152.417,00
06.03.07	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	450.000,00
06.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	5,00
06.05.01	CONTINENTE	5,00
06.08	FAMÍLIAS	5,00
06.08.01	FAMÍLIAS	5,00
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.241.800,00
07.01	VENDA DE BENS	567.765,00
07.01.02	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	1.500,00
07.01.03	PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS	5,00
07.01.05	BENS INUTILIZADOS	5,00
07.01.06	PRODUTOS AGRÍCOLAS E PECUÁRIOS	5,00
07.01.08	MERCADORIAS	566.000,00
07.01.99	OUTROS	250,00
07.02	SERVIÇOS	652.930,00
07.02.01	ALUGUER DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS	5,00
07.02.02	ESTUDOS, PARCERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA	5,00
07.02.03	VISTORIAS E ENSAIOS	6.500,00
07.02.06	REPARAÇÕES	5,00
07.02.08	SERVIÇOS SOCIAIS, RECREATIVOS, CULTURAIS E DESPORTIVOS	174.805,00
07.02.08.01	Serviços sociais	2.700,00
07.02.08.02	Serviços recreativos	30.105,00
07.02.08.02.01	Turismo Sénior	5,00
07.02.08.02.99	Outros	30.100,00
07.02.08.03	Serviços culturais	5.000,00
07.02.08.03.99	Outros	5.000,00
07.02.08.04	Serviços desportivos	137.000,00
07.02.09	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS	471.610,00
07.02.09.01	Saneamento	24.700,00
07.02.09.02	Resíduos sólidos	354.000,00
07.02.09.03	Transportes colectivos de pessoas e mercadorias	10,00
07.02.09.03.03	Transportes de pessoas e mercadorias	5,00
07.02.09.03.99	Outros	5,00
07.02.09.04	Trabalhos por conta de particulares	53.200,00
07.02.09.05	Cemitérios	5.250,00
07.02.09.07	Parques de estacionamento	3.800,00
07.02.09.09	Canídeos e gatídeos	150,00
07.02.09.99	Outros	500,00
07.03	RENDAS	21.105,00
07.03.01	HABITAÇÕES	5.000,00
07.03.02	EDIFÍCIOS	5,00
07.03.99	OUTRAS	16.100,00
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	47.005,00
08.01	OUTRAS	47.005,00
08.01.99	OUTRAS	47.005,00
08.01.99.01	Indemnizações por deterioração, roubo e extravio de bens patrimoniais	10.000,00
08.01.99.02	Indemnizações de estragos provocados por outrém em viaturas ou quaisquer outros equipamentos pertencentes as autarquias locais	5.000,00
08.01.99.03	IVA Reembolsado	30.000,00
08.01.99.04	IVA Inversão da liquidação	5,00
08.01.99.99	Diversas	2.000,00

ENTIDADE MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2015
---	----------------------	----------------------------------

PÁGINA : 3

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
	RECEITAS DE CAPITAL	2.534.320,00
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	64.410,00
09.01	TERRENOS	64.355,00
09.01.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	5,00
09.01.10	FAMÍLIAS	64.350,00
09.03	EDIFÍCIOS	10,00
09.03.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	5,00
09.03.10	FAMÍLIAS	5,00
09.04	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	45,00
09.04.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRA	15,00
09.04.01.01	Equipamento de transporte	5,00
09.04.01.02	Maquinaria e equipamento	5,00
09.04.01.03	Outros	5,00
09.04.09	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	15,00
09.04.09.01	Equipamento de transporte	5,00
09.04.09.02	Maquinaria e equipamento	5,00
09.04.09.03	Outros	5,00
09.04.10	FAMÍLIAS	15,00
09.04.10.01	Equipamento de transporte	5,00
09.04.10.02	Maquinaria e equipamento	5,00
09.04.10.03	Outros	5,00
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.467.468,00
10.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	28.625,00
10.01.01	PÚBLICAS	5,00
10.01.01.99	Outras	5,00
10.01.02	Privadas	28.620,00
10.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	2.438.828,00
10.03.01	ESTADO	1.192.453,00
10.03.01.01	Fundo de Equilíbrio Financeiro	619.406,00
10.03.01.04	Cooperação Técnica e Financeira	573.047,00
10.03.07	ESTADO-PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	1.246.370,00
10.03.08	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	5,00
10.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	5,00
10.05.01	CONTINENTE	5,00
10.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	5,00
10.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	5,00
10.08	FAMÍLIAS	5,00
10.08.01	FAMÍLIAS	5,00
11	ACTIVOS FINANCEIROS	1.005,00
11.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	1.000,00
11.06.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRA	1.000,00
11.08	ACÇÕES E OUTRAS PARTICIPAÇÕES	5,00
11.08.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	5,00
12	PASSIVOS FINANCEIROS	15,00
12.05	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO	5,00
12.05.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	5,00
12.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	10,00
12.06.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	5,00
12.06.03	ADMISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMINISTRAÇÃO CENTRAL- ESTADO	5,00
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1.422,00
13.01	OUTRAS	1.422,00
13.01.01	INDEMNIZAÇÕES	5,00
13.01.02	ACTIVOS INCORPÓREOS	5,00
13.01.99	OUTRAS	1.412,00
	O U T R A S R E C E I T A S	5,00
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	5,00
15.01	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	5,00

<p>ENTIDADE</p> <p>MUNICIPIO DA PÓVOA DE LANHOSO</p>	<p>ORÇAMENTO DA RECEITA</p>	<p>DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2015</p> <p>67000000</p>
--	-----------------------------	--

PÁGINA : 4

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
15.01.01	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	5,00
TOTAL DAS RECEITAS		15.300.000,00

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em ___ de _____ de _____

[Handwritten Signature]

ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em 11 de Novembro de 2014

[Handwritten Signature]

ENTIDADE MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO	ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA)	68 DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2015
---	--	--

PÁGINA : 1

CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
01		ASSEMBLEIA MUNICIPAL	16.900,00	
		DESPESAS CORRENTES		
01		DESPESAS COM O PESSOAL		16.900,00
01.02		ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		16.800,00
01.02.13		OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		16.800,00
01.02.13.02		Outros		16.800,00
02		AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		100,00
02.02		AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		100,00
02.02.11		REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS		50,00
02.02.13		DESLOCAÇÕES E ESTADAS		50,00
02		CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS	15.283.100,00	
		DESPESAS CORRENTES		
01		DESPESAS COM O PESSOAL		9.973.050,00
01.01		REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		3.997.550,00
01.01.01		TITULARES DE ORGÃOS DE SOBERANIA E MEMBROS DE ÓRGÃOS AUTÁRQUICAS		110.440,00
01.01.04		PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL		2.000.010,00
01.01.04.01		Pessoal em funções		2.000.000,00
01.01.04.02		Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório		5,00
01.01.04.04		Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho		5,00
01.01.06		PESSOAL CONTRATADO A TERMO		5,00
01.01.06.04		Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho		5,00
01.01.07		PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA		257.000,00
01.01.08		PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		3.000,00
01.01.09		PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		77.100,00
01.01.11		REPRESENTAÇÃO		29.945,00
01.01.11.01		Membros do Órgãos Autárquicos		21.645,00
01.01.11.02		Pessoal dos Quadros		8.300,00
01.01.13		SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		182.130,00
01.01.13.01		Pessoal dos quadros		174.300,00
01.01.13.02		Pessoal em qualquer outra situação		4.900,00
01.01.13.03		Membros dos órgãos autárquicos		2.930,00
01.01.14		SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		356.650,00
01.01.14.01		Pessoal dos quadros		345.250,00
01.01.14.02		Pessoal em qualquer outra situação		11.400,00
01.01.15		REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE/PATERNIDADE		58.700,00
01.02		ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		37.265,00
01.02.02		HORAS EXTRAORDINÁRIAS		2.500,00
01.02.04		AJUDAS DE CUSTO		1.500,00
01.02.05		ABONO PARA FALHAS		2.850,00
01.02.09		SUBSÍDIO DE PREVENÇÃO		15.000,00
01.02.12		INDMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES		5,00
01.02.13		OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		15.410,00
01.02.13.02		Outros		15.410,00
01.03		SEGURANÇA SOCIAL		885.305,00
01.03.01		ENCARGOS COM A SAÚDE		110.000,00
01.03.02		OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE		60.000,00
01.03.03		SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS		30.500,00
01.03.04		OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES		5,00
01.03.05		CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		634.800,00
01.03.05.02		Segurança social dos funcionários públicos		633.150,00
01.03.05.02.01		Caixa Geral de Aposentações		413.150,00
01.03.05.02.02		Segurança Social - Regime geral		220.000,00
01.03.05.03		Outros		1.650,00
01.03.09		SEGUROS		50.000,00
01.03.09.01		Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais		50.000,00
02		AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		4.430.165,00
02.01		AQUISIÇÃO DE BENS		1.164.160,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S		M O N T A N T E S	
ORGÂNICA	ECONÓMICA	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	02.01.01		10.000,00
	02.01.02		192.500,00
	02.01.02.01		13.500,00
	02.01.02.02		165.000,00
	02.01.02.99		14.000,00
	02.01.04		25.000,00
	02.01.05		2.605,00
	02.01.06		5,00
	02.01.07		11.500,00
	02.01.08		14.000,00
	02.01.12		60.000,00
	02.01.14		30.000,00
	02.01.15		5.000,00
	02.01.16		590.000,00
	02.01.16.01		585.000,00
	02.01.16.03		5.000,00
	02.01.17		20.000,00
	02.01.18		500,00
	02.01.19		500,00
	02.01.20		22.000,00
	02.01.21		80.550,00
	02.02		3.266.005,00
	02.02.01		370.000,00
	02.02.02		52.000,00
	02.02.03		80.000,00
	02.02.04		7.000,00
	02.02.05		16.500,00
	02.02.06		5,00
	02.02.08		2.500,00
	02.02.09		72.000,00
	02.02.10		637.500,00
	02.02.11		10.000,00
	02.02.12		51.000,00
	02.02.13		10.000,00
	02.02.14		115.000,00
	02.02.15		20.000,00
	02.02.16		140.950,00
	02.02.17		49.300,00
	02.02.18		500,00
	02.02.19		65.000,00
	02.02.20		856.150,00
	02.02.22		5.600,00
	02.02.24		105.000,00
	02.02.25		600.000,00
	03		125.125,00
	03.01		108.610,00
	03.01.03		108.610,00
	03.01.03.01		5,00
	03.01.03.02		44.500,00
	03.01.05.01		5,00
	03.01.05.02		64.100,00
	03.02		1.500,00
	03.02.01		1.500,00
	03.03		15,00
	03.03.05		5,00
	03.03.06		5,00
	03.03.07		5,00
	03.05		15.000,00
	03.05.02		15.000,00
	04		1.346.200,00
	04.03		20.000,00
	04.03.05		20.000,00
	04.05		463.200,00

CLASSIFICAÇÕES		MONTANTE	
ORGÂNICA	ECONÓMICA	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	04.05.01		463.200,00
	04.05.01.02		408.200,00
	04.05.01.04		55.000,00
	04.07		666.000,00
	04.07.01		666.000,00
	04.08		197.000,00
	04.08.02		197.000,00
	05		5,00
	05.01		5,00
	05.01.03		5,00
	06		74.005,00
	06.02		74.005,00
	06.02.01		10.000,00
	06.02.03		64.005,00
	06.02.03.01		40.000,00
	06.02.03.02		5,00
	06.02.03.04		2.500,00
	06.02.03.05		21.500,00
	DES P E S A S D E C A P I T A L		5.310.050,00
	07		3.802.065,00
	07.01		2.418.212,00
	07.01.01		5.000,00
	07.01.02		10,00
	07.01.02.02		5,00
	07.01.02.03		5,00
	07.01.03		1.292.290,00
	07.01.03.01		644.280,00
	07.01.03.02		5.000,00
	07.01.03.03		5,00
	07.01.03.05		85.000,00
	07.01.03.07		558.005,00
	07.01.04		523.515,00
	07.01.04.01		5,00
	07.01.04.05		1.010,00
	07.01.04.06		15.000,00
	07.01.04.12		500,00
	07.01.04.13		7.000,00
	07.01.06		35.000,00
	07.01.06.01		5.000,00
	07.01.06.02		10.000,00
	07.01.07		91.800,00
	07.01.08		155.350,00
	07.01.09		2.500,00
	07.01.10		288.297,00
	07.01.10.01		10.000,00
	07.01.10.02		278.297,00
	07.01.11		10.445,00
	07.01.12		500,00
	07.01.13		13.000,00
	07.01.15		505,00
	07.02		10,00
	07.02.05		5,00
	07.02.07		5,00
	07.03		1.383.843,00
	07.03.03		1.383.838,00
	07.03.03.01		850.000,00
	07.03.03.02		159.000,00
	07.03.03.04		68.338,00
	07.03.03.07		151.500,00
	07.03.03.08		150.000,00
	07.03.03.09		5.000,00
	07.03.05		5,00
	08		790.310,00
	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		

CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	08.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		5,00
	08.01.02	PRIVADAS		5,00
	08.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		5,00
	08.03.06	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS		5,00
	08.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		625.300,00
	08.05.01	CONTINENTE		625.300,00
	08.05.01.02	Freguesias		618.800,00
	08.05.01.04	Associações de Municípios		6.500,00
	08.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		140.000,00
	08.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		140.000,00
	08.08	FAMÍLIAS		25.000,00
	08.08.02	OUTRAS		25.000,00
	09	ACTIVOS FINANCEIROS		111.465,00
	09.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS		5.000,00
	09.06.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS- PRIVADAS		5.000,00
	09.07	ACÇÕES E OUTRAS PARTICIPAÇÕES		1,00
	09.07.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS- PRIVADAS		1,00
	09.08	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO		106.464,00
	09.08.06	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL- SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS		106.464,00
	10	PASSIVOS FINANCEIROS		606.200,00
	10.05	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO		5,00
	10.05.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		5,00
	10.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS		606.195,00
	10.06.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		344.000,00
	10.06.05	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL- ESTADO		262.195,00
	11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL		10,00
	11.02	DIVERSAS		10,00
	11.02.01	Restituições		5,00
	11.02.99	Outras		5,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS				15.300.000,00

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em ____ de _____ de ____

[Handwritten Signature]

ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em 21 de Novembro de 2014

[Handwritten Signature]

16/12/2015

ORÇAMENTO 2015

GRANDES OPÇÕES DO PLANO

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONOMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. ACCÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			DATAS		REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)				TOTAL PREVISTO		
					AC	AA	FC	RESERVA	INICIO	FIM	EX	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2014	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANOS SEQUENTES				
														TOTAL	2016		2017	2018
1.			Funções gerais									66.000,00	66.000,00	66.000,00	66.000,00	198.000,00		
1.1.			Segurança e ordem publicas									66.000,00	66.000,00	66.000,00	66.000,00	198.000,00		
1.1.1.			Protecção civil e luta contra incêndios									66.000,00	66.000,00	66.000,00	66.000,00	198.000,00		
1.1.1.1.		2003	Protecção Civil									66.000,00	66.000,00	66.000,00	66.000,00	198.000,00		
1.1.1.1.1.	02/040101	2014 1	Apoio à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários	OUTRA			GA	2014/01/01	2017/12/31			66.000,00	66.000,00	66.000,00	66.000,00	198.000,00		
1.			Funções sociais									3.020.505,00	3.080.500,00	3.080.500,00	43.500,00	9.225.005,00		
1.1.			Educação									1.180.505,00	1.180.505,00	1.244.500,00	43.500,00	3.713.005,00		
1.1.1.			Instituto superior									5,00	5,00	5,00	5,00	5,00		
1.1.1.1.	02/050101	2014 2	EPAVE - ESCOLA PROFISSIONAL DO ALTO AVE	OUTRA			FE	2014/01/01	2017/12/31			5,00	5,00	5,00	5,00	5,00		
1.1.1.2.			Serviços auxiliares de ensino									1.180.500,00	1.180.500,00	1.244.500,00	43.500,00	3.713.000,00		
1.1.1.2.1.		2000	Ação social escolar									1.180.500,00	1.180.500,00	1.244.500,00	43.500,00	3.713.000,00		
1.1.1.2.2.	02/040202	2014 3	Bolsas de Estudo	OUTRA			FE	2014/01/01	2016/12/31			47.000,00	43.500,00	43.500,00	43.500,00	177.500,00		
1.1.1.2.3.	02/040302	2014 4	Protocolos c/ómbutas de Freguesia p/apoio nas actividades escolares	OUTRA			FE	2014/01/01	2017/12/31			65.000,00	55.000,00	55.000,00	55.000,00	175.000,00		
1.1.1.2.4.	02/040502	2014 5	Ação social escolar, material pedagógico e apoio a projectos pedagógicos	OUTRA			FE	2014/01/01	2017/12/31			35.000,00	46.000,00	46.000,00	46.000,00	173.000,00		
2.1.1.2.	02/020120	2014 5										15.000,00				15.000,00		
2.1.1.2.1.	02/040305	2014 5										20.000,00				20.000,00		
2.1.1.2.2.	02/020210	2004 4	Transportes escolares	OUTRA	ES		FE	2002/01/01	2017/12/31			625.000,00	625.000,00	625.000,00	625.000,00	1.935.000,00		
2.1.1.2.3.	02/040701	2014 6	Protocolos de cooperação p/prolongamentos de horário, fornecimento de refeições e nas actividades educativas	OUTRA			FE	2014/01/01	2017/12/31			400.000,00	465.000,00	465.000,00	465.000,00	1.330.000,00		
												1.238.005,00	1.238.005,00	1.300.500,00	1.300.500,00	3.892.505,00		

A TRANSPORTAR ...

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the number '273' and various initials.

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. ACCÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			DATAS		REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)			TOTAL EFECTUADO	
					AC	AA	FC	EX	INICIO	FIM	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2014	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANOS SEQUENTES			
													TOTAL	2016		2017
A TRANSPORTAR ...																
2.1.2.	02/020115	0107	2014 7	Prémios de mérito escolar	OUTRA			EE	2014/01/01	2017/12/31			1.238.005,00	1.238.005,00	3.882.505,00	
2.1.2.	02/020116	0109	2014 8	Atividades educacionais	OUTRA			FE	2014/01/01	2017/12/31			1.000,00	1.000,00	1.000,00	
2.1.2.	02/020210	0109	2014 8										2.500,00	2.500,00	7.500,00	
2.1.2.	02/020220	0109	2014 8										1.500,00	1.500,00	20.000,00	
2.1.2.	02/020121	0110	2014 23	Regime de fruta alimentar	OUTRA	100,0		FE	2014/06/01	2017/12/31	0		5.000,00	7.500,00	92.000,00	
2.2.				Saude									36.000,00	28.000,00	92.000,00	
2.2.1.				Serviços individuais de saude									36.000,00	28.000,00	92.000,00	
2.2.1.	02/020200	01	2014 9	Promoção da saude e Qualidade de Vida	OUTRA			FA5	2014/01/01	2017/12/31			5.000,00	6.000,00	17.000,00	
2.2.1.	02/010107	01	2014 19	Centros de convívio	OUTRA			FA5	2014/01/01	2017/12/31			31.000,00	22.000,00	75.000,00	
2.2.1.	02/020121	03	2014 10													
2.2.1.	02/020200	03	2014 10													
2.2.1.	02/010110	03	2014 10													
2.3.				Segurança e acção sociais									185.000,00	180.000,00	545.000,00	
2.3.2.				Ação social									185.000,00	180.000,00	545.000,00	
2.3.2.	02/020121	01	2014 11	Banco de Voluntariado/Ação Social	OUTRA			FA5	2014/01/01	2017/12/31			10.000,00	10.000,00	30.000,00	
2.3.2.	02/040802	01	2014 12	Subsídios ao arrendamento a estratos sociais desfavorecidos	OUTRA			FA5	2014/01/01	2017/12/31			80.000,00	80.000,00	240.000,00	
2.3.2.	02/080802	05	2014 13	Programa de Conforto Habitacional	OUTRA			FA5	2014/01/01	2017/12/31			25.000,00	25.000,00	75.000,00	
2.3.2.	02/040802	06	2014 14	Programa Viver +	OUTRA			FA5	2014/01/01	2017/12/31			25.000,00	25.000,00	75.000,00	
2.3.2.	02/040802	01	2013 1	Projecto Naturalinhoso	OUTRA			CA	2013/01/01	2017/12/31			30.000,00	25.000,00	80.000,00	
2.3.2.	02/040802	01	2014 24	Bolsa de arrendamento Jovem	OUTRA			FA5	2015/01/01	2017/12/31			15.000,00	15.000,00	45.000,00	
2.4.				Habitación e serviços colectivos									1.335.000,00	1.346.000,00	4.785.000,00	
2.4.3.				Sanamento									520.000,00	530.000,00	1.590.000,00	
2.4.3.													15.000,00	15.000,00	45.000,00	
2.4.3.													1.467.505,00	1.518.500,00	4.785.000,00	

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature that appears to be 'M. J. ...' and other initials like 'R', 'A', and 'H'.

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECOGRÁFICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			DATAS		REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)				TOTAL PREVISTO	
					AC	AA	FC	RESERVA	INÍCIO	FIM	EX PAGAM. ATÉ 1-OCT-2014	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANOS SEQUENTES				OUTROS
													ANO EM CURSO (FRANQUEAMENTO)	2016	2017		
A TRANSPORTAR ...																	
2.4.3.3.	07/030220	2007/01	Regatos domésticos	OUTRA				2007/01/01	2017/12/31			1.467.505,00	1.452.505,00	15.000,00		43.500,00	4.518.005,00
2.4.3.1.	07/030220	2007/01	Tratamento de Águas Residuais	OUTRA				2007/01/01	2017/12/31			520.000,00	520.000,00				1.518.500,00
2.4.4.	07/03011601	2007/06	Abastecimento de água	OUTRA				2007/01/01	2017/12/31			530.000,00	530.000,00				530.000,00
2.4.4.	07/03011601	2007/06	Abastecimento de água ao Concelho	OUTRA				2007/01/01	2017/12/31			530.000,00	530.000,00				530.000,00
2.4.5.	07/030220	2004/41	Resíduos sólidos	OUTRA				2002/01/01	2017/12/31			385.000,00	385.000,00				1.165.000,00
2.4.5.	07/030220	2004/41	Tratamento de resíduos sólidos	OUTRA				2002/01/01	2017/12/31			385.000,00	385.000,00				1.165.000,00
2.4.6.	07/030220	2008	Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	OUTRA								205.000,00	205.000,00				595.000,00
2.4.6.	07/030220	2008	Ambiente	OUTRA								205.000,00	205.000,00				595.000,00
2.4.6.	07/030220	2004/54	Manutenção dos espaços verdes e jardins municipais	OUTRA				2002/01/01	2017/12/31			25.000,00	25.000,00				67.000,00
2.5.	07/030220	2004	Serviços culturais, recreativos e religiosos	OUTRA								25.000,00	25.000,00				67.000,00
2.5.1.	07/030220	2004	Cultura	OUTRA								25.000,00	25.000,00				67.000,00
2.5.1.	07/030220	2004	Actividades culturais	OUTRA								284.000,00	284.000,00				848.000,00
2.5.1.	07/030220	2004	Festas de S. José	OUTRA				2014/01/01	2017/12/31			60.000,00	60.000,00				162.000,00
2.5.1.	02/020115	2014/15										1.250,00	1.250,00				92.000,00
2.5.1.	02/020121	2014/15										1.550,00	1.550,00				162.000,00
2.5.1.	02/020216	2014/15										46.000,00	46.000,00				92.000,00
2.5.1.	02/020217	2014/15										2.000,00	2.000,00				92.000,00
2.5.1.	02/0-050102	2014/15										4.200,00	4.200,00				92.000,00
2.5.1.	02/030701	2014/15										5.000,00	5.000,00				92.000,00
2.5.1.	02/030701	2006/80	Subsídios a associações culturais	OUTRA				2004/01/01	2017/12/31			28.000,00	28.000,00				92.000,00
2.5.1.	02/030701	2014/16	Manifestações artísticas e culturais	OUTRA				2014/01/01	2017/12/31			62.000,00	62.000,00				92.000,00
2.5.1.	02/030701	2014/16										5.000,00	5.000,00				92.000,00
A TRANSPORTAR ...																	
2.5.1.	07/030220	2014/16										2.952.505,00	2.880.505,00	15.000,00	3.021.500,00	41.500,00	9.039.05,00

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the number '75'.

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONOMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. ACCÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			DATAS		REALIZADO	DESPESAS (PREVISÃO)				TOTAL PREVISTO	
					AC	AA	FC	RESERVA	EX		ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)		ANOS SEGUINTE			
											TOTAL	DEFINIDO NÃO DEFIN	2016	2017		2018
A TRANSPORTAR ...																
2.5.1.	02/020216	0103	2014 16													
2.5.1.	02/020217	0103	2014 16													
2.5.1.	02/040701	0103	2014 16													
2.5.2.		01		Desporto, recreio e lazer												
2.5.2.	02/040701	0106	2004 44	Subsídios de apoio a actividades desportivas	OUTRA											
2.5.2.	02/040802	0107	2014 17	Juventude em movimento	OUTRA											
2.5.2.	02/040818	0110	2014 18	Espaço Jovem	OUTRA											
2.5.2.	02/020220	0110	2014 18													
2.5.2.	02/040701	0110	2014 18	Férias activas	OUTRA											
2.5.2.	02/020105	01	2014 19													
2.5.2.	02/020121	01	2014 19													
2.5.2.	02/020212	01	2014 19													
2.5.2.	02/020225	01	2014 19													
3.				Funções económicas												
3.2.				Industria e energia												
3.2.		01	2003	Iluminação Pública	OUTRA											
3.2.	02/020205	0101	2014 20	Encargos com a iluminação pública	OUTRA											
3.4.				Comércio e turismo												
3.4.2.				Turismo												
3.4.2.	02/020216	06	2014 21	Moda Lanhoso	OUTRA											
4.				Outras funções												
4.2.				Transferências entre administrações												
											15.000,00	3.624.505,00	3.676.500,00	3.676.500,00	43.500,00	11.036.105,00
											2.952.505,00	2.880.505,00	3.021.500,00	3.021.500,00	43.500,00	9.039.005,00
											35.000,00					
											5.000,00					
											17.000,00					
											134.000,00	134.000,00	125.000,00	125.000,00		364.000,00
											128.000,00	128.000,00	125.000,00	125.000,00		378.000,00
											105.000,00	105.000,00	105.000,00	105.000,00		315.000,00
											15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00		45.000,00
											8.000,00	8.000,00	5.000,00	5.000,00		18.000,00
											3.000,00	3.000,00				
											5.000,00	5.000,00				
											2.600,00	2.600,00				
											500,00	500,00				
											500,00	500,00				
											2.000,00	2.000,00				
											553.000,00	553.000,00	530.000,00	530.000,00		1.613.000,00
											550.000,00	550.000,00	530.000,00	530.000,00		1.610.000,00
											550.000,00	550.000,00	530.000,00	530.000,00		1.610.000,00
											550.000,00	550.000,00	530.000,00	530.000,00		1.610.000,00
											3.000,00	3.000,00				
											3.000,00	3.000,00				
											1.190.300,00	1.190.300,00	1.000.000,00	1.000.000,00		3.190.300,00
											1.190.300,00	1.190.300,00	1.000.000,00	1.000.000,00		3.190.300,00

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the word "PERS" and various initials.

ÓRGÃO EXECUTIVO
Em p


ÓRGÃO DELIBERATIVO
Em 22 de Novembro de 2014


Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the number 2578 and several illegible signatures.

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. ACCÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO		RESOLUÇÃO	DATAS		REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)					TOTAL PREVISITO	
					AC	AA		FC	IMICIO	FIM	EX PAGM. ATÉ 1-OCT-2014	PAGM. DE OUT-DEZ	ANOS SEQUENTES					
													TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN.	2016		2017
1.1.1.1.1.1.1.	02/07010301	2014 16	Funções gerais de administração pública	OUTRA			OA	2014/01/01	2017/12/31 0	29.064,27	28.878,50	696.210,00	33.000,00	33.000,00	33.000,00	33.000,00	820.152,77	
1.1.1.1.1.1.1.	02/07010301	2014 1	Implementação do Balneário	OUTRA			OA	2014/01/01	2017/12/31 0	22.140,00	28.878,50	314.955,00	31.000,00	31.000,00	31.000,00	31.000,00	431.973,50	
1.1.1.1.1.1.1.	02/07010602	2004 5	Material de transporte	OUTRA			OA	2002/01/01	2017/12/31 0	22.140,00	28.878,50	314.955,00	33.000,00	33.000,00	33.000,00	33.000,00	431.973,50	
1.1.1.1.1.1.1.	02/07010305	2004 5	Equipamento de Transporte	OUTRA			OA	2002/01/01	2017/12/31 0	22.140,00	28.878,50	80.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	86.000,00	
1.1.1.1.1.1.1.	02/07010301	2014 2	Materiais e Equipamento municipal	OUTRA			OA	2014/01/01	2017/12/31 0	22.140,00	28.878,50	204.950,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	315.948,50	
1.1.1.1.1.1.1.	02/070109	2014 2	Equipamento p/serviços municipais	OUTRA			OA	2014/01/01	2017/12/31 0	22.140,00	28.878,50	26.450,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	86.450,00	
1.1.1.1.1.1.1.	02/0701002	2014 2	Conservação/beneficiação de Edifícios Municipais	OUTRA			OA	2014/01/01	2017/12/31 0	22.140,00	28.878,50	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	30.005,00	
1.1.1.1.1.1.1.	02/0701002	2014 2	Equipamento de Transporte	OUTRA			OA	2014/01/01	2017/12/31 0	22.140,00	28.878,50	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	30.005,00	
1.1.1.1.1.1.1.	02/0701015	2014 2	Equipamento de Transporte	OUTRA			OA	2014/01/01	2017/12/31 0	22.140,00	28.878,50	5.445,00	5.445,00	5.445,00	5.445,00	5.445,00	30.005,00	
1.1.1.1.1.1.1.	02/070207	2014 2	Equipamento de Transporte	OUTRA			OA	2014/01/01	2017/12/31 0	22.140,00	28.878,50	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	30.005,00	
1.1.1.1.1.1.1.	02/07010301	2006 13	Equipamento informatico - Modernização Administrativa	OUTRA			OA	2006/01/01	2017/12/31 0	22.140,00	28.878,50	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	30.005,00	
1.1.1.1.1.1.1.	02/0701008	2006 13	Sistema de Apoio à Modernização Administrativa (SMA)	OUTRA			MS, OA	2014/01/01	2015/06/30 1	22.140,00	28.878,50	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.005,00	
1.1.1.1.1.1.1.	02/020214	2014 17	Segurança e ordem publicas	OUTRA			OA	2013/05/01	2015/12/31 2	6.924,27	6.924,27	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	388.179,27	
1.1.1.1.1.1.1.	02/070107	2014 17	Proteção civil e luta contra incêndios	OUTRA			OA	2013/05/01	2015/12/31 2	6.924,27	6.924,27	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	388.179,27	
1.1.1.1.1.1.1.	02/070108	2014 17	Alteração e ampliação das instalações das Forças de Segurança da Fôvoa de Larroso	EXPRETADA	100.0		OA	2013/05/01	2015/12/31 2	6.924,27	6.924,27	83.500,00	83.500,00	83.500,00	83.500,00	83.500,00	388.179,27	
1.2.1.1.	02/07010301	2013 4	Funções sociais	OUTRA			FE	2013/05/01	2015/12/31 2	246.743,39	249.773,29	364.280,00	364.280,00	364.280,00	364.280,00	364.280,00	1.677.541,68	
1.2.1.1.	02/07011002	2013 4	Educação	OUTRA			FE	2013/05/01	2015/12/31 2	246.743,39	249.773,29	16.975,00	16.975,00	16.975,00	16.975,00	16.975,00	1.677.541,68	
2.1.1.1.	02/07010301	2014 18	Ensino não superior	EXPRETADA			FE	2016/01/01	2017/12/31 1	246.743,39	249.773,29	2.517.830,00	2.517.830,00	2.517.830,00	2.517.830,00	2.517.830,00	1.167.900,00	
2.1.1.1.	02/07010301	2014 18	Ensino pré-secular	EXPRETADA			FE	2016/01/01	2017/12/31 1	246.743,39	249.773,29	93.005,00	93.005,00	93.005,00	93.005,00	93.005,00	1.167.900,00	
2.1.1.1.1.	02/07010301	2014 3	Jardim de Infância de Talde	OUTRA			FE	2014/01/01	2017/12/31 0	246.743,39	249.773,29	93.005,00	93.005,00	93.005,00	93.005,00	93.005,00	1.024.895,00	
2.1.1.1.2.	02/07010301	2014 3	Ensino básico	OUTRA			FE	2014/01/01	2017/12/31 0	246.743,39	249.773,29	93.005,00	93.005,00	93.005,00	93.005,00	93.005,00	1.024.895,00	
2.1.1.1.2.	02/07010301	2009 2	Conservação/beneficiação de instalações Escolares	OUTRA			FE	2009/01/01	2017/12/31 0	246.743,39	249.773,29	85.000,00	85.000,00	85.000,00	85.000,00	85.000,00	1.024.895,00	
2.1.1.1.2.	02/07010301	2009 2	Equipamento	OUTRA			FE	2009/01/01	2017/12/31 0	246.743,39	249.773,29	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	1.024.895,00	
2.1.1.1.2.	02/07010301	2009 2	Equipamento	OUTRA			FE	2009/01/01	2017/12/31 0	246.743,39	249.773,29	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	1.024.895,00	
2.1.1.1.2.	02/07010301	2009 2	Equipamento	OUTRA			FE	2009/01/01	2017/12/31 0	246.743,39	249.773,29	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	1.024.895,00	
2.1.1.1.2.	02/07010301	2009 5	Parques Infantis	OUTRA			FE	2009/01/01	2015/12/31 0	246.743,39	249.773,29	3.005,00	3.005,00	3.005,00	3.005,00	3.005,00	1.024.895,00	
2.1.1.1.2.	02/07010301	2009 5	Parques Infantis	OUTRA			FE	2009/01/01	2015/12/31 0	246.743,39	249.773,29	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	1.024.895,00	
2.1.1.1.2.	02/07010301	2009 5	Parques Infantis	OUTRA			FE	2009/01/01	2015/12/31 0	246.743,39	249.773,29	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	1.024.895,00	
A TRANSPORTAR ...										29.468,27	30.478,30	789.215,00	558.000,00	562.955,00	562.955,00	562.955,00	5.000,00	

79

[Handwritten signatures and initials]

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO		RESERVAÇÃO	DATAS	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)					TOTAL PREVISITO	
					AC	AA			EX	PAGAM. ATÉ 1-OCT-2014	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANOS SEQUENTES					
												ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)	2016	2017	2018		2019
									138.682,57	28.878,50	1.847.725,00	450.000,00	924.500,00	1.193.395,00	6.123.181,07		
2.4.3.1.	02/07030302	2008 36	Saneamento Sgotos domésticos	ADM. DIR.		PSB	00/01/01/2017/12/31 4				309.000,00	159.000,00	911.000,00	956.000,00	2.776.000,00		
2.4.3.1.	02/07030302	2014 23	Constituição/beneficiário de redes de saneamento do concelho	EMPRESITADA			01/01/01/2016/12/31 1				229.000,00	79.000,00	911.000,00	956.000,00	2.696.000,00		
2.4.3.1.	02/07030302	2014 31	Rede de Saneamento à Freguesia de Galegos	EMPRESITADA			2016/01/01/2017/12/31 1				50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	150.000,00		
2.4.3.1.	02/07030302	2014 31	Rede de Saneamento à Freguesia de Garfe	EMPRESITADA			2014/01/01/2018/12/31 1				29.000,00	29.000,00	100.000,00	100.000,00	429.000,00		
2.4.3.1.	02/07030302	2014 34	Rede de Saneamento à Freguesia de Lanhoso	EMPRESITADA			01/01/01/2017/12/31 1				100.000,00	100.000,00	150.000,00	150.000,00	400.000,00		
2.4.3.1.	02/07030302	2014 35	Rede de Saneamento à Freguesia de St. Emílio	EMPRESITADA			01/01/01/2017/12/31 1				41.000,00	41.000,00	41.000,00	41.000,00	82.000,00		
2.4.3.1.	02/07030302	2014 36	Rede de Saneamento à Freguesia de Talde	EMPRESITADA			2015/01/01/2016/12/31 1				30.000,00	30.000,00	250.000,00	250.000,00	360.000,00		
2.4.3.1.	02/07030302	2014 37	Rede de Saneamento à Freguesia de Vilaela	EMPRESITADA			2014/01/01/2018/12/31 1				250.000,00	250.000,00	300.000,00	300.000,00	550.000,00		
2.4.3.1.	02/07030302	2014 33	Rede de Saneamento à União de Freguesias de Louredo e Louredo	EMPRESITADA			2014/01/01/2017/12/31 1				165.000,00	165.000,00	165.000,00	165.000,00	330.000,00		
2.4.3.1.	02/07030302	2014 38	Rede de Saneamento à União de Freguesias de Foz de Azeiteira e Oliveira	EMPRESITADA			2016/01/01/2017/12/31 1				150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	300.000,00		
2.4.3.2.	02/07030302	2002	Águas pluviais	OUTRA			2002/01/01/2017/12/31 3				80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00		
2.4.3.2.	02/07030302	2002 59	Outros esgotos	OUTRA			2002/01/01/2017/12/31 3				80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00		
2.4.4.	02/07030307	2002 65	manutenção da rede geral	ADM. DIR.			2002/01/01/2017/12/31 3				422.750,00	171.500,00	746.000,00	313.500,00	1.587.250,00		
2.4.4.	02/07030307	2002 65	Abastecimento de Água	ADM. DIR.			2002/01/01/2017/12/31 3				100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	300.000,00		
2.4.4.	02/07030307	2002 67	Equipamento Básico	OUTRA			2002/01/01/2017/12/31 0				20.000,00	20.000,00	30.000,00	30.000,00	80.000,00		
2.4.4.	02/07030307	2014 20	Rede de Abastecimento de Água à Freguesia de Ferreiros	EMPRESITADA			2014/01/01/2016/12/31 1				33.000,00	33.000,00	50.000,00	50.000,00	100.000,00		
2.4.4.	02/07030307	2014 24	Rede de Abastecimento de Água à Freguesia de Galegos	EMPRESITADA			2014/01/01/2017/12/31 1				33.000,00	33.000,00	30.000,00	30.000,00	80.000,00		
2.4.4.	02/07030307	2014 25	Rede de Abastecimento de Água à Freguesia de Geraz do Minho	EMPRESITADA			2014/01/01/2017/12/31 1				18.500,00	18.500,00	30.000,00	30.000,00	80.000,00		
2.4.4.	02/07030307	2015 2	Rede de Abastecimento de Água à Freguesia de Pendufimbo	EMPRESITADA			2015/01/01/2016/12/31 0				50.000,00	50.000,00	203.500,00	203.500,00	253.500,00		
2.4.4.	02/07030307	2014 38	Rede de Abastecimento de Água à Freguesia de S. João de Rei	EMPRESITADA			2015/01/01/2017/12/31 1				151.250,00	151.250,00	151.250,00	151.250,00	302.500,00		
2.4.4.	02/07030307	2014 27	Rede de Abastecimento de Água à Freguesia de Talde	EMPRESITADA			2017/01/01/2017/12/31 1				78.500,00	78.500,00	78.500,00	78.500,00	157.000,00		
							A TRANSPORTAR ...		138.682,57	28.878,50	2.529.475,00	1.728.725,00	4.120.200,00	2.397.895,00	10.065.181,07		

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several initials scattered throughout the right side of the page.

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO		DATAS		REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)				TOTAL PFEVISTO			
					AC	NA	FC	RESFORM SÁVEL	INICIO	FIM	EX	PAGM. ATÉ 1-OUT-2014	PAGM. PREV DE OUT-DEZ	ANOS SEQUENTES				
														TOTAL		2016	2017	2018
A TRANSFERIR ...																		
2.4.4.	16	2014 28	Pede de Abastecimento de água à União de Freguesia de "Alvos e Frades"	EMPREITADA		85.0	EA	2017/01/01	2018/12/31	130.682,57	28.878,50	1.728.225,00	801.250,00	4.320.250,00	2.397.895,00	650.000,00	10.065.181,07	
2.4.4.	20	2015 1	Pede de Abastecimento de água à União de Freguesia de Esperança e Brunhais	EMPREITADA		85.0	DCMA	2015/03/01	2016/12/31		50.000,00	50.000,00	50.000,00	142.000,00			192.000,00	
2.4.4.	22	2014 26	Pede de Abastecimento de água à União de Freguesia de Verim, Friande e Ajude	EMPREITADA		85.0	EA	2014/01/01	2016/12/31			119.250,00	119.250,00				119.250,00	
2.4.5.	02	2014 7	Resíduos sólidos	OUTRA				2014/01/01	2017/12/31			15.000,00	15.000,00				55.000,00	
2.4.5.	03	2004 50	Aquisição de equipamento de resíduos sólidos urbanos	OUTRA				2004/01/01	2017/12/31			10.000,00	10.000,00				10.000,00	
2.4.5.	02	2007 8	Aquisição/reparações em viaturas para recolha de RSU	OUTRA				2007/01/01	2017/12/31			5.000,00	5.000,00	20.000,00			45.000,00	
2.4.6.	02	2007 8	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	OUTRA				2007/01/01	2017/12/31			60.065,00	60.065,00				60.065,00	
2.4.6.	02	2007 8	Educação e manutenção de viveiros, parques e espaços verdes	OUTRA				2007/01/01	2017/12/31			1.000,00	1.000,00				11.005,00	
2.4.6.	02	2007 8										5.000,00	5.000,00				500,00	
2.4.6.	02	2007 8										5.000,00	5.000,00				500,00	
2.4.6.	01	2004	Ambiente									5,00	5,00				500,00	
2.4.6.	01	2004	Comunários									500,00	500,00				500,00	
2.4.6.	01	2014 9	Construção/beneficição de Cemitérios no Concelho	OUTRA				2014/03/01	2017/12/31			500,00	500,00				500,00	
2.4.6.	01	2014 8	Conservação/beneficição das Infraestruturas do Centro Ambiental	OUTRA				2014/03/01	2017/12/31			48.560,00	48.560,00				48.560,00	
2.4.6.	01	2014 8										5,00	5,00					
2.4.6.	01	2014 8										5,00	5,00					
2.5.	01	2014 8	Serviços culturais, recreativos e religiosos							157.125,09	249.773,29	1.459.300,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00		1.896.198,38	
2.5.1.	01	2013 6	Cultura	EMPREITADA				2013/07/01	2013/06/30	157.125,09	249.773,29	929.300,00	929.300,00				1.336.198,38	
2.5.1.	01	2013 6	Centro Interpretativo Maria da Fonte							157.125,09		888.800,00					1.336.198,38	
2.5.1.	01	2013 6										56.950,00						
2.5.1.	01	2013 6										29.300,00						
2.5.1.	01	2013 6										4.150,00						
2.5.1.	01	2013 6										525.000,00						
2.5.1.	01	2013 6										66.300,00						
2.5.1.	01	2013 6										41.350,00						
2.5.1.	01	2013 6										165.750,00						
2.5.1.	01	2014 10	Conservação/beneficição de Edifícios Culturais	OUTRA				2014/01/01	2017/12/31			20.000,00	20.000,00				20.000,00	
2.5.1.	02	2014 11	Equipamento, Obras de Arte e objectos de colecção	OUTRA				2014/01/01	2017/12/31			20.500,00	20.500,00				20.500,00	
2.5.1.	02	2014 11										20.000,00						
2.5.2.	02	2014 11	Desporto, recreio e lazer									530.625,00	530.625,00				560.000,00	
2.5.2.	02	2014 11										500,00						
2.5.2.	02	2014 11										530.625,00	530.625,00				560.000,00	
A TRANSFERIR ...																		
										255.887,66	278.651,79	3.583.840,00	2.684.040,00	899.800,00	4.601.500,00	2.472.895,00	705.000,00	11.075.000,00

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the number '27' and various initials.

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/QUADRO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO		DATAS		REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)				TOTAL PREVISTO				
					AC	AA	FC	RESPOSTA	INÍCIO	FIM	EX	PAGM. ATÉ 1-OUT-2014	PAGM. PREV DE OUT-DEZ	ANOS SEQUENTES					
														2016		2017	2018	OUTROS	
2.5.2.	01	2010 10	Promoção da Eficiência Energética - Ambiental na Piscina Municipal Coberta da Fóvea de Lanhoso	EMPREITADA			70.0	PD	2010/01/01	2014/12/31	295.807,66	278.651,79	3.583.810,00	2.684.040,00	899.800,00	4.681.500,00	2.472.895,00	705.000,00	11.937.694,45
2.5.2.	01	2014 12	Conservação/beneficiação de instalações desportivas e recreativas Municipais	OUTRA				PD	2014/01/01	2017/12/31			10.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
2.5.2.	01	2014 12	Equipamento	OUTRA				PD	2014/01/01	2017/12/31			510.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	530.000,00
2.5.2.	03	2014 21	Construção/requalificação de parques desportivos	EMPREITADA			70.0	PD	2014/01/01	2017/12/31			510.000,00	510.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	530.000,00
3.			Funções económicas																
3.2.	01	2004 74	Indústria e energia	OUTRA				GA	2004/01/01	2017/12/31			1.024.743,00	718.425,00	306.318,00	810.000,00	942.200,00	2.776.943,00	
3.2.	01	2010 25	Pede de Iluminação Pública do Concelho	EMPREITADA			85.0	GA	2010/01/01	2015/12/31			367.728,00	76.410,00	291.318,00	15.000,00	15.000,00	397.728,00	
3.2.	01	2010 25	Eficiência Energética na Iluminação Pública (IIEAVE)	EMPREITADA				GA	2010/01/01	2015/12/31			25.000,00	35.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	55.000,00	
3.2.	01	2010 25	Eficiência Energética na Iluminação Pública (IIEAVE)	EMPREITADA				GA	2010/01/01	2015/12/31			342.728,00	342.728,00	391.318,00	342.728,00	342.728,00	342.728,00	
3.2.	02	07/03/002											657.000,00	15.000,00	15.000,00	790.000,00	922.200,00	2.369.200,00	
3.2.	02	07/03/004											657.000,00	15.000,00	15.000,00	790.000,00	922.200,00	2.369.200,00	
3.3.	01	2002 114	Transportes e comunicações	OUTRA				FCM	2002/01/01	2017/12/31			642.000,00	642.000,00	15.000,00	790.000,00	922.200,00	2.369.200,00	
3.3.1.	02	07/03/001	Rede viária e sinalização	OUTRA				FCM	2002/01/01	2017/12/31			657.000,00	642.000,00	15.000,00	790.000,00	922.200,00	2.369.200,00	
3.3.1.1.	02	07/03/001	Conservação/beneficiação de outros arruamentos e obras complementares	OUTRA				FCM	2002/01/01	2017/12/31			150.000,00	150.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	350.000,00	
3.3.1.1.	02	07/03/008	Construção/beneficiação de viaduto rural do Concelho	EMPREITADA				FCM	2014/01/01	2017/12/31			150.000,00	150.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	250.000,00	
3.3.1.1.	04	2004 76	Sinalização na Rede Viária Municipal	OUTRA				FCM	2004/01/01	2017/12/31			12.000,00	12.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	42.000,00	
3.3.1.1.	04	2004 76	Beneficiação e pavimentação da ligação da EN 205 a EN 602 pelo CM 1377 - Talde	EMPREITADA				FCM	2012/01/01	2017/12/31			7.000,00	7.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	632.200,00	
3.3.1.1.	04	2010 38	Beneficiação de arruamentos e obras complementares nas freguesias	EMPREITADA			85.0	FCM	2012/01/01	2017/12/31			5.000,00	5.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	830.000,00	
3.3.1.1.	04	2011 3	Pavimentação da EN 205 do lugar do Ferrador à Igreja - Esperança	EMPREITADA				FCM	2011/01/01	2017/12/31			330.000,00	330.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	830.000,00	
3.3.1.1.	04	2014 40	Pavimentação da estrada entre o lugar de Ventuzela/Campos a Louredo	EMPREITADA				FCM	2015/01/01	2017/12/31			330.000,00	330.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	830.000,00	
3.3.1.1.	04	2014 42	Pavimentação do caminho entre o Campo de Futebol de St. Emílio a Campos	EMPREITADA				FCM	2015/01/01	2017/12/31			330.000,00	330.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	830.000,00	
3.3.1.1.	04	2014 43	Pavimentação da Estrada de Rendúfimo a Sobradelo de Rendúfimo	EMPREITADA				FCM	2015/01/01	2017/12/31			330.000,00	330.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	830.000,00	
3.3.1.1.	04	2014 44	Pavimentação da Av. Padre Torres até Montalivetti - Talde	EMPREITADA				FCM	2015/01/01	2017/12/31			330.000,00	330.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	830.000,00	
A TRANSPORTAR ...											295.807,66	278.651,79	3.583.810,00	2.684.040,00	899.800,00	4.681.500,00	2.472.895,00	705.000,00	11.937.694,45
A TRANSPORTAR ...											295.807,66	278.651,79	3.583.810,00	2.684.040,00	899.800,00	4.681.500,00	2.472.895,00	705.000,00	11.937.694,45

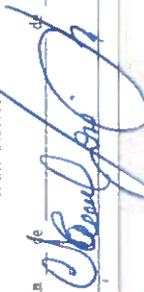
83
 16.558.817,41
 16.558.817,41

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONOMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESORÇO SAZEL	DATAS		REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)				TOTAL PREVISTO		
					AC	AA	FC		EX	INICIO	FIM	PAGAM. ATÉ 1-001-2014	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANOS SEQUENTES					
														TOTAL	2016	2017		2018	OUTROS
A TRANSPORTAR ...																			
3.3.1.1.	06	2014 45	Pavimentação da EM 205 à Igreja - Travassos	EMPREITADA				FCM	2015/01/01	2017/12/31	295.607,66	278.651,79	3.932.450,00	1.191.118,00	3.700.055,00	705.000,00	14.699.622,45		
3.3.1.1.	07	2014 46	Beneficição da EM 207-4 entre Gonça e Garie	EMPREITADA			85,0	FCM	2016/01/01	2017/12/31			125.000,00	125.000,00			250.000,00		
3.3.1.1.	08	2014 49	Beneficição do caminho do Lugar de Pau do Fio em Ferreiros	EMPREITADA				FCM	2014/01/01	2015/12/31			15.000,00	15.000,00			15.000,00		
3.4.			Comércio e turismo																
3.4.1.	01	2010 11	Conservação/Beneficição do Mercado da Feira	EMPREITADA				FCM	2010/01/01	2017/12/31			15,00	5.000,00	5.000,00		10.010,00		
3.4.1.	01	2010 11	Turismo										10,00	5.000,00	5.000,00		10.010,00		
3.4.2.	01	2014 15	Conservação/recuperação de património	EMPREITADA				PCT	2014/01/01	2017/12/31			5,00	5,00			5,00		
4.			Outras funções																
4.3.			Diversas não especificadas																
4.3.1.			Activos financeiros																
4.3.1.	01	2010 13	Subscrição de Ativos Financeiros	OUTRA				CA	2010/01/01	2017/12/31			111.465,00	111.465,00			750.246,38		
4.3.1.	01	2010 13											111.465,00	111.465,00			750.246,38		
4.3.1.	01	2010 13											106.464,00	106.464,00			750.246,38		
4.3.1.	01	2010 13											106.464,00	106.464,00			750.246,38		
TOTAL GERAL ...											295.607,66	278.651,79	5.250.048,00	4.043.930,00	1.206.118,00	3.536.559,00	811.464,00	319.389,38	16.024.683,63

FASES DE EXECUÇÃO

- 0 - NÃO INICIADA
- 1 - COM PROJECTO TÉCNICO
- 2 - ADJUDICADA
- 3 - EXECUÇÃO FÍSICA ATÉ 50%
- 4 - EXECUÇÃO FÍSICA SUPERIOR A 50%
- 9 - CONCLUÍDA
- P -

ÓRGÃO EXECUTIVO

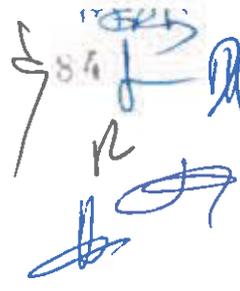
Em de  de

ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em 17 de Novembro de 2014



84



856 1625257

ORÇAMENTO 2015

EMPRÉSTIMOS

Caracterização do Empréstimo	Data de aprovação pela A.M.	Data de contratação do empréstimo	Prazo do Contrato	Anos decorridos	Visão do TC		Finalidade do empréstimo	Capital		Taxa de Juro		Encargos do ano			Divida em 1 de janeiro	Divida a 31 de dezembro	Obs
					N.º Reg	Data		Contratado	Utilizado	Inicial	Actual	Amortização	Juros	Juros de mora			
Médio e Longo Prazo (b)																	
Construção da Piscina Municipal Coberta	27-04-2001	29-05-2001	20	13	1922	12-07-2001	N	1.097.355,37	1.097.355,37	4,821%	0,540%	63.606,72	2.166,59	65.773,31	429.484,81	365.878,09	
Reparação dos estragos provocados pelas intempéries do Inverno de 2000/1, ao abrigo da Linha de Crédito criada pelo DL 38-C/01 de 08/02	28-09-2001	01-11-2001	20	13	-----	-----	I	399.038,32	399.038,32	3,840%	0,449%	23.533,45	608,97	24.142,42	166.620,03	143.086,56	n.º 6 do art.º 2.º da Lei das Finanças Locais.
Saneamento Financeiro	30-06-2003	08-09-2003	12	11	2146	14-09-2003	N	662.500,00	662.500,00	2,927%	1,277%	50.244,78	319,64	50.564,42	50.244,78	0,00	
Construção do Edifício da Nova Escola do 1.º Ciclo e Jardim de Infância da Póvoa de Lanhoso	27-09-2004	10-11-2004	20	9	2710	24-02-2005	N	790.000,00	790.000,00	2,555%	0,510%	36.746,04	1.939,55	38.685,59	385.833,31	349.087,27	
Obras do III OCA (3.ª, 4.ª e 5.ª fases do Investimento de Actual)	30-06-2006	28-07-2006	20	8	1509	04-10-2006	N	1.000.000,00	1.000.000,00	3,228%	0,329%	56.791,35	1.837,25	58.628,60	677.443,84	620.652,49	
Programa "Pagar a Tempo e Horas"	22-09-2009	15-12-2008	10	6	8	08-01-2009	N	419.298,00	419.298,00	0,000%	0,406%	83.859,60	1.931,82	85.791,42	335.438,40	251.578,80	
Construção do Centro Educativo António Lopes	06-03-2009	27-05-2009	20	5	1130	09-07-2009	I N	470.000,00	352.458,00 117.542,00	3,455% 3,455%	2,297% 2,297%	16.934,18 5.644,73	5.954,56 1.984,85	22.888,74 7.629,58	284.702,54 94.900,84	267.768,36 89.256,11	
Construção do Centro Educativo de Monsul	26-02-2010	26-04-2010	20	4	1946	23-06-2010	I N	600.000,00	394.603,00 205.397,00	2,170% 2,170%	1,582% 1,582%	21.933,32 11.400,00	5.248,15 2.727,76	27.181,47 14.127,76	339.966,54 176.699,92	318.033,22 165.299,92	
Instalações mecânicas de tratamento de ar, ambiente e aquecimento de águas sanitárias do Centro Educativo António Lopes	26-02-2010	07-05-2010	8	4	1947	23-06-2010	N	200.000,00	200.000,00	1,909%	1,442%	25.586,54	1.254,58	26.841,12	91.294,48	65.707,94	
Investimentos " Loteamento de S. Silvestre e Rectificação e pavimentação do caminho do Vale Grande - Longais da Freguesia de Frianávie"	26-11-2010	21-12-2010	18	4	53	15-06-2011	N	105.000,00	105.000,00	4,782%	3,852%	4.912,77	3.459,27	8.372,04	89.804,47	84.891,70	
BEI - Centro Escolar D. Elvira Camara Lopes	19-12-2011	09-01-2012	8	2	208	08-06-2012	N	248.500,00	248.500,00	3,901%	3,901%	0,00	9.693,96	9.693,98	248.500,00	248.500,00	
Construção do Pavilhão Desportivo do Centro Escolar de Monsul	03-10-2012	21-11-2012	10	2	1723	15-01-2013	N	300.000,00	300.000,00	6,734%	6,304%	26.528,44	16.975,20	43.503,64	269.294,08	242.765,64	
Programa de Apoio à Economia Local	03-10-2012	16-11-2012	14	2	1698	13-02-2013	N	2.469.209,63	1.728.446,74 740.762,89	2,610% 2,150%	2,610% 2,150%	123.460,48 54.871,32	38.381,39 14.051,94	161.841,87 68.923,26	1.481.525,78 658.455,91	1.358.085,30 603.584,59	
Total								8.760.901,32	8.760.901,32			606.053,72	108.535,50	714.589,22	5.780.209,73	5.174.156,01	

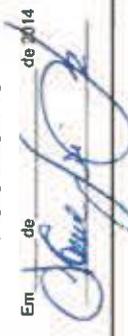
(a) As colunas serão preenchidas quando se justifique

(b) A desagregar por empréstimos bancários, por obrigações, outros empréstimos e por entidade

(c) Utilizar (I) - se estiver isento do limite de endividamento, indicando a legislação aplicável, e (N) no caso contrário

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em de 2014



ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em 27 de 2014 de 2014



Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the number '2' and various initials.

VL 570225

ORÇAMENTO 2015

NORMAS DE EXECUÇÃO

ÍNDICE

Capítulo I – Âmbito e Princípios Genéricos.....	1
Artigo 1.º - Definição e objeto.....	1
Artigo 2.º - Execução orçamental.....	1
Artigo 3.º - Modificações ao Orçamento e às GOPs.....	2
Artigo 4.º - Registo contabilístico.....	2
Artigo 5.º - Gestão dos bens móveis e imóveis da Autarquia.....	2
Artigo 6.º - Gestão de stocks.....	3
Artigo 7.º Outras entidades.....	3
Artigo 8.º Candidaturas a fundos comunitários e outras participações.....	3
Capítulo II – Receita orçamental.....	4
Artigo 9.º - Princípios gerais para a arrecadação de receitas.....	4
Artigo 10.º - Cobranças pelos serviços municipais.....	4
Artigo 11.º - Valores recebidos pelo correio.....	5
Artigo 12.º - Valores recebidos através dos terminais de pagamento automático.....	5
Artigo 13.º- Valores creditados em conta bancária.....	5
Artigo 14.º - Restituição de importâncias recebidas.....	6
Artigo 15.º - Cauções.....	6
Capítulo III – Despesa orçamental.....	7
Artigo 16.º - Princípios gerais para a realização de despesas.....	7
Artigo 17.º - Tramitação dos processos de despesa.....	8
Artigo 18.º - Gestão de contratos.....	8
Artigo 19.º - Conferência e registo da despesa.....	8
Artigo 20.º- Processamento de remunerações.....	9
Artigo 21.º - Fundos de maneiio.....	9
Artigo 22.º - Competências.....	10
Artigo 23.º - Assunção de compromissos plurianuais.....	10
Artigo 24.º - Autorizações assumidas.....	10
Artigo 25.º - Reposições ao Município.....	11
Artigo 26.º - Responsabilidade pela elaboração e celebração de contratos.....	12
Artigo 27.º - Protocolos.....	12

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the number '58' and various scribbles.

7
MSB
R⁸⁹
R

Artigo 28.º - Contratos de tarefa e avença.....	12
Capítulo IV – Disposições Finais	13
Artigo 29.º - Delegações de competências nas Freguesias	13
Artigo 30.º - Empréstimos a curto prazo	13
Artigo 31.º - Isenções e benefícios fiscais.....	13
Artigo 33.º - Dúvidas sobre a execução do Orçamento	13

d
b

30
Handwritten notes and signatures in the top right corner.

Capítulo I
Âmbito e princípios genéricos

Artigo 1.º
Definição e objeto

O presente regulamento estabelece regras e procedimentos complementares necessários ao cumprimento das disposições constantes do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do Decreto-Lei nº127/2012, de 21 de junho, com as respetivas alterações, constituindo estes diplomas legais, no seu conjunto, o quadro normativo aplicável à execução do Orçamento do Município no ano de 2015, atentos os objetivos de rigor e contenção orçamental.

Artigo 2.º
Execução orçamental

1. Na execução dos documentos previsionais dever-se-á ter sempre em conta os princípios da utilização racional das dotações aprovadas e da gestão eficiente da tesouraria.

Segundo estes princípios a assunção de encargos geradores de despesa deve ser justificada quanto à necessidade, utilidade e oportunidade.

2. Os serviços municipais são responsáveis pela gestão do conjunto dos meios financeiros, afetos às respetivas áreas de atividade, e tomarão as medidas necessárias à sua otimização e rigorosa utilização, face às medidas de contenção de despesa e de gestão orçamental definidas pelo Executivo Municipal, bem como as diligências para o efetivo registo dos compromissos a assumir em obediência à Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA).

3. A adequação dos fluxos de caixa das receitas às despesas realizadas, de modo a que seja preservado o equilíbrio financeiro, obriga ao estabelecimento das seguintes regras:

- a) registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos em anos anteriores que tenham fatura ou documento equivalente associados e não pagos (dívida transitada);
- b) registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos em anos anteriores sem fatura associada;
- c) registo dos compromissos decorrentes de reescalonamento dos compromissos de anos futuros e dos contratualizados para 2015.

MSRS
91
R
Handwritten signatures and initials in blue ink.

Artigo 3.º

Modificações ao Orçamento e às GOPs

1. O executivo, baseado em critérios de economia, eficácia e eficiência, tomará as medidas necessárias à gestão rigorosa das despesas públicas locais, reorientando através do mecanismo das modificações orçamentais, as dotações disponíveis de forma a permitir uma melhor satisfação das necessidades coletivas, com o menor custo financeiro, no cumprimento estrito do disposto no número 8.3.1 do POCAL, atentas as seguintes regras:
2. As dotações inscritas no Orçamento, comparticipadas por Fundos Comunitários, ou outros, só poderão ser utilizadas para reforços de outras iniciativas no valor da contrapartida do próprio Município.

Artigo 4.º

Registo contabilístico

1. Os serviços municipais são responsáveis pela correta identificação da receita, a liquidar e cobrar pela Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial (DGFP). São ainda responsáveis pela realização da despesa, bem como pela entrega atempada, dos correspondentes documentos justificativos.
2. As faturas ou documentos equivalentes devem ser enviadas pelos fornecedores diretamente para a DGFP. As faturas indevidamente recebidas nos outros serviços municipais terão de ser reencaminhadas para a DGFP, no prazo máximo de 2 dia úteis.
3. Os documentos relativos a despesas urgentes e inadiáveis, devidamente fundamentadas, do mesmo tipo ou natureza, cujo valor, isoladamente ou conjuntamente, não exceda o montante de € 5.000 por mês, devem ser enviados à DGFP em 24 horas, de modo a permitir efetuar o compromisso até às 48 horas posteriores à realização da despesa.
4. Os documentos relativos a despesas em que estejam em causa situações de excecional interesse público ou a preservação da vida humana, devem ser enviados à DGFP em 5 dias úteis, de modo a permitir efetuar o compromisso no prazo de 10 dias após a realização da despesa.
5. Os documentos, registos, circuitos e respetivos tratamentos, são as constantes da Norma de Controlo Interno.

Artigo 5.º

Gestão dos bens móveis e imóveis da Autarquia

1. A Gestão do Património Municipal executar-se-á nos termos do Regulamento de Cadastro e Inventário do Imobilizado da Autarquia.
2. Nos termos do nº 1, do artigo 34.º conjugado com a alínea g) e h), do nº 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, fica o Presidente da Câmara autorizado a alienar os bens imóveis.

3. As aquisições de imobilizado efetuam-se de acordo com as grandes opções do plano, nomeadamente o plano plurianual de investimentos e com base nas orientações do Executivo, através de requisições externas ou documento equivalente, designadamente contratos, emitidos ou celebrados pelos responsáveis com competência para autorizar despesa, após verificação do cumprimento das normas legais aplicáveis.

Artigo 6.º

Gestão de stocks

1. Cada Direção responsável pelo armazenamento de bens, deve acautelar as quantidades mínimas necessárias.
2. O stock de bens será um recurso de gestão a usar apenas no estritamente necessário à execução das atividades desenvolvidas pelos serviços.
3. A regra será a de aquisição de bens por fornecimento contínuo, sem armazenagem, ou com um período de armazenagem mínimo.
4. Todos os bens saídos de armazém, afetos a obras por administração direta, deverão ser objeto de registo no sistema de gestão de stocks, associados aos respetivos centros de custo.
5. Os procedimentos, responsabilidades específicas e documentação de suporte, no âmbito da Gestão de Stocks, constam do Manual de Procedimentos de Controlo Interno.

Artigo 7.º

Outras entidades

1. A subscrição, por parte do Município, de candidaturas aos fundos comunitários e à administração central cuja execução física ficará a cargo de terceiras entidades, deverá ser precedida de elaboração do respetivo Acordo de Colaboração.
2. A transferência de verbas para terceiros, correspondentes à contrapartida nacional a cargo do Município, nas candidaturas referidas no ponto 1, obedecerá às mesmas regras impostas à utilização dos fundos comunitários.

Artigo 8.º

Candidaturas a fundos comunitários e outras participações

O Gabinete de Fundos Comunitários é o serviço municipal responsável pela apresentação atempada de todas as candidaturas a programas de apoio ao desenvolvimento de atividades relevantes, nomeadamente as que se reportam aos fundos comunitários.

Capítulo II

Receita orçamental

Secção I

Princípios

Artigo 9.º

Princípios gerais para a arrecadação de receitas

1. Nenhuma receita poderá ser liquidada e arrecadada se não tiver sido objeto de inscrição na rubrica orçamental adequada, podendo, no entanto, ser cobrada além dos valores inscritos no Orçamento.
2. As receitas liquidadas e não cobradas até 31 de dezembro devem ser contabilizadas pelas correspondentes rubricas do Orçamento do ano em que a cobrança se efetuar.
3. A liquidação e cobrança de taxas e outras receitas municipais serão efetuadas de acordo com o disposto nos regulamentos municipais em vigor que estabeleçam as regras a observar para o efeito, bem como os respetivos quantitativos e outros diplomas legais em vigor.
4. Em conformidade com o definido no Regulamento de Liquidação e Cobrança de taxas Municipais do Município da Póvoa de Lanhoso, as taxas e outras receitas municipais serão atualizadas nos termos constantes do seu art.º 5.º
5. Deverão ainda ser cobradas outras receitas próprias da Autarquia relativamente a bens e serviços prestados, sempre que se torne pertinente, mediante informação justificada e proposta de valor a apresentar pela respetiva unidade orgânica à DGFP.

Secção II

Entrega das receitas cobradas

Artigo 10.º

Cobranças pelos serviços municipais

1. As receitas cobradas pelos diversos serviços municipais darão entrada na Tesouraria, no próprio dia da cobrança até à hora estabelecida para o encerramento das operações.

Quando se trate dos serviços externos, a entrega far-se-á semanalmente no primeiro dia útil da semana seguinte ao da cobrança, mediante guias de recebimento previamente assinadas pelo responsável do serviço que cobrar as receitas.

2. A entrega de receita na Tesouraria deverá ser acompanhada da fatura resumo à qual terão de ser anexados, para conferência, os talões ou recibos que lhe deram origem bem como os comprovativos do depósito.

Artigo 11.º

7
94
meses
[Handwritten signatures and initials]

Valores recebidos pelo correio

1. O serviço que rececione um valor por correio, cheque ou vale postal deve ser entregue, no próprio dia, na Tesouraria. A cópia ou outros elementos identificativos deverão ser remetidos ao serviço emissor para emissão da respetiva fatura.
2. Quando não for possível identificar o serviço emissor, a lista e respetivos valores são remetidos à Tesouraria para identificação.

Artigo 12.º

Valores recebidos através dos terminais de pagamento automático

1. Os terminais de pagamento automático existentes nos serviços municipais são encerrados diariamente, permitindo a transmissão da informação e crédito na conta da autarquia.
2. A Tesouraria relaciona as faturas-recibo com os fechos diários dos respetivos TPAs, validando a entrada de valores nas instituições de crédito respetivas.

Artigo 13.º

Valores creditados em conta bancária

1. Qualquer montante creditado em contas bancárias do Município, com a exceção das contas próprias de cauções, que não tenha sido possível reconhecer até ao final do ano económico, é liquidado e cobrado como receita municipal, mediante autorização do Chefe de Divisão de Gestão de Finanças e Património.
2. A dívida de clientes correspondente à receita cobrada nos termos do número anterior é regularizada, desde que os munícipes/utentes apresentem os respetivos comprovativos de depósito bancário.

95
Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

Artigo 14.º

Restituição de importâncias recebidas

1. A restituição de importâncias recebidas compete à DGFP até ao montante de 500,00€, mediante proposta prévia dos Serviços Municipais, que deverão obrigatoriamente fundamentar as razões que a justificam.
2. A partir do valor referido no ponto anterior, a restituição de importâncias recebidas são da competência do Presidente do Município, mediante proposta dos Serviços Municipais.

Artigo 15.º

Cauções

1. As importâncias a depositar no cofre municipal, a título de caução ou garantia de qualquer responsabilidade ou obrigações, darão entrada diariamente na Tesouraria, até à hora e pela forma estabelecida para as receitas do Município.
2. Os serviços que rececionem cauções sob qualquer forma, nomeadamente no que respeita a empreitadas de obras públicas, aquisição de bens e serviços, processos de licenciamento e processos de execução fiscal entre outros, deverão remeter o original, de imediato, à DGFP que procederá ao seu registo.
3. As garantias bancárias ou outros documentos comprovativos da prestação de caução dos processos online poderão ser submetidos via Balcão Atendimento Virtual (BAV), tendo o original de ser remetido ao Município via correio ou entregue presencialmente no Gabinete do Município, no prazo de 10 dias, nos termos do nº 1 do artigo 89º do CPA.
4. Cabe à DGFP registar contabilisticamente a receção, o reforço e a diminuição, assim como a devolução das cauções.
5. As garantias referidas no número 2, 3 e 5 ficarão à guarda da Tesouraria.
6. Para efeitos de libertação de cauções os serviços responsáveis devem enviar à DGFP informação, nos termos do contrato e da legislação em vigor, onde constem as condições para libertar as cauções existentes com a identificação da referência de cada uma e dos processos que as originaram.

apresentação das requisições externas para aquisição de bens e serviços e para a receção das faturas nos serviços competentes da DGFP.

8. Cada serviço que tenha a seu cargo a execução de obras deverá ter uma conta-corrente da obra, para que, em qualquer momento, se possa conhecer o seu custo.

Artigo 17.º

Tramitação dos processos de despesa

1. Cumpre ao Serviço de Aprovisionamento realizar e coordenar toda a tramitação Administrativa dos processos aquisitivos, em articulação com os serviços. Cada Direção, ou equiparada, responsabilizar-se-á pela definição exata das características técnicas específicas, nomeadamente, dos bens, serviços, ou empreitadas a adquirir, as quais constarão do caderno de encargos a elaborar pelo Aprovisionamento.

2. Para efeitos de aplicação do nº 5 do artigo 113º do CCP (Código do Contratos Público), todos os serviços municipais devem comunicar ao Aprovisionamento, no momento da ocorrência, a identificação de todas as entidades (designação e número de identificação fiscal) que tenham executado obras, fornecido bens móveis ou prestado serviços ao município, a título gratuito, no ano económico em curso ou nos dois anos económicos anteriores, exceto se o tiverem feito ao abrigo do Estatuto do Mecenato.

Artigo 18.º

Gestão de contratos

1. Compete a cada um dos serviços requisitantes a gestão dos contratos em vigor.
2. As questões relacionadas com a execução dos contratos, como as eventuais modificações, incumprimentos contratuais, apuramento de responsabilidades ou aplicação de penalidades, entre outras, devem ser remetidas à Divisão de Gestão Administrativa (DGA) para assegurar a competente análise e tramitação adequada.

Artigo 19.º

Conferência e registo da despesa

1. A conferência e registo, inerentes à realização de despesas efetuadas pelos serviços municipais, deverão obedecer ao conjunto de normas e disposições legais aplicáveis e às regras de instrução de processos sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.
2. A conferência e registo referidos no número anterior serão efetuados, consoante a especificidade e a fase de realização da despesa, pela DGFP e DGA, nos termos referidos a seguir:
 - 2.1. As funções de registo das operações de cabimento e compromisso, tratamento de faturas e liquidação de despesas são asseguradas pela DGFP.

2.2. A DGA assegura a informação necessária ao processamento das Despesas com Pessoal nos termos do artigo seguinte.

Artigo 20.º

Processamento de remunerações

1. As despesas relativas a remunerações do pessoal serão processadas pela DGFP com informação disponibilizada pelos Serviços de Recursos Humanos, de acordo com as normas e instruções em vigor.
2. Deverão acompanhar as folhas de remunerações, a remeter à DGFP, as guias de entrega de parte dos vencimentos ou abonos penhorados, as relações dos descontos para a Caixa Geral de Aposentações e os documentos relativos a pensões de alimentos, ou outros, descontados nas mesmas folhas.
3. As respetivas folhas de remuneração devem dar entrada na DGFP até 3 dias úteis antes da data prevista para o pagamento de cada mês.
4. Quando se promover a admissão ou mudança de situação de trabalhadores depois de elaborada a correspondente folha, os abonos serão regularizados no processamento do mês seguinte.

Artigo 21.º

Fundos de manei

1. Em caso de reconhecida necessidade poderá ser autorizada pelo Presidente da Câmara, a constituição de fundos de manei, por conta da respetiva dotação orçamental, visando o pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiáveis.
2. O montante máximo de fundo de manei a atribuir será de 1.000€/mês, salvo situações devidamente fundamentadas pelos Serviços e autorizadas pelo Presidente da Câmara.
3. Os pagamentos efetuados pelo fundo de manei são objeto de compromisso pelo seu valor integral aquando da sua constituição e reconstituição, a qual deverá ter caráter mensal e registo da despesa em rúbrica de classificação económica adequada.
5. Os montantes máximos por documento de pagamento efetuado por esse mesmo fundo não poderão ultrapassar os 150€. Todas as exceções serão analisadas caso a caso, devendo, para o efeito, ser submetidas ao chefe de DGFP.
6. O Fundo de Maneio será saldado até ao penúltimo dia útil do mês de dezembro de 2015, não podendo conter, em caso algum, despesas não documentadas.
7. Os demais procedimentos, responsabilidades específicas e documentação de suporte, constam do Regulamento de Fundo de Maneio.

Secção II

Handwritten notes in blue ink, including the number '99', a circled '12', and various arrows and scribbles.

Autorização da despesa

Artigo 22.º

Competências

Em tudo quanto não se encontrar especificamente regulado no presente artigo, os responsáveis pelos serviços municipais autorizam despesas nos termos das respetivas delegações de competências, sem prejuízo da adoção de regras e demais procedimentos estabelecidos sobre esta matéria pela legislação em vigor.

Artigo 23.º

Assunção de compromissos plurianuais

1. Para efeitos do previsto na alínea c), do nº1, do art.º 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, fica autorizada, pela Assembleia Municipal, a assunção de compromissos plurianuais que respeitem as regras e procedimentos previstos na LCPA, no Decreto-Lei nº. 127/2012, de 21 de junho, e demais normas de execução de despesa, e que resultem de projetos ou atividades constantes das Grandes Opções do Plano, em conformidade com a projeção plurianual aí prevista.
2. Ficam igualmente autorizadas as despesas plurianuais decorrentes de contratos que não constem do número anterior e que em cada um dos 3 anos seguintes não ultrapassem 100.000 €.
3. Para salvaguarda do direito à informação será apresentada, na 1ª sessão do órgão deliberativo do ano subsequente, lista identificativa dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização referida nos números anteriores

Artigo 24.º

Autorizações assumidas

1. Consideram-se autorizadas na data do seu vencimento e desde que os compromissos assumidos estejam em conformidade com as regras e procedimentos previstos na LCPA e no Decreto-Lei nº127/2012, de 21 de junho, as seguintes despesas:
 - a) Vencimentos e salários;
 - b) Subsídio familiar – crianças e jovens;
 - c) Gratificações, pensões de aposentação, suplementos remuneratórios e outros;
 - d) Encargos de empréstimos;
 - e) Rendas;
 - f) Contribuições e impostos, reembolsos e quotas ao Estado ou organismos seus dependentes;
 - g) Água, energia elétrica, gás;

h) Comunicações telefónicas e postais;

i) Prémios de seguros;

j) Quaisquer outros encargos que resultem de contratos legalmente celebrados.

2. Consideram-se igualmente autorizados os pagamentos às diversas entidades por Operações de Tesouraria.

Secção III

Procedimentos e regras especiais para a realização da despesa

Artigo 25.º

Reposições ao Município

1. As reposições ao Município de dinheiros indevidamente pagos devem obedecer aos seguintes procedimentos:

a) Por meio de guia ou por desconto em folhas de abonos;

b) Devem realizar-se no prazo máximo de 30 dias a contar da receção da respetiva comunicação.

2. A reposição em prestações mensais pode ser autorizada pelo Presidente da Câmara, em casos especiais, cujo número de prestações será fixado para cada caso, mas sem que o prazo de reembolso ou reposição possa exceder o ano económico seguinte àquele em que o despacho for proferido.

3. Em casos especiais poderá o Presidente da Câmara autorizar que o número de prestações exceda o prazo referido no número anterior, não podendo, porém, cada prestação mensal ser inferior a 5% da totalidade da quantia a repor desde que não exceda 30% do vencimento base, caso em que pode ser inferior ao limite de 5%.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the number '01' and several illegible signatures.

Secção IV

Celebração e formalização de contratos e protocolos

Artigo 26.º

Responsabilidade pela elaboração e celebração de contratos

1. Compete ao serviço de Aprovisionamento a elaboração de todos os contratos administrativos referentes a procedimentos aquisitivos.
2. Os restantes termos contratuais abrangidos, nomeadamente pelos artigos 4.º e 5.º do CCP, contratos excluídos e contratação excluída, são da responsabilidade da DGA incluindo tudo o que respeita à formação dos mesmos.
3. Compete à DGA a remessa ao Tribunal de Contas para efeitos de fiscalização prévia, dos contratos celebrados pelo Município, nos termos do art. 46º da Lei nº 98/97, de 26 agosto, com as respetivas alterações.

Artigo 27.º

Protocolos

1. Os Protocolos que configurem responsabilidades financeiras para a Autarquia, deverão obter o prévio parecer da DGFP para efeitos de reconhecimento da respetiva despesa e/ou receita.
2. Competirá à DGFP proceder aos registos contabilísticos adequados à execução dos Protocolos referidos no ponto anterior.

Artigo 28.º

Contratos de tarefa e avença

1. A celebração de contratos de prestação de serviços nas modalidades de contratos de tarefa e de avença apenas pode ter lugar desde que preenchidos os requisitos da Lei nº 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação e demais legislação complementar.
2. A celebração dos contratos de tarefa e avença, será efetuada na DGA, salvaguardando-se o disposto na Lei da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e demais requisitos previstos na Lei que aprova o Orçamento de Estado, é da responsabilidade da DGA.
3. Para efeitos do disposto no número anterior, são inscritos na classificação económica 010107 todos os contratos de tarefa e avença celebrados em nome individual. Os restantes contratos que, em nome individual, têm caráter esporádico, não têm qualquer expectativa de continuidade nem de repetição, são inscritos no agrupamento 02.

Capítulo IV

02
F
A
A

Disposições finais

Artigo 29.º

Delegações de competências nas Freguesias

No ano de 2015 a Câmara Municipal é autorizada a delegar nas Juntas de Freguesia competências em todos os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais, nos termos e em cumprimento do disposto nos artigos 116.º e seguintes da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por via da celebração de contratos com as juntas de freguesia interessadas.

Artigo 30.º

Empréstimos a curto prazo

Para satisfação de necessidades transitórias de tesouraria fica o executivo autorizado a contrair empréstimos a curto prazo, até ao final do exercício económico e até ao montante de 500.000 €, nos termos do art.º 50º, da Lei n.º 73/2013, 3 de setembro.

Artigo 31.º

Isenções e benefícios fiscais

Fica a Câmara Municipal autorizada a conceder isenções totais ou parciais relativamente a impostos e outros tributos previstos nos regulamentos municipais, até ao valor de 50.000 €, nos termos do n.º 2 do art.º 16º, da Lei n.º 73/2013, 3 de setembro.

Artigo 32.º

Dúvidas sobre a execução do Orçamento

As dúvidas que se suscitarem na execução do Orçamento e na aplicação ou interpretação das Normas de Execução do Orçamento serão resolvidas por despacho do Presidente da Câmara, sobre parecer da DGFP.

Póvoa de Lanhoso, 24 de outubro de 2014

O Presidente da Câmara

(Manuel José Baptista)

ORÇAMENTO 2015

ORÇAMENTOS
ENTIDADES PARTICIPADAS



Plano de Atividades e Orçamento 2015

2014 Outubro 20

104
104
104
104
104

1. PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA EPAVE NO ANO LETIVO 2013/2014.....	2
1.1 INICIATIVAS.....	2
1.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2014	4
2. SÍNTESE DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE 2014:	5
3. ORÇAMENTO PARA 2015	7
3.1 ORÇAMENTO DAS RECEITAS CORRENTES	9
3.2 ORÇAMENTO DAS DESPESAS CORRENTES	10
3.3 AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	12
3.4 ENCARGOS FINANCEIROS.....	13
4. SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS 2015	14
5. NOTAS FINAIS	16
ANEXOS	17
ANEXO I – PLANO DE AÇÕES PARA 2014.....	18
ANEXO II – PLANO DE AÇÕES PARA 2015.....	19
ANEXO III – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS.....	20

Handwritten notes and signatures in blue ink:

- Top right: A large blue checkmark and the number "105".
- Below "105": The name "R. G. S." and a signature.
- Below "R. G. S.": The name "M. J." and a signature.
- Below "M. J.": The name "J." and a signature.
- Below "J.": The name "J. P." and a signature.
- Bottom right: A signature.

1 PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA EPAVE NO ANO LETIVO 2013/2014

A atividade prevista para 2014 – fundamentalmente o que desta atividade era considerado estruturante e condicionador do futuro e da consolidação do projeto da EPAVE – foi cumprida.

O respetivo Plano Anual de Atividades 2013/2014 (disponível no site da EPAVE) foi executado, salientando-se algumas iniciativas de destaque que, pela sua amplitude e importância pedagógica, contribuíram para uma maior divulgação da EPAVE junto da comunidade, promovendo o conhecimento e a coesão social de todos os intervenientes neste projeto.

Elencamos, de seguida, algumas dessas iniciativas:

1.1 INICIATIVAS

- ✓ **Voluntariado da EPAVE** - Participação da EPAVE na Sensibilização para a Segurança Rodoviária, Participação na Campanha de Informação e Sensibilização dos Idosos sobre as burlas, em parceria com a GNR da Póvoa de Lanhoso;
- ✓ **Responsabilidade Social da EPAVE** – Promoção da Feira Solidária; Criação do Banco de Livros Escolares;
- ✓ **A EPAVE na Comunidade** - Participação nas atividades concelhias, como Feira Quinhentista, Moda Lanhoso, Moda Taíde;
- ✓ **A EPAVE na Europa**- Mobilidade no Programa Comunitário Europeu Leonardo da Vinci.
 - Mobilidade de alunos da EPAVE em contexto de formação prática, Aprendizagem ao Longo da Vida, na Alemanha, cidade de Leipzig;
 - Aprovação de uma candidatura para a mobilidade de alunos no âmbito do programa Aprendizagem ao Longo da Vida, ERAMUS+ para Espanha, cidades de Sevilha, Madrid e Alemanha, cidade de Leipzig.

107
RES

RES
M
T.O

✓ **Conhecimento e Inovação**

- Alargamento da Oferta Formativa da EPAVE;
- Execução das Provas de Aptidão Profissional- PAP's;
- Execução das Provas de Avaliação Final – PAF's;
- Criação do laboratório das novas tecnologias;
- Dinamização do clube de Robótica industrial

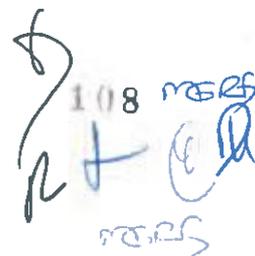
Eco- clube de mecânica. Relativamente ao conjunto de medidas e ações desenvolvidas pela EPAVE, apresentamos uma síntese das ações / cursos em execução.

Medida 1.2 - Cursos Profissionais, Cursos de Nível IV de dupla certificação (escolar de 12º ano e profissional), com ciclo de formação de 3 anos.

- ✓ Curso Técnico Profissional de Eletrónica Automação e Comando;
- ✓ Curso Técnico Profissional de Auxiliar Protésico, vertente Dentária e Ortopédica;
- ✓ Curso Técnico Profissional de Comunicação, Relações Públicas e Publicidade;
- ✓ Curso Técnico Profissional Manutenção Industrial- variante Eletromecânica;
- ✓ Cursos Técnico Profissional de Coordenação e Produção de Moda;
- ✓ Curso Técnico Profissional de Manutenção Industrial- variante Mecatrónica Automóvel;
- ✓ Cursos Técnico Profissional de Coordenação e Produção de Moda;
- ✓ Curso Técnico Profissional de Energias Renováveis- variante Sistemas Solares;

Contrato Programa MEC- DGEstE- DSRN, Cursos Vocacionais - Cursos de Nível II com ciclo de formação de 2 anos, com certificação escolar 9º ano.

- ✓ Curso Vocacional 3º ciclo (prática simulada nas profissões Empregados de Mesa, Cabeleiro e Informática).

108 meses


Como supra citado, foi aprovada a candidatura no âmbito do Programa Aprendizagem ao Longo da Vida, Programa Erasmus +. O quadro seguinte ilustra o número de mobilidades aprovadas, bem como as turmas contempladas.

Erasmus +	Cursos de Formação Técnica	Ano Curricular	Participantes	Acompanhantes	Tempo (dias)
Alemanha - Leipzig	Manutenção industrial Eletromecânica	2º	10		30
Alemanha - Leipzig	Manutenção industrial Eletromecânica	2º	10		30
Alemanha - Leipzig				1	7
Alemanha - Leipzig				2	7
Alemanha - Leipzig	Electrónica Automação e Comando	3º	18		30
Espanha - Sevilha	Comunicação Marketing RP e Publicidade	2º	19		22
Espanha - Sevilha				1	7
Espanha - Madrid	Coordenação Produção de Moda	2º	13		22
Espanha - Madrid	Auxiliar Protésico	3º	17		22
Espanha - Madrid				2	7
			87	6	

1.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2014

A execução orçamental está diretamente relacionada com o número de cursos aprovados pela DGEstE-DSRN.

2. SÍNTESE DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE 2014:

109
meses
RCE

meses
M
F
D

Rubricas	2013 - Real	2014 - Orçamento (a)	2014 - Real a Setembro	2014 - Previsão Outubro a Dezembro	2014 - Previsional (b)	% 2014 Previsão de Execução Orçamental (b/a)
Rendimentos						
Bar	28 736	34 878	15 045	0	15 045	43,14%
Serviços prestados	19 790	65 414	17 221	2 735	19 956	30,51%
Reprografia	8 944	12 174	4 841	450	5 291	43,46%
CAP	2 250	2 700	0	1 300	1 300	48,15%
Formação às Empresas		20 000	300	0	300	1,50%
Curso Oficial de Cabeleireiro	4 400	15 600	5 660	985	6 645	42,60%
Aluguer de Sala	850	1 020	0	0	0	0,00%
Exploração Salão de Cabeleireiro	3 346	11 520	6 420	0	6 420	55,73%
Exploração Auxiliar Protésico	0	2 400	0	0	0	0,00%
Subsídios Formação	902 479	1 157 548	463 174	300 290	763 464	65,96%
	993 312	1 257 840	495 440	303 025	798 465	63,48%
Proveitos Financeiros	50	60			0	0,00%
Proveitos Extraordinários - Sub. Inv	41 949	56 346	22 196	22 196	44 392	78,79%
Outros Rendimentos e Ganhos	1 434	570			0	0,00%
Total de Rendimentos	1 036 744	1 314 766	517 636	325 221	842 857	64,11%
Gastos						
Mercadorias	33 299	30 949	18 338	0	18 338	59,25%
F.S.Externos	359 034	468 629	186 893	51 006	237 899	50,76%
Impostos e taxas	507	204	585	195	780	382,42%
Pessoal Interno	393 529	391 284	265 224	92 699	357 923	91,47%
Pessoal AEC's	43 086	0			0	
Encargos c/ Recibos Verdes	0	5 500	4 437	0	4 437	80,67%
O. custos operacionais	161 544	341 612	97 549	41 421	138 971	40,68%
	990 999	1 238 178	573 028	185 321	758 349	61,25%
Amortizações Exercício	66 033	69 129	34 511	34 511	69 022	99,85%
Custos e Perdas Financeiras	4 740	3 771	5 996	2 670	8 666	229,82%
Total de Gastos	1 061 772	1 311 078	613 535	222 502	836 037	63,77%
Imposto do Exercício	745					
	-25 773	3 688			6 820	



O quadro acima evidência uma previsão de resultados para o ano de 2014, tendo como base real as contas até setembro e uma previsão de rendimentos e gastos para os meses de Outubro a Dezembro de 2014.

110
MBES
R
K
MBES
K
A

111
re
re
re
re
re
re
re
re
re
re

No âmbito da missão da Escola Profissional do Alto Ave – EPAVE, emerge uma cultura identificada com o trabalho de toda a comunidade escolar.

No atual quadro comunitário de apoio, QCAIII, continuamos com a nossa aposta na máxima “*Invista em si, faça Formação Profissional*”, dando continuidade aos Programas Comunitários de Mobilidade ERAMUS+, Aprendizagem ao Longo da Vida, ampliando o número de participantes da EPAVE no respetivo Programa.

No ano de 2015, consolidar-se-á o projeto educativo da EPAVE, quer através das candidaturas já apresentadas, quer das novas candidaturas para cada uma das diferentes tipologias/programas de intervenção, cujos valores previsionais são apresentados no Anexo – Plano de Ações para 2015.

De Setembro a Dezembro de 2015, ou seja, no próximo ano letivo 2015/2016, prevêem-se 12 turmas em funcionamento (1 Curso de Aprendizagem, 9 Cursos Profissionais e 2 Cursos Vocacionais) face às 9 turmas atuais. (setembro de 2014 a agosto de 2015).

Quadro evolutivo número de alunos.

Matriculados	Ano Letivo e Valores em Registo dos Alunos						
	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021
CEF	41	31	30	32	36	18	
CURSOS VOCACIONAIS							20
CURSOS PROFISSIONAIS	165	173	189	149	132	139	161
MODULARES EXTERNA	87	80	151	200	402	30	
MODULARES INTERNO	0	0	0	0	90	0	
CAP	53	44	11	0	30	9	
MODULARES NÃO FINANCIADAS	0	0	5	0	0	5	11

Quadro evolutivo número de Turmas.

Matriculados	Ano Letivo e Valores em Registo das Turmas						
	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021
CEF	3	2	2	2	2	1	
CURSOS VOCACIONAIS							1
CURSOS PROFISSIONAIS	9	9	9	8	7	7	8
MODULARES EXTERNA							
MODULARES INTERNO							
CAP							

Quadro evolução do Volume de Formação.

112
 12025
 12025
 H
 O
 A

Modalidade	2004/2009	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015
CEF	39 960	31 631	29 756	32 701	35 206	16 044	
CURSOS VOCACIONAIS							22 000
CURSOS PROFISSIONAIS	150 282	169 621	160 474	131 416	121 139	124 967	173 599
MODULARES EXTERNA	3 524		6 558		11 989	950	
MODULARES INTERNO					2 923		
CAP							
MODULARES NÃO FINANCIADAS							

Pelo exposto, e pelo volume de formação realizado, observável no quadro acima, é ainda expectável que, no ano de 2015, ocorra a abertura de candidaturas ao nível de Formações Modulares Certificadas, o que, naturalmente, aumentará o volume de formação ministrado na EPAVE.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the number '113' and '25'.

A principal fonte de receitas correntes da EPAVE são os subsídios à formação advindos do Fundo Social Europeu para apoio ao funcionamento de ações de ensino e formação.

Prevê-se um aumento nas receitas correntes (25%) em virtude do acréscimo do volume de formação nos Cursos Profissionais, Cursos Vocacionais e Cursos de Aprendizagem, bem como do aumento previsível das ações de formação da Medida 2.3 – Formação Modular Certificada.

Rubricas	2014 - Orçamento (a)	2014 - Real a Setembro	2014 - Previsão Outubro a Dezembro	2014 - Previsional (b)	2015 - Orçamento (c)	% 2015 Previsão de Evolução Orçamental (c/b)
Bar	34 878	15 045	0	15 045	0	-100%
Serviços prestados	65 414	17 221	2 735	19 956	10 029	-50%
Reprografia	12 174	4 841	450	5 291	2 116	-60%
CAP / Formação Não Financiada	2 700		1 300	1 300	1 300	0%
Formação às Empresas	20 000	300		300	300	0%
Curso Oficial de Cabeleireiro	15 600	5 660	985	6 645	6 313	-5%
Aluguer de Sala	1 020			0	0	
Exploração Salão de Cabeleireiro	11 520	6 420		6 420	0	-100%
Exploração Auxiliar Protésico	2 400			0	0	
Subsídios Formação	1 157 548	463 174	300 290	763 464	989 575	30%
Totais	1 257 840	495 440	303 025	798 465	999 604	25%

São também receitas próprias da EPAVE, apesar do valor residual face ao total da receita, os serviços prestados de Reprografia, Secretaria, Formação Não Financiada e Cursos de Oficial de Cabeleireiro. A EPAVE deixou de Prestar Serviço de Bar e de Cabeleireiro Social.

As receitas previstas para o ano de 2015 poderão ser incrementadas com a apresentação de candidaturas a outras medidas não previstas em sede deste orçamento, às quais a EPAVE poderá ser entidade candidata elegível.

Nas **despesas correntes**, prevê-se para 2015 continuar a tendência de contenção nos custos fixos, que não estão diretamente relacionados com o aumento da atividade prevista.

Assim, podemos verificar uma diminuição dos custos com os recursos humanos, o que denota uma capacidade de poder realizar mais atividade, com menos recursos.

Na generalidade dos outros custos, o aumento previsto está diretamente relacionado com o previsível aumento da atividade.

Handwritten notes:
R
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100

115
 J@R
 M O
 J

Projeção de Gastos	2014 - Orçamento (a)	2014 - Realizado Setembro	2014 - Previsão Outubro a Dezembro	2014 - Previsional (b)	2015 - Orçamento (c)	% 2015 Previsão de Evolução Orçamental (c/b)
Custo das Mercadorias V. e M.C.						
Mercadorias	30 949	18 338	0	18 338	0	-100%
	30 949	18 338	0	18 338	0	100%
Fornecimentos e Serviços Externos						
Trabalhos Especializados	8 819	1 356	452	1 809	1 170	20%
Publicidade	1 528	3 803	0	3 803	4 420	29%
Vigilância e Segurança	0	0	0	0	0	
Honorários	340 857	112 330	41 201	153 531	190 158	24%
Conservação e Reparação	3 677	3 072	1 024	4 096	4 916	20%
Atualização Software	1 018	1 299	433	1 731	2 078	20%
Outros Serviços Especializados	649	262	87	350	420	20%
Assistência Programas	0	1 056	352	1 409	1 696	20%
Ferramentas de desgaste Rápido	32 835	5 799	1 933	7 732	17 718	129%
Livros Doc. Técnica	4 4	84	28	112	134	20%
Mat. Escritório	1 627	663	221	884	1 062	20%
Artigos para Oferta	0	64	21	85	114	20%
Electricidade	10 140	7 039	1 719	8 759	10 621	20%
Combustíveis	2 408	1 095	365	1 459	1 751	20%
Água	1 747	757	252	1 010	1 212	20%
Gás	555	723	241	964	1 251	20%
Deslocações e Estadas	5 707	32 686		32 686	41 774	23%
Transporte de Pessoal	0			0	0	
Transporte de Mercadorias	0			0	0	
Estadia Formandos	5 700	3 000		3 000	0	100%
Rendas e Aluguers	7 002	4 589	1 500	6 089	6 100	0%
Comunicações	4 84	2 556	876	3 431	4 117	20%
Seguros	4 675	4 146	150	4 296	5 250	20%
Contencioso e Notariado	11		0	0	0	
Despesas de Representação	0		0	0	0	
Limpeza, Higiene e Conforto	6 375	513	150	663	929	40%
Outros Serviços	0			0	0	
Outros Serviços (Assuntos Jurídicos)	0			0	0	
	468 029	186 893,16	51 006,11	237 899,27	296 743	25%
Impostos e taxas	204,08	585,33	195	780,44	358	-54%
Pessoal Interno	391 284	265 224	92 699	357 923	328 336	-8%
Remunerações	310 713	208 400	75 727	284 127	270 261	-5%
Encargos	60 572	47 109	15 954	63 063	58 075	11%
Compensações	0	6 799		6 799		100%
Seguros Ac. Trabalho	4 005	2 375	478	2 853	2 115	-24%
ADSE - Quotizações	2 294	542	540	1 082	1 082	0%
Sub. Alm. Formação	0			0	0	
Pessoal AEC'S	0			0	0	
Remunerações	0			0	0	
Encargos	0			0	0	
Seguros Ac. Trabalho	0			0	0	
Encargos 5%/Recibos Verdes	5 500	4 437		4 437	5 500	24%
	396 784	269 661	92 699	362 360	333 836	8%
Outros custos operacionais						
Subsídios a Formandos	340 539	96 649	41 421	138 071	121 570	126%
Outros (Prémios, Anespo, ADSE, Correções)	1 073	900		900	990	10%
	341 612	97 549	41 421	138 971	312 860	125%
	1 238 178	573 028	185 321	758 349	943 796	24%
Amortizações Exercício	69 129	34 511	34 511	69 022	82 198	19%
	69 129	34 511	34 511	69 022	82 198	19%
Custos e Perdas Financeiras						
Juros Empréstimos	2 296	5 325	2 520	7 845	8 430	10%
Serviços Bancários	775	671	150	821	903	10%
	3 071	5 996	2 670	8 666	9 333	10%
Perdas Extraordinárias/Ex Ant						
	1 311 078	613 535	222 502	836 037	1 035 527	24%

Quadro 2: Previsão dos Gastos.

116
 R
 R
 R

Para 2015, mantém-se a aposta no Investimento, em linha com os últimos anos. Não devemos abdicar da qualidade do ensino ministrado, o que nos obriga a disponibilizar aos formandos o contacto com equipamentos que respondam à constante atualização tecnológica. A manutenção e qualidade das infraestruturas é outra preocupação da EPAVE, seguindo um plano técnico de intervenções que se entendam oportunas.

Em 2014 os investimentos limitaram-se à aquisição de equipamentos correntes.

	V.Aquisição	Amort 14	Taxa	Não imputado(Subs)	
				Estado	Autarq
Edifícios					
Concurso de Infraestruturas 1997	224 459	2 245	5,00%	2 245	
Concurso de Infraestruturas 2005	851 775	27 303	5,00%	13 652	13 652
Concurso de Infraestruturas FACTORIN	247 916	8 057	5,00%		8 057
Obra do Auditório Comp. CMPvL - 2010	5 340	892	16,66%		892
	1 329 490	38 497		15 896	22 601
Equipamentos					
Equipamentos Bar	2 118	563	16,66%		
Imobilizado Geral	475 596	24 813	16,66%		
Equipamento Administrativo	76 789				
Medida 1,5 - Reequipamento	25 434	5 087	25,00%	5 087	
Equipamento Transporte	30 610	0	25,00%		
Activos Intangíveis	3 418	143	33,33%		
	613 965	30 607		5 087	0
Total	1 943 455	69 104		20 983	22 601

	V Aquisição	Amort 15	Taxa	Subsidiado	
				Estado	Autarq
Edifícios					
Concurso de Infraestruturas 1997	224 459	2 245	5,00%	2 245	
Concurso de Infraestruturas 2005	851 775	27 303	5,00%	13 652	13 652
Concurso de Infraestruturas FACTORIN	247 916	8 057	5,00%		8 057
Obra do Auditório Comp. CMPvL - 2010	5 340	892	16,66%		892
	1 329 490	38 497		15 896	22 601
Equipamentos					
Equipamentos Bar	2 118	563	16,66%		
Imobilizado Geral	475 596	24 813	16,66%		
Equipamento Administrativo	76 789				
Medida 1,5 - Reequipamento	25 434	5 087	25,00%	5 087	
Equipamento Transporte	30 610	0	25,00%		
Activos Intangíveis	6 897	1 303	33,33%		
	665 737	43 701		5 087	0
Total	1 995 227	82 198		20 983	22 601

Quadro 3: Previsão de Amortizações.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the number 117 and various initials.

Para o ano 2015, prevê-se um Investimento total na ordem dos 48.294 €, designadamente para Intervenção e Aquisição de Software e Hardware no sistema administrativo, aquisição de software e hardware para os cursos de Moda, Energias Renováveis, Manutenção Industrial- variante Mecatrónica Automóvel.

Tendo em conta que parte do Investimento foi financiado por subsídios do estado, o efeito das amortizações na conta de exploração é parcialmente compensado pelas regularizações dos respetivos subsídios. As amortizações não subsidiadas, pelo contrário, constituem custos imputáveis às ações.

3.4 ENCARGOS FINANCEIROS

No que diz respeito à área de financiamento da empresa, prevê-se um aumento de (10%) para 2015 com os gastos de financiamento, em resultado do recurso à utilização da Conta Caucionada e outros instrumentos de crédito.

Projeção de Gastos	2014 - Orçamento (a)	2014 - Real a Setembro	2014 - Previsão Outubro a Dezembro	2014 - Previsional (b)	2015 - Orçamento (c)	% 2015 Previsão de Evolução Orçamental (c/b)
Custos e Perdas Financeiras						
Juros Empréstimos	2 036	5 325	2 520	7 845	8 630	10%
Serviços Bancários	775	671	150	821	903	10%
	3 771	5 996	2 670	8 666	9 533	10%

Quadro 4: Gastos de Financiamento.

Em Setembro de 2014, a conta caucionada existente apresentava o seguinte *plafond* e condições de financiamento:

- ✓ Banco Espírito Santo (data de abertura 20 julho 2008): 200.000,00€; Taxa Euribor (3 meses) + spread 4,39%

4 SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS 2015

118
RCS
RC
RCS
H
A

Rubricas	2014 - Orçamento (a)	2014 - Real a Setembro	2014 - Previsão Outubro a Dezembro	2014 - Previsional (b)	2015 - Orçamento (c)	% 2015 Previsão de Evolução Orçamental (c/b)
Rendimentos						
Bar	34 878	15 045	0	15 045	0	-100%
Serviços prestados	65 414	17 221	2 735	19 956	10 029	-50%
Reprografia	17 174	4 841	450	5 291	2 116	-60%
CAP	2 700	0	1 300	1 300	1 300	0%
Formação às Empresas	20 000	300	0	300	300	0%
Curso Oficial de Cabeleireiro	15 600	5 660	985	6 645	6 313	-5%
Aluguer de Sala	1 020	0	0	0	0	
Exploração Salão de Cabeleireiro	11 520	6 420	0	6 420	0	-100%
Exploração Auxiliar Protésico	2 400	0	0	0	0	
Subsídios Formação	1 157 548	463 174	300 290	763 464	989 575	30%
	1 257 840	495 440	303 025	798 465	999 604	25%
Proveitos Financeiros	60			0	72	
Proveitos Extraordinários - Sub. Inv	56 346	22 196	22 196	44 392	44 392	0%
Outros Rendimentos e Ganhos	520			0	624	
Total de Rendimentos	1 314 766	517 636	325 221	842 857	1 044 693	24%
Gastos						
Mercadorias	30 949	18 338	0	18 338	0	-100%
F.S.Externos	468 629	186 893	51 006	237 899	296 743	25%
Impostos e taxas	204	585	195	780	358	-54%
Pessoal Interno	391 284	265 224	92 699	357 923	328 336	-8%
Pessoal AEC's	0			0	0	
Encargos c/ Recibos Verdes	5 500	4 437	0	4 437	5 500	24%
O. custos operacionais	341 612	97 549	41 421	138 971	312 860	125%
	1 238 178	573 028	185 321	758 349	943 796	24%
Amortizações Exercício	69 129	34 511	34 511	69 022	82 198	19%
Custos e Perdas Financeiras	3 771	5 996	2 670	8 666	9 533	10%
Total de Gastos	1 311 078	613 535	222 502	836 037	1 035 527	24%
Imposto do Exercício						
	3 688			6 820	9 166	34%

Quadro 5: Evolução dos Resultados.

120
R
R
R

O Plano Anual de Atividades para 2015 contempla novas perspetivas a desenvolver, que possam representar um salto decisivo para a Escola como instituição, aproveitando as oportunidades do quadro de apoio comunitário, da política de ensino e a concretização dos projetos de colaboração com outras instituições.

Na componente empresarial e institucional, a EPAVE alargará as parcerias existentes, quer na promoção da formação empresarial, quer na participação em projetos comuns, junto da comunidade local, através das suas instituições, bem como outras distritais, nomeadamente a Associação Industrial do Minho, Associação Comercial de Braga, Universidade do Minho, Comunidade Intermunicipal do Ave, entre outras.

Paralelamente, a EPAVE candidatar-se-á a medidas de incentivo ao crescimento como a "Inclusão de apoios para aquisição de Equipamentos e Instalações e execução de requalificação, remodelação e ampliação das escolas profissionais no Quadro da Programação Nacional dos Fundos Estruturais Comunitários para 2014-2020", de acordo com as indicações da Associação Nacional das Escolas Profissionais- ANESPO.

No seguimento de novas perspetivas, prevê-se também um reforço substancial na participação da EPAVE no programa comunitário europeu Erasmus+, na mobilidade de alunos, professores e staff.

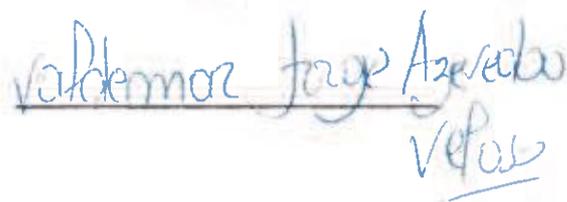
Face ao exposto, a EPAVE apresenta junto do sócio Câmara Municipal Póvoa de Lanhoso o presente Plano de Atividade e Orçamento.

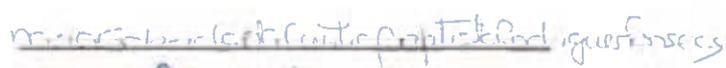
Póvoa de Lanhoso, 20 de Outubro 2014

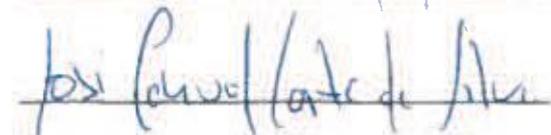
O Conselho de Administração

TOC









ANEXOS

Anexo I - Plano de Ações para 2014

Anexo II- Plano de Ações para 2015

Anexo III – Plano Plurianual de Investimentos

Handwritten notes in blue ink, including the number 121 and various symbols and signatures.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the number "122" and several illegible signatures.

		Formação	Formações	Formação Modular	Formação Alargada	Formação Especial	Formação Integrada	Formação Profissional	Formação Profissional	Total	Formação Profissional	Formação Profissional	Formação Profissional	Formação Profissional
Aprovados														
POPH	1.2 Ensino Profissional 2013/14 (Jan e Ago 2014)	128 468								387 681	72%	418 468	418 468	100%
	1.3 Educação Formação 2013/14 (Jan e Ago 2014)	30 094								29 097	72%	40 022	40 022	100%
F.S.E. Comenius	Mobilidade de Jovens e Professores				7 333					7 333	100%	7 333	7 333	100%
	Estágios				7 283					7 283	100%	7 283	7 283	100%
		158 562	0	0	14 596	0	0	0	0	396 777		376 314	462 093	93,6%
Aprovados														
A. Protop	2.3 Formações Modulares Certificadas (Março 2014)	4 618	3 036	3 600	360	1 800	1 440			18 216	90%	1 154	1 154	100%
	3.3 Formações Modulares Certificadas 5 áreas	13 758	8 608	20 211	4 041	8 885	3 003			38 813	90%	1 174	1 174	100%
		18 376	11 644	23 811	4 401	9 685	4 443	0	0	57 029		2 328	2 328	100%
Candidatura														
POPH	1.2 Ensino Profissional 2014/15 (Set e Dez de 2014)	95 833								238 168	85%	278 843	278 843	100%
	1.1 Cursos de Aprendizagem	48 071	14 667	45 833	9 167	27 500	9 167			20 730	85%	20 730	20 730	100%
	Cursos Vocacionais 12º	13 813								31 810	85%	37 140	37 140	100%
	Cursos Vocacionais 9º	23 072								31 810	90%	35 292	35 292	100%
A. Protop	Mobilidade de Jovens e Professores				640					640	100%	640	640	100%
	Estágios				640					640	100%	640	640	100%
		180 789	14 667	45 833	9 167	31 140	9 167	0	208 730	584 409		362 167	396 290	93,1%
A redondeamento														
Total Geral		358 724	25 289	69 644	13 599	55 831	18 091	0	693 484	1 052 093		1 157 541	783 464	85,4%

		Formação	Formações	Formação Modular	Formação Alargada	Formação Especial	Formação Integrada	Formação Profissional	Formação Profissional	Total	Formação Profissional	Formação Profissional	Formação Profissional	Formação Profissional
1.2 Ensino Profissional		235 299								605 847	90%	662 398	662 398	100%
	1.3 Ed. Formação	20 094								29 097	90%	40 022	40 022	100%
	2.3 Formações Modulares Certificadas	18 375	10 602	23 811	4 402	9 685	4 443			57 029	90%	1 154	1 154	100%
	1.1 Cursos de Aprendizagem	48 071	14 667	45 833	9 167	27 500	9 167			20 730	90%	20 730	20 730	100%
	Cursos Vocacionais 12º	13 813								31 810	90%	37 140	37 140	100%
CREN	Mobilidade de Jovens e Professores				10 974					10 974	90%	10 974	10 974	100%
	Leonardo				7 283					7 283	90%	7 283	7 283	100%
		358 724	25 289	69 644	13 599	55 831	18 091	0	693 484	1 052 093		1 157 541	783 464	85,4%

Anexo III – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

ENTIDADE: EPAVE - ESCOLA PROFISSIONAL DO ALTO AVE, E.L.M.		PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO										DOTAÇÕES INICIAIS 2015		DO ANO						
OBJETIVO	CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NUM. PROJ. ACÇÃO	DISCRICÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON. SAUVE	DATAS		REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)				TOTAL PREVISTO			
					AC	AA	IC		INICIO	FIM	PAGAMA ATÉ 30-09-2014	PAGAMA PREV. DE 01-01-2015	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)	AMOS SEQUINTE						
														DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2016		2017	2018	
1			Funções Sociais																	
1.1			Educação																	
1.1.1			Ensino Superior																	
1.1.1.1			Ensino Profissional																	
1.1.1.1.1	4.3.3.10.1	2014	1 Contrato Cópia Iconica	Outra			100%		01-01-2015	30-09-2014	94,88							941,48		
1.1.1.1.2	4.3.3.10.1	2015	2 Aquisição de Hardware e software Administrativo	Outra			100%		01-01-2015	30-12-2015		790,00						790,00		
1.1.1.1.3	4.3.3.10.1	2014	1 Aquisição de Hardware e software Curso Moda	Outra			100%		01-01-2015	30-12-2016	6.365,35							6.857,25		
1.1.1.1.4	4.3.3.10.1	2015	2 Aquisição de Hardware e software Curso Mecânica Automóvel	Outra			100%		01-01-2015	30-12-2016		9.417,50						9.417,50		
1.1.1.1.5	4.3.3.10.1	2015	3 Aquisição de Hardware e software Curso Moda	Outra			100%		01-01-2015	30-12-2016		11.864,70						11.864,70		
1.1.1.1.6	4.3.3.10.1	2015	6 Aquisição de Hardware e software Curso Energias Renováveis	Outra			100%		01-01-2015	30-12-2016		3.065,24						3.065,24		
1.1.1.1.7	4.3.10.1	2015	5 Candidatura Investimentos e equipamento	Outra			100%		01-01-2015	30-12-2016		41.500,00	41.500,00					41.500,00		
A TRANSPORTAR											6.365,35	1.433,88	66.640,43	41.500,00	0,00	51.935,73	0,00	0,00	0,00	74.439,56

Quadro 7: Plano Plurianual de Investimento

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the number '124' and various initials.

Alberto Manuel Martins

Revisor Oficial de Contas

125
PERS
RT
A

Alberto Manuel Martins
Rua Padre António Vieira, 51 - 1.º Dto
4425 - 702 Pedroços - Maia
Portugal
Telephone +351 22 017 83 76
Mobile +351 96 706 69 99
Facsimile +351 22 017 83 76
Web linkedin.com/in/albertomartin
E-mail amadsn@gmail.com

Parecer sobre os instrumentos de gestão previsional

Introdução

1 Para os efeitos do artigo 25.º, alínea f) da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, apresento o meu parecer sobre os instrumentos de gestão previsional para o exercício de 2015, da Epave – Escola Profissional do Alto Ave, E.M., consistindo, nos projectos dos planos de actividades anuais e plurianuais, projecto do orçamento anual (cuja conta de exploração previsional apresenta um resultado líquido positivo de 9.166 €), incluindo estimativa das operações financeiras com o Estado e a autarquia local.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do conselho de administração a preparação e a apresentação da informação previsional, a qual inclui a identificação e divulgação dos pressupostos mais significativos que lhe serviram de base.

3 A minha responsabilidade consiste em verificar a consistência e adequação dos pressupostos e estimativas contidas nos instrumentos de gestão previsional acima referidos, competindo-me emitir um relatório profissional e independente baseado no meu trabalho.

Âmbito

4 O trabalho a que procedi teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O meu trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu (a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional; a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; a adequação da apresentação da informação previsional, (b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.

5 Entendo que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre os instrumentos de gestão previsional.

AM

Alberto Manuel Martins

Revisor Oficial de Contas

126
R
at
o

EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave, E.M.

Parecer

6. Com base no trabalho efectuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional dos documentos acima referidos, a qual foi executado tendo em vista a obtenção de um nível de segurança moderado, nada chegou ao meu conhecimento que me leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação e que tal informação não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adoptados pela entidade.

7. Devo contudo advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Póvoa de Lanhoso, 20 de outubro de 2014.



Alberto Manuel Alves da Silva Martins, ROC

ORÇAMENTO 2015

MAPAS
ENTIDADES PARTICIPADAS

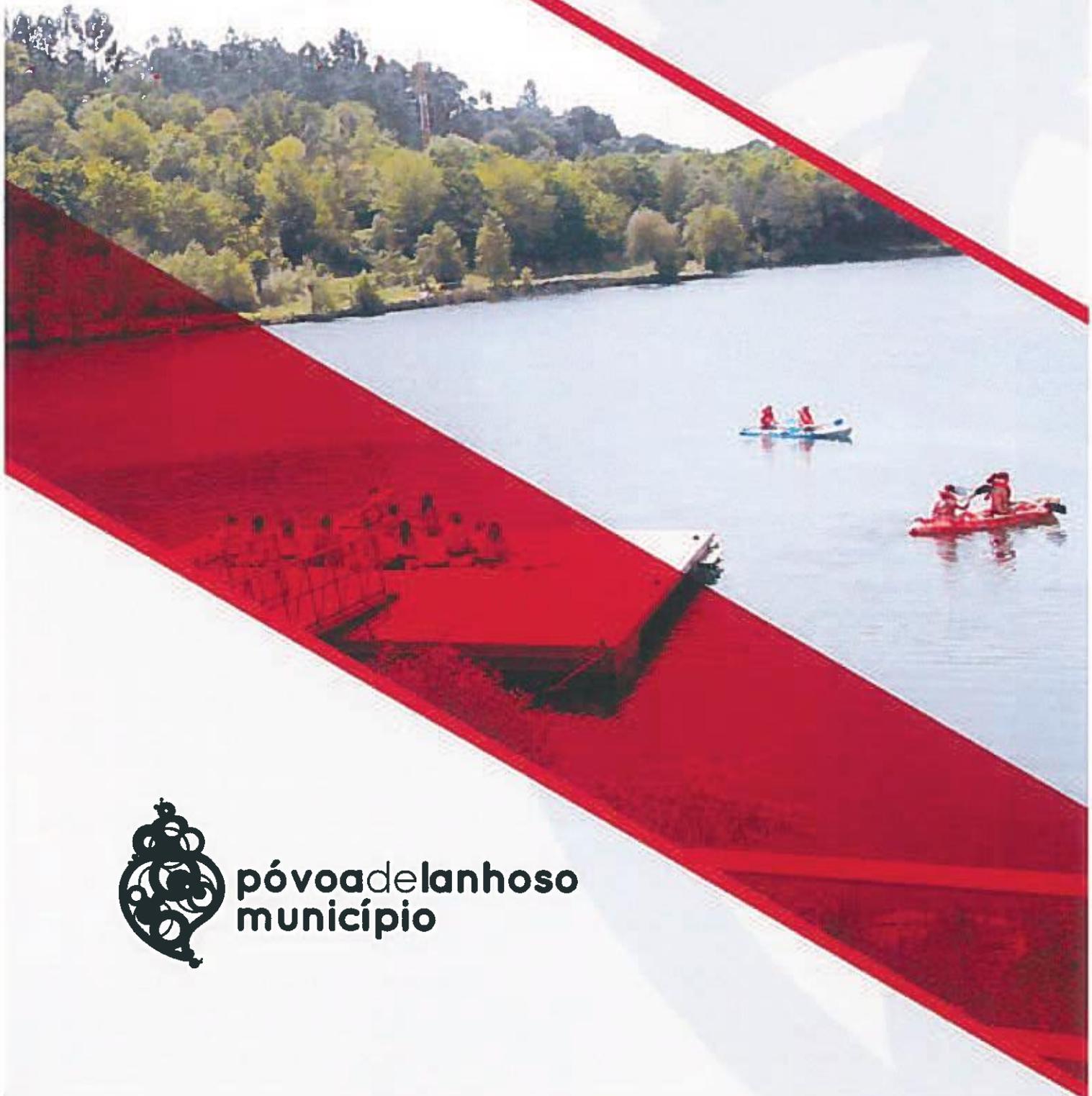
Entidade participada		N.I.P.C	Tipo de entidade	CAE	Capital	Participação no final do exercício		Valor nominal		Forma de realização do capital		Obs.
Denominação	1					2	3	4	5	6	7	
BRAVAL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos	503730947	Sociedade Anónima	98020	1.750.000,00	73.500,00	4,2	73.500,00	73.500,00	73.500,00			
EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave	504596608	Sociedade Quotas	80421	19.951,92	19.951,92	100	19.951,92	19.951,92	19.951,92			
Águas do Noroeste	509436595	Sociedade Anónima	37002	65.615.600,83	1.015.520,00	1,548	1.015.520,00	1.015.520,00	1.015.520,00			
Centro de Criatividade	509049052	Regie cooperativa	85520	5.750,00	4.500,00	78,26	4.500,00	4.500,00	4.500,00			Sem atividade

28

Entidade participada		N.I.P.C	Tipo de entidade	CAE	Capital estatutário	2015		Contribuição		Obs.
Denominação	1					6	7	Forma de realização	Em espécie	
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413	AM	94110	4.756,00	4.756,00					
Comunidade Intermunicipal do Ave (CIM do Ave)	508887780	AM	84130	0,00	0,00					
Turismo do Porto e Norte de Portugal	508905435	OQA	84123	1.118.802,37	1.500,00			1.500,00		
CIAB - Centro de Informação, Mediação e Arbitragem de Consumo	505214504	Não Societária	94995	51.750,00	1.885,94			1.885,94		

MUN-PLANHOSO.PT

130
R
J
O



póvoa de lanhoso
município